



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA



UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

**Flora da Península de Setúbal
- Uma contribuição para o
conhecimento da
etnobotânica**

André Filipe Faria da Fonseca

Orientação: Professora Ana Maria da Silva
Monteiro

Co-Orientação: Mestre Paula Cristina
Loureiro Coelho

**Mestrado em Gestão e Conservação de Recursos
Naturais**

Dissertação

Évora, 2015

Universidade de Évora
Escola de Ciências e Tecnologia
Departamento de Biologia

Universidade de Lisboa
Instituto Superior de Agronomia

**Flora da Península de Setúbal – Uma contribuição
para o conhecimento da etnobotânica**

André Filipe Faria da Fonseca

Orientação:

Professora Ana Maria da Silva Monteiro (Universidade de Lisboa -
Instituto Superior de Agronomia)

Co-Orientação:

Mestre Paula Cristina Loureiro Coelho (Universidade Nova de Lisboa -
Faculdade de Ciências e Tecnologias)

Mestrado em Gestão e Conservação de Recursos Naturais

Dissertação

Évora, 2015

Flora da Península de Setúbal – Uma contribuição para o conhecimento da etnobotânica

RESUMO

O conhecimento etnobotânico já acumulado de uma determinada região constitui uma importante ferramenta na gestão e conservação dos seus recursos naturais. Devido à escassez e importância de estudos etnobotânicos em Portugal, realizou-se um estudo que procurou contribuir para o conhecimento etnobotânico já adquirido para a flora da Península de Setúbal. Em 2015 fez-se um levantamento bibliográfico da etnoflora local, realizaram-se entrevistas a algumas pessoas da península que mostraram ter conhecimentos distintos sobre as utilizações das plantas e produziu-se uma brochura baseada nos resultados obtidos. Foram realizadas 15 entrevistas a 14 informantes, catalogados 66 táxones e identificados 46 tipos de uso diferentes.

Palavras-chave: Etnobotânica, etnoflora, Península de Setúbal

Península de Setúbal's flora – A contribution to the ethnobotanical knowledge

ABSTRACT

The ethnobotanical knowledge of a certain region is an important tool for the conservation and management of its natural resources. Due to the lack of ethnobotanical studies in Portugal, a study was carried on with the objective to contribute to the already established ethnobotanical knowledge for the Península de Setúbal's flora. In 2015, a bibliographical study of the region's ethnoflora was carried on in conjunction with some ethnobotanical interviews. The interviews were made to local people who showed interest and distinct knowledge about plant usage. A small publication was created based up the obtained data. 15 interviews were made, 14 informants were interviewed, 66 *taxa* were cataloged and 46 different kinds of usage were identified.

Key-words: Ethnobotanics, ethnoflora, Península de Setúbal

Flora da Península de Setúbal – Uma contribuição para o conhecimento da etnobotânica

RESUMO ALARGADO

O presente estudo foi realizado na Península de Setúbal, nos concelhos de Almada e Sesimbra, entre Janeiro e Setembro de 2015. O principal objetivo do estudo foi averiguar a relevância etnobotânica da Península de Setúbal e contribuir para o conhecimento etnobotânico já acumulado para esta região. Foram realizadas 15 entrevistas a 14 informantes. As entrevistas foram realizadas de uma forma informal, tendo como base um inquérito etnobotânico semiestruturado. Foram realizadas visitas ao campo para identificação dos táxones mencionados durante as entrevistas sempre que possível. Foram referidas plantas pelo seu nome comum, e em raros casos pelo seu nome científico. Foram referidos usos, partes utilizadas, modos de preparação e utilização para cada caso. Histórias relacionadas com as plantas e com a vida no campo foram também documentadas. Algumas das plantas referidas como úteis e difíceis de identificar foram posteriormente catalogadas com recurso a bibliografia. Procurou-se, adicionalmente, averiguar se existe sobre colheita de algumas das espécies da região em estudo. Para se perceber a relevância etnobotânica da Península de Setúbal foi feito um estudo comparativo com outros trabalhos semelhantes feitos em Portugal e, com base numa revisão bibliográfica sobre o estado da arte da disciplina, foi levada a cabo uma crítica que procurou contextualizar a Península de Setúbal dentro da etnobotânica e sugerir um caminho a seguir em estudos futuros.

A partir dos dados recolhidos foram obtidos os seguintes resultados: (1) foram catalogados 66 táxones, tendo 37 dos quais usos com finalidade à alimentação humana, 26 usos medicinais e 38 outros usos; (2) estão representadas 33 famílias botânicas, tendo as *Lamiaceae*, *Asteraceae*, *Fabaceae* e *Rosaceae* maior

representatividade, correspondendo a 36% do total de táxones catalogados; (3) foram identificadas, pelos informantes, 3 plantas que não foram catalogadas; (4) os táxones mais citados, com 9 citações cada, foram o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.) e a amora-silvestre (*Rubus ulmifolius* Schott var. *ulmifolius*), seguidos da cana (*Arundo donax* L.) e da hortelã (*Mentha rotundifolia* L.), com 7 citações cada; (5) o alecrim, o eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labil.) e as urtigas (*Urtica* spp.) foram os táxones que aos quais mais usos distintos foram atribuídos, tendo cada um 7 usos diferentes; (6) foram mencionados 17 usos medicinais; (7) as folhas, a planta inteira e as flores/inflorescências foram consideradas pelos informantes como sendo as partes mais utilizadas das plantas, estando associadas a um total de 51 táxones; (8) foram documentados 8 modos de utilização medicinal distintos, sendo a forma de utilização mais comum a decoção (chá), mencionada para 13 táxones diferentes; (9) um total de 95 nomes comuns foram utilizados pelos informantes para se referirem aos 69 táxones mencionados; (10) a Península de Setúbal é uma região potencialmente rica do ponto de vista etnobotânico, contudo apresenta desafios no que diz respeito à qualidade da informação obtida; (11) não parece existir nenhum problema de sobre colheita das espécies em estado selvagem na região.

Península de Setúbal's flora – A contribution to the ethnobotanical knowledge

EXTENDED ABSTRACT

The present study took place in Península de Setúbal, in the regions of Almada and Sesimbra, between January and September of 2015. The main objective of the study was to assess the ethnobotanical relevance of Península de Setúbal, and to contribute to the already established ethnobotanical knowledge for the regional flora. 15 interviews were made to 14 informants. The interviews were carried on informally, having as a basis a semi-structured ethnobotanical inquiry. Field trips were made to identify the *taxa* mentioned by the informants whenever possible. Plants were mentioned by their popular names, and occasionally by their scientific names. Usages, used parts, and preparation and utilization methods were mentioned for each case. Stories related to the plants and to life in the countryside were documented as well. As some plants referred to as useful were hard to identify during the interviews, latter on they were cataloged by bibliographical means. Additionally, the study aimed to check if there is any over-harvesting of the mentioned plants in their wild state. To assess the peninsula's ethnobotanical relevance a comparative study with similar studies that have been made in Portugal was carried out. By reviewing the state of the art of Ethnobotany as a scientific discipline, a critical examination of Península de Setúbal was made, contextualizing it within Ethnobotany and suggesting a path to follow in future studies.

From the collected data the following results were obtained: (1) 66 *taxa* were cataloged, 37 of which are used as a food source for humans, 26 have medicinal usages, and 38 other usages; (2) 33 botanical families are represented, being *Lamiaceae*, *Asteraceae*, *Fabaceae* and *Rosaceae* the more represented ones, corresponding to 36% of the totality of *taxa* cataloged; (3) 3 non cataloged plants

were identified by the informants; (4) rosemary (*Rosmarinus officinalis* L.) and blackberries (*Rubus ulmifolius* Schott var. *ulmifolius*) were the most quoted *taxa*, with 9 citations each, followed by giant cane (*Arundo donax* L.) and apple mint (*Mentha rotundifolia* L.), with 7; (5) rosemary, eucalyptus (*Eucalyptus globulus* Labil.) and nettles (*Urtica* spp.) were the three *taxa* to whom more usages were attributed, having each 7 different kinds of utilizations; (6) 17 different medicinal applications were mentioned; (7) leaves, flowers and the whole plant were the most used parts of the plants mentioned by the informants, being associated to a total of 51 *taxa*; (8) 8 distinct methods of medicinal administration were identified, being decoction (tea) the most common one, mentioned for 13 different *taxa*; (9) a total of 95 common names were used by the informants to identify the 69 mentioned *taxa*; (10) although Península de Setúbal is a potentially rich ethnobotanical region, the quality of the ethnobotanical data gathered is highly compromised due to different causes; (11) there seems to exist no over-harvesting of the referred flora in its wild state.

AGRADECIMENTOS

Gostava de agradecer à minha família – obrigado por todo o apoio; à professora Ana Monteiro do ISA – obrigado por me orientar e por acreditar no trabalho; à mestre Cristina Coelho da FCT e à Andreia Conceição da CMS – obrigado pela orientação e pela disponibilidade; ao Núcleo de Espeleologia da Costa Azul – obrigado pelas visitas à serra e pela sabedoria; à Dr^a Patrícia Silva da CMA – obrigado pelas orientações; à professora Teresa Ferreira do ISA e ao professor Pedro Raposo da UE – obrigado pela motivação; a todos os amigos que me incentivaram – obrigado pela vossa amizade; e, finalmente e mais que tudo, a todos os informantes que participaram nas entrevistas – sem vocês nada disto seria possível. Um muito obrigado a todos.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
2. REVISÃO DO ESTADO DOS CONHECIMENTOS	11
2.1. A etnobotânica enquanto disciplina científica	11
2.2. Estudos etnobotânicos na Península Ibérica	15
2.3. Porque são necessários estudos etnobotânicos?	17
2.4. Caracterização da área de estudo	23
2.4.1. Geografia, geologia e clima	24
2.4.2. Flora, vegetação e zonas classificadas	29
2.4.3. História recente, demografia e atividade económica	33
3. MATERIAL E MÉTODOS	41
3.1. Entrevistas	41
3.2. Recolha de dados	46
3.3. Nomes comuns das plantas e sua identificação científica	50
3.4. Tratamento dos dados	53
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	60
4.1. Caracterização dos informantes	60
4.1.1. Perfil dos informantes	61
4.1.2. Entrevistas realizadas	65
4.1.3. Conhecimentos botânicos dos informantes	69
4.1.4. Frequência e finalidade do uso e proveniência dos recursos	77
4.2. Dados relativos às plantas	79
4.3. Catálogo etnoflorístico	85
4.4. Índices e indicadores etnobotânicos	112
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	115

6. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
8. ANEXOS	136
8.1. Localização das entrevistas etnobotânicas	136
8.2. Listagem e perfil dos informantes	137
8.3. Listagem da categorização dos táxones	138
8.4. Lista dos táxones documentados	143
8.5. Lista dos usos referidos	145
8.6. Lista das partes utilizadas das plantas	147
8.7. Lista das utilizações medicinais	147
8.8. Lista das famílias botânicas representadas	148
8.9. Lista dos nomes comuns	149
8.10. Lista de espécies locais etnobotanicamente relevantes	152
8.11. Brochura etnobotânica	160

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1.1. Temperaturas do ar em Setúbal	26
Quadro 1.2. Precipitação em Setúbal	28
Quadro 1.3. Evolução da população residente por concelhos	36
Quadro 1.4. Estrutura etária da população por concelho	38
Quadro 1.5. Valor aproximado de trabalhadores por conta de outrem	40
Quadro 2.1. Localização das entrevistas etnobotânicas	136
Quadro 2.2. Listagem e perfil dos informantes entrevistados	137
Quadro 3.1.1. Classe 1 (alimento humano) do nível 1	138

Quadro 3.1.2. Classe 2 (aditivo alimentar) do nível 1	138
Quadro 3.1.3. Classe 3 (alimento animal) do nível 1	139
Quadro 3.1.4. Classe 6 (matéria-prima) do nível 1	139
Quadro 3.1.5. Classe 7 (combustível) do nível 1	140
Quadro 3.1.6. Classe 8 (uso social) do nível 1	140
Quadro 3.1.7. Classe 9 (veneno para vertebrados) do nível 1	140
Quadro 3.1.8. Classe 10 (veneno para não vertebrados) do nível 1	140
Quadro 3.1.9. Classe 11 (medicinal) do nível 1	141
Quadro 3.1.10. Elemento descritivo “como se aplica” da classe 11 do nível 1 ...	142
Quadro 3.1.11. Classe 12 (uso ambiental) do nível 1	142
Quadro 4.1. Listagem dos táxones documentados	143
Quadro 4.2. Listagem dos usos referidos para cada taxon	145
Quadro 4.3. Listagem das partes utilizadas das plantas	147
Quadro 4.4. Listagem dos tipos de utilizações medicinais	147
Quadro 4.5. Listagem das famílias representadas	148
Quadro 4.6. Lista dos nomes comuns mencionados	149
Quadro 4.7. Lista de táxones locais com interesse etnobotânico	152
Figura 1.1. Localização da Península de Setúbal	24
Figura 1.2. Carta biogeográfica da área estudada	30
Figura 1.3. Localização de zonas classificadas na Península de Setúbal	32
Figura 1.4. Densidade populacional da área de estudo	37
Figura 2.1. <i>Sex-ratio</i> dos informantes entrevistados	61
Figura 2.2. Escalão etário dos informantes entrevistados	62
Figura 2.3. Naturalidade da Península de Setúbal pela parte dos informantes ...	63
Figura 2.4. Grau de escolaridade dos informantes inquiridos	64
Figura 2.5. Informantes com profissões ligadas a fitorecursos	64
Figura 2.6. Percentagem de entrevistas realizada em cada perfil urbanístico	66

Figura 2.7. Número de entrevistas realizadas por concelho	67
Figura 2.8. Número de entrevistas realizadas em cada localidade	68
Figura 3.1. Número de táxones mencionados por cada informante	69
Figura 3.2. Número de táxones mencionados associados a cada classe de uso ...	71
Figura 3.3. Número total de usos associados aos táxones	72
Figura 3.4. Número de aplicações internas e externas citadas	73
Figura 3.5. Tipos de aplicações internas citadas e número de citações	74
Figura 3.6. Tipos de aplicações externas citadas e número de citações	75
Figura 3.7. Fontes de conhecimento botânico referidas pelos informantes	76
Figura 4.1. Frequência de uso dos recursos mencionada pelos informantes	75
Figura 4.2. Finalidade do uso dos recursos mencionados pelos informantes	78
Figura 4.3. Proveniência do material vegetal obtidos pelos informantes	78
Figura 5.1. Número de táxones associados ao nível 2 da classe 11 do nível 1	84

1 – INTRODUÇÃO

A relação entre o Homem e as plantas é tão antiga como a própria humanidade. Tem influenciado profundamente a sua cultura e tem-se mostrado fundamental para a sua sobrevivência. Ao longo da história, a humanidade tem procurado no reino das plantas a satisfação de uma grande parte das suas necessidades, manipulando-o e aproveitando os seus recursos. A dependência do Homem nas plantas é tal que Nabhan (1985 *in* Carvalho 2006) apresenta-nos uma conceção da ecologia vegetal segundo a qual grande parte das espécies naturais de uma determinada região foram outrora domesticadas pelo Homem, em tempos pré-históricos, não correspondendo necessariamente às originais espécies espontâneas. Quando considerada a flora da Península de Setúbal, foram contempladas também possíveis espécies introduzidas pelo Homem, especialmente em zonas cuja ocupação humana remonta à pré-história.

Considerando a área da Península de Setúbal, salienta-se que as plantas relativas à sua flora têm sido utilizadas pelo Homem para os mais variados fins, desde a alimentação, à medicina, construção de abrigos, vestuário, artesanato e práticas religiosas. As plantas têm constituído uma das principais bases materiais segundo as quais o Homem tem construído a sua vida na península. A capacidade de uso das plantas demonstrada pelos vários povos que a têm ocupado evidencia um elevado grau de conhecimentos botânicos adquiridos ao longo do tempo. Provavelmente, desde as épocas mais remotas que têm existido usuários mais experientes e mais conhecedores das propriedades das plantas (Carvalho 2005). À medida que a sociedade se tem especializado, têm-se especializado também os usuários das plantas e as próprias utilizações em si. Se por um lado as plantas enquanto recurso biofísico têm sido amplamente exploradas por construtores, carpinteiros, serralheiros e alfaiates, por outro os curandeiros, agricultores e pastores têm sido os principais responsáveis pela sua exploração enquanto recurso bioquímico.

Os agricultores e pastores que conservam vivas as tradições de cultivo e pasto associadas aos seus antepassados dependem do uso criativo das plantas existentes nas propriedades onde cultivam e pastoreiam para poderem produzir bens alimentares. As plantas espontâneas têm sido por estes utilizadas, por exemplo, para a confeção de remédios para animais, para fertilizar o solo, coalhar o leite, lavar pequenos cortes e feridas e proteger a pele do sol. Note-se que, tradicionalmente, são os homens que costumam fazer maior parte do trabalho árduo de campo, pelo que são estes os que mais expostos ficam às adversidades da vida rural. Enquanto os homens, geralmente, dominam com maior profundidade a utilização de plantas associadas à agricultura, pastorícia, construção, carpintaria e serralharia, as mulheres, por outro lado, têm sido reconhecidas por terem um conhecimento mais profundo em relação a estratégias tradicionais de saúde (Quave *et al.* 2012), dada a sua dedicação ao bem-estar e às tarefas domésticas.

Embora as mulheres sejam as principais responsáveis pela conservação do conhecimento botânico relativo às aplicações populares das plantas para fins terapêuticos, são todavia encontrados homens especialistas neste tipo de funções. Os curandeiros, mais no passado do que no presente, têm tido um papel fundamental tanto na saúde humana como na saúde dos animais (Quave *et al.* 2012). As plantas medicinais têm sido por estes utilizadas, principalmente, para o tratamento de enfermidades comuns, tais como o catarro, a pneumonia, a febre, a diarreia, problemas de estômago e intestinos, pressão sanguínea alta, lesões, feridas ou dores musculares, a fim de se evitarem visitas desnecessárias ao médico. Enquanto problemas digestivos, respiratórios e de pele são frequentemente tratados em casa, com remédios caseiros, as receitas feitas com misturas de plantas, extratos de ervas ou loções e óleos especiais são geralmente preparadas por curandeiros especializados, ou mulheres sábias, que as fabricam por encomenda a pedido da população (Quave *et al.* 2012).

É evidente a importância físico-química que as plantas têm tido na vida das populações rurais, mas embora seja um fator decisivo na escolha dos espécimes a utilizar não é o único. As plantas não são só o suporte material com que satisfazem as suas necessidades fisiológicas, cumprem também uma função simbólica importante - são o elemento material de rituais que representam a identidade e as aspirações de um povo (Santayana e Péllon 2003). São inúmeras as referências a plantas em todos os aspetos da cultura humana, desde referências religiosas, a contos infantis, ditados populares, anedotas, superstições, festividades, até à construção de calendários. É bastante provável que a existência ancestral do mundo vegetal, e da relação simbiótica entre o Homem e as plantas, tenha sido a principal responsável pelo aspeto venerativo que as sociedades humanas do passado mostravam em relação à natureza. Nas sociedades biocêntricas do passado as plantas tinham um papel tão fundamental que aparentemente poderiam chegar a ser consideradas entidades divinas, à semelhança do que se passa em algumas sociedades indígenas atuais. É comum neste tipo de sociedades encontrarmos pessoas a viverem em função das plantas. Este aspeto mágico-religioso faz com que não só a própria ecologia do mundo vegetal se mantenha relativamente estável ao longo do tempo como previne também a sobre-exploração dos recursos pela parte da população humana, e a consequente extinção das espécies mais frágeis. A reverência que este tipo de sociedades tem pelo mundo natural, e todos os dogmas e tabus a ela associados, age como um mecanismo de autodefesa contra a sua própria destruição, ao fazer com que utilizem as plantas que estão disponíveis localmente, ou incorporem novos espécimes sem grandes consequências ecológicas. Se por um lado o isolamento geográfico das sociedades biocêntricas atuais previne a sua aculturação, por outro as lições de ecologia que acumulam ao longo da história, petrificadas hoje em dia sob a forma de mitos e lendas, previnem a sobre-exploração dos seus recursos e a sua consequente extinção cultural. Contudo, o confronto inevitável deste tipo de sociedades com o mundo civilizado vem fazer com que percam grande parte da sua identidade cultural.

O aspeto antropocêntrico das religiões praticadas pelos vários povos mediterrânicos que têm vindo a ocupar a Península de Setúbal nos últimos milénios veio fazer com que as plantas, não deixando de ser fundamentais à vida humana, passassem a ocupar uma posição secundária na vida das pessoas. As plantas, agora inertes das qualidades anímicas do passado, passam a ser úteis para o Homem apenas na medida em que se apresentam como matéria-prima para a satisfação das suas necessidades fisiológicas. O aspeto utilitário das plantas passa a ganhar importância face ao aspeto religioso, e a relação entre o Homem e as plantas estreita-se à base da exploração das plantas pelo Homem enquanto recurso, muitas vezes descuidando-se a sua ecologia e os ciclos naturais do planeta. É natural que a utilidade das plantas tenha hoje em dia mais relevância para a sociedade atual do que o seu aspeto simbólico, remanescente de uma época já passada. Embora os aspetos religiosos das antigas sociedades biocêntricas ainda se mantenham vivos um pouco por toda a Terra, estão a ser progressivamente abandonados dadas as trocas culturais da era atual. A influência que a Europa tem tido no mundo, especialmente desde a época dos descobrimentos, e a propensão que o ser humano tem para impor sobre os outros a sua cultura, tem vindo a fazer com que grande parte do conhecimento botânico dos povos que ainda vivem em contacto direto com a natureza se venha a perder em detrimento das mais recentes descobertas científicas. Em algumas regiões da Terra, o conhecimento botânico construído ao longo de milénios perde-se ou descontextualiza-se no tempo de uma a duas gerações (Carvalho 2006). À medida que as sociedades se vão modernizando, os resquícios de uma passada cultura ancestral vão-se deteriorando, e aquilo que outrora fora uma componente prática e concreta de uma cultura passa a ocupar um lugar ora de desprezo ora de fantasia no seu seio. Há que perceber, desta forma, se as mudanças observadas nas populações que dependem diretamente dos fitorecursos contribuem para o seu bem-estar e qualidade de vida ou não. Para tal, é necessário estudar as relações que as populações humanas têm vindo a estabelecer com o mundo vegetal, e verificar se são necessárias medidas que procurem preservá-las ou renová-las, de modo a que possam fazer face às necessidades vitais das respetivas populações.

A Península de Setúbal é uma região com uma elevada densidade populacional e com uma elevada taxa de imigração. Reúne as condições necessárias para que um estudo etnobotânico incidente sobre a população rural possa ser realizado bem como oferece oportunidade para que se possa estudar a utilização moderna dos táxones pela parte da população urbana. Uma vez que a dicotomia rural/urbana deixou de ser significativa nos finais do século XX, com a crescente aculturação da sociedade promovida pelos *media*, e uma vez que existe um interesse renovado na utilização tradicional de plantas espontâneas (Pardo-de-Santayana *et al.* 2010, Leonti 2011), foi considerado que a Península de Setúbal é um local apropriado para estudar as diferenças encontradas entre a utilização passada dos táxones vegetais, normalmente associada à população idosa, e a utilização moderna dos mesmos. Parte-se do princípio de que os conhecimentos botânicos locais das populações residentes na península, que ainda mantém algum contacto direto com a natureza, estão a sofrer fortes alterações estruturais, dissociando-se cada vez mais dos conhecimentos característicos do passado. Após uma análise feita a estes conhecimentos, resta perceber se a informação associada à utilização moderna dos táxones é relevante para a etnobotânica, ou se esta disciplina se deve debruçar mais sobre a população rural e os usos ditos “tradicionalistas”, e deixar a utilização moderna dos mesmos para outras disciplinas, tais como a botânica económica.

O presente estudo insere-se no âmbito de uma tese para o mestrado em Gestão e Conservação de Recursos Naturais da Universidade de Évora. Foi desenvolvido em parceria com o Instituto Superior de Agronomia, da Universidade de Lisboa, e com a participação da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa. Devido ao facto da existência de estudos semelhantes para a região da Península de Setúbal e da Serra da Arrábida (Santos *et al.* 2007 e Novais 2002), com base nos pressupostos atrás referidos pretendeu-se com o presente estudo documentar a relação entre a população local e as plantas espontâneas e, ainda, avaliar a relevância etnobotânica da própria Península de Setúbal, e assim contribuir para o

conhecimento etnobotânico já adquirido. Objetivou-se também recolher o conhecimento popular, de cariz tradicional ou moderno, no que diz respeito ao uso de plantas espontâneas da Península de Setúbal, e comparar os dois tipos de conhecimento à luz da etnobotânica enquanto disciplina científica de síntese.

Naqueles pressupostos, os objetivos do estudo passaram por: (1) identificar táxones na flora da Península de Setúbal que apresentem elevado potencial etnobotânico; (2) inquirir algumas pessoas residentes na Península de Setúbal sobre a flora e respetivos usos; (3) perceber quais as diferenças encontradas entre o conhecimento botânico da população idosa e dos utilizadores mais jovens; (4) avaliar a relevância etnobotânica da Península de Setúbal; e (5) identificar a necessidade de se realizarem estudos posteriores para a mesma área de estudo.

Para se atingirem os objetivos, procedeu-se: (1) à análise do estado de arte da etnobotânica; (2) à contextualização geográfica, fitogeográfica e demográfica da Península de Setúbal; (3) à realização de entrevistas à população local; (4) à recolha de dados etnobotânicos; (5) à caracterização da população entrevistada; (6) à elaboração de um catálogo etnoflorístico; (6) à discussão dos resultados obtidos; e (7) à sua comparação com resultados de estudos anteriores.

Para que o presente estudo inclua uma aplicação prática procedeu-se à devolução dos conhecimentos aos respetivos informantes, depositários do património e no direito de serem os primeiros beneficiários (Santayana e Pellón 2003), contribuindo para o desenvolvimento sociocultural da região estudada. Para se devolver os conhecimentos aos informantes foi criada uma brochura etnobotânica com os táxones mais representativos da população entrevistada.

2. REVISÃO DO ESTADO DOS CONHECIMENTOS

2.1. A etnobotânica enquanto disciplina científica

Embora Carolus Linnaeus (1707-1778) tenha já desenvolvido trabalhos na área da etnobotânica, ao registrar e documentar as plantas que o povo Sami utilizava para a preparação de medicamentos naturais, o termo “etnobotânica” foi pela primeira vez sugerido pelo botânico norte-americano John W. Harshberger, numa palestra realizada na Associação de Arqueologia da Universidade da Pensilvânia, em Dezembro de 1895, para delimitar o campo específico da botânica que descreve “o uso de plantas por povos primitivos e aborígenes” (Cotton 1996 *in* Carvalho 2006). Em 1896, Harshberger definiu quatro objetivos para a etnobotânica: (1) elucidar o estágio de desenvolvimento cultural das tribos, de acordo com o uso das plantas e dos produtos derivados; (2) estudar a distribuição das plantas no passado; (3) conhecer as antigas rotas comerciais através das quais se promovia a troca de plantas e de produtos vegetais; e (4) estudar o uso de plantas cujas propriedades desconhecemos (Balick & Cox 1996 *in* Carvalho 2006). Tendo a sua origem etimológica nos prefixos *etno*, do grego para raça ou povo, e *botânica*, do grego para ciência ou conhecimento das plantas (Dias 2003 *in* Santos *et al.* 2007), a etnobotânica tem-se desenvolvido como ciência e várias definições têm surgido, embora sempre em redor da relação entre o conhecimento local dos povos que vivem em contacto direto com a natureza e as plantas.

Silveira (2006 *in* Ramalho 2005) considera a etnobotânica como sendo a disciplina científica que estuda e interpreta a história das plantas nas sociedades antigas e atuais, e que tem como objetivo a recuperação e o estudo do conhecimento que as sociedades, etnias e culturas de todo o mundo tinham e ainda têm sobre as propriedades das plantas. Numa designação mais ampla, Jones (1941 *in* Gerique 2006) define a etnobotânica como sendo a disciplina que se ocupa das interações

entre as pessoas e as plantas, considerando-a Ford (1978 *in* Santayana e Pellón 2003) sem quaisquer limitações em relação ao tipo de sociedades estudadas. Contudo, embora as plantas estejam relacionadas com todos os aspetos de qualquer cultura, é comumente compreendido que o trabalho do etnobotânico deve centrar-se nos grupos humanos cuja relação com a natureza é mais direta, dada a acelerada aculturação dos mesmos, tais como os povos indígenas e as comunidades rurais que preservam modos de vida remanescentes do passado.

Hoje em dia, a etnobotânica é considerada uma ciência interdisciplinar, cuja metodologia integra um conjunto de instrumentos de trabalho comuns às ciências naturais e humanas, como a identificação de espécimes botânicos, a estruturação de entrevistas, a análise histórica e sociológica, assim como outras especialidades que possam ser usadas para uma mais completa análise das informações recolhidas no campo (Carvalho 2006) e para uma posterior interpretação do seu significado cultural. Para se poder compreender a complexidade dos fenómenos estudados pela etnobotânica é necessária uma perspectiva interdisciplinar que nos ofereça um panorama amplo, impossível de desenvolver a partir da visão unidirecional das disciplinas clássicas (Santayana e Pellón 2003). Contudo, embora o carácter multidisciplinar associado à etnobotânica permita um vasto leque de possibilidades de estudo e de objetivos, articulando e encorajando a interação entre as diversas áreas do conhecimento científico, Cotton (1996 *in* Carvalho 2006) enfatiza que muita da controvérsia que rodeia a questão epistemológica fundamental da etnobotânica deriva de heterogeneidade das áreas académicas de onde provêm os seus investigadores.

Embora a etnobotânica, num sentido lato, estude as relações entre o Homem e o mundo vegetal, o património etnobotânico é entendido por Santayana e Pellón (2003) como sendo todo o património etnográfico que se refere às plantas, ou seja, que se transmite através dos costumes e que se estuda com a metodologia etnográfica. Estes autores compreendem a etnobotânica como estando relacionada com todos os bens

imateriais do património etnográfico que se refiram às plantas, tais como conhecimentos, técnicas, atividades e práticas transmitidas através dos costumes; valores da comunidade; rituais e celebrações festivas; crenças, devoções, procissões e festas, atos lúdicos e celebrações profanas; peculiaridades da língua; literatura oral; cantares, ditados; usos e costumes diversos. Por outro lado, a etnobotânica enquanto disciplina botânica enfatiza mais a caracterização da etnoflora de um dado local através da recolha, herborização, identificação e caracterização dos espécimes utilizados, ou identificados como relevantes, por uma dada população utilizando para isso metodologia botânica, com recurso a bases bibliográficas, entrevistas e chaves de identificação.

Dentro da disciplina, Berlin (1992 *in* Santayana e Pellón 2003) distingue duas correntes principais: a corrente cognitiva e a corrente utilitária. A primeira debruça-se sobre a forma como os seres humanos compreendem a natureza, e a segunda sobre a forma como os seres humanos a usam. A faceta utilitária tem tido um valor primordial dada a tendência cultural das populações humanas atuais, no entanto não devem ser descuidadas outras interações como as crenças, os conhecimentos, as impressões ou as valorações das plantas. Robbins *et al.* (1916 *in* Leonti 2011) defendem, dentro da mesma linha, que os estudos etnobotânicos devem ir para além da tradicional coleção e identificação de plantas, registo dos nomes locais e produção de uma lista de nomes científicos acompanhados por algumas notas acerca da sua utilização local. Leonti (2011) enfatiza que a etnobotânica deve ser utilizada para “mergulhar profundamente nos pensamentos e na vida das pessoas estudadas”. Para tal é fundamental perceber não só de que forma as pessoas utilizam as plantas, mas também de que forma é que as *vêm*, e que tipo de relações têm com elas. Esta dimensão filosófica tem causado alguma controvérsia no seio da comunidade científica, uma vez que se torna difícil identificar os limites da disciplina enquanto ciência. Esta problemática tem sido abordada por vários autores. Leonti (2011), no sentido de oferecer à etnobotânica uma via científica credível e útil, argumenta que tanto a abordagem filosófica como a

utilitária devem conter uma questão de investigação - isto é, uma hipótese razoável que pode ser provada certa ou errada através da aplicação de um método capaz. É crucial identificarem-se os objetivos da etnobotânica e contextualizá-los dentro dos limites da disciplina, identificando com rigor qual a metodologia utilizada para se testarem as hipóteses colocadas inicialmente em cada estudo. Mas se a relevância da etnobotânica enquanto disciplina científica é fundamental para a sua evolução no meio acadêmico, a sua utilidade enquanto ciência aplicada torna-se cada vez mais evidente quando se tem em conta as inúmeras aplicações que têm sido identificadas como resultado do conhecimento que esta disciplina produz.

A etnobotânica, para além de ser uma útil ferramenta para a compilação, descrição e estudo da cultura botânica popular, implica aspetos relacionados de enorme interesse. Para muitos, a etnobotânica aplicada e o desenvolvimento dos lugares estudados deve ser um dos objetivos prioritários, devendo o estudo ser feito como ferramenta para o desenvolvimento de regiões deprimidas, estudando-se tanto os recursos vegetais locais como a sua gestão sustentável. De acordo com Hamilton *et al.* (2003 in Gerique 2006) os principais objetivos da etnobotânica aplicada são: (1) a conservação de espécies vegetais – incluindo variedades regionais de culturas agrícolas – e outras formas de diversidade biológica; (2) inventários botânicos e inquéritos sobre o *status* de conservação das espécies; (3) sustentabilidade no fornecimento de recursos vegetais silvestres, incluindo produtos não-lenhosos; (4) segurança alimentar, nutrição e cuidados médicos redobrados; (5) preservação, recuperação e difusão do conhecimento botânico local; (6) reforço da identidade étnica e nacional; (7) maior segurança na posse da terra e dos seus recursos; (8) determinação dos direitos da população local e indígena; (9) acordos em relação aos direitos das comunidades em áreas protegidas; (10) identificação e desenvolvimento de novos produtos económicos a partir das plantas, para construção, alimento, medicina e horticultura; e (11) uma contribuição para o desenvolvimento de novos medicamentos.

A etnobotânica, para além de documentar modos de vida ancestrais e de os disponibilizar para futura consulta tem também como função diagnosticar modos de vida atuais. A utilização que as populações dão às plantas, em comparação com fontes documentadas, pode estar incorreta, e a etnobotânica, enquanto disciplina que se serve de estudos comparativos, pode identificar quais os erros que estão a ser cometidos pelas populações e disponibilizar essa informação às entidades médicas oficiais. Se, por um lado, muitas das plantas utilizadas atualmente na medicina popular europeia têm sido utilizadas durante séculos, se não milénios – a forma como são usadas é frequentemente diferente daquela documentada nos textos históricos (Quave *et al.* 2012). Embora a sabedoria popular tenha provado ser uma fonte importante de medicamentos terapêuticos, preocupações com o decréscimo de funções do fígado, e mesmo hepatotoxicidade, em pacientes que se automedicam com ervas (muitas vezes devido ao uso de espécies incorretas) são frequentes no meio da comunidade médica (Quave *et al.* 2012). É portanto necessário compreender-se qual o uso medicinal que as comunidades locais estão a dar às plantas e verificar se está de acordo com o que anteriormente tem sido documentado. A utilização de plantas invasoras para a construção de sebes ou fertilização do solo, por exemplo, pode estar também em desacordo com as espécies adequadas a esses fins. A etnobotânica é, deste modo, importante não só para resgatar o conhecimento que está em vias de extinção como também para avaliar e validar o conhecimento atual da população, propondo melhorias a serem aplicadas e sugerindo medidas para a sua aplicação.

2.2. Estudos etnobotânicos na Península Ibérica

A realização de estudos etnobotânicos reveste-se de uma particular importância fundamentalmente por contribuírem para a inventariação e difusão de parte de uma dada cultura e portanto para a preservação da herança cultural local que é também, em última análise, mundial (Bonet *et al.* 1999 *in* Santos *et al.* 2007). Dadas as suas características geográficas, climáticas e culturais, a Península Ibérica é uma das

regiões da Europa onde mais estudos etnobotânicos têm sido feitos. A maior parte dos estudos etnobotânicos publicados na Península Ibérica apresentam catálogos de plantas que a população tem usado e gerido, e que se mostram muito úteis, pois apresentam um grande volume de informação aglutinada sobre cada táxone. Permitem avaliar que plantas podem tornar-se promissoras, assim como valorar os riscos associados à sua gestão.

Muitos dos trabalhos etnobotânicos que têm sido realizados na Península Ibérica têm uma clara tendência para o estudo das aplicações medicinais das plantas, despreocupando-se em parte de outros aspetos utilitários, aparentemente inúteis, mas que expressam os diferentes interesses dos agrupamentos humanos. O elevado número de estudos etnobotânicos na Península Ibérica e a natureza dos mesmos é refletivo do crescente interesse social, político e científico no conhecimento tradicional - especificamente no conhecimento de cariz fitoterapêutico e na necessidade de promovê-lo e conservá-lo (Quave *et al.* 2012).

A maior parte dos projetos de etnobotânica desenvolvidos no nosso país são cofinanciados por fundos europeus e desenvolvidos na área das plantas medicinais, aromáticas e no desenvolvimento de práticas de agricultura sustentada, nomeadamente de agricultura biológica. Mas embora haja interesse em promover estudos na Península Ibérica, os estudos centrados na inventariação e análise dos usos tradicionais das plantas numa região específica da península são muito raros (Carvalho 2006). O mais comum é realizarem-se estudos cuja área de estudo se aproxima mais de uma região do que propriamente de uma aldeia. Se por um lado esses estudos correm o risco de se tornarem demasiado vagos e pouco representativos da heterogeneidade cultural de uma dada região, por outro permitem uma caracterização comparada da Península Ibérica como um todo. Apesar de tudo, o número de estudos etnobotânicos realizados em Espanha, quando em comparação com Portugal, continua a ser claramente superior.

2.3. Porque são necessários estudos etnobotânicos?

O conhecimento local sobre a utilização de plantas é um dos mais importantes tipos de informação transferido nas redes de informação que ligam as diferentes gerações de uma comunidade rural (Moore 1981 *in* Carvalho 2006). Constitui a base segundo a qual essas gerações garantem a sua subsistência e propagam a sua identidade cultural. A sua importância é tal que mesmo antes das crianças aprenderem a falar começam a ficar familiarizadas com as plantas e com o papel que as plantas desempenham no dia-a-dia dos seus progenitores. No caso das sociedades iliteradas é, geralmente, assumido que a transmissão dos conhecimentos culturais ocorre oralmente e de uma forma predominantemente “vertical”, ou seja, de pais para filhos (Cavalli-Sforza e Feldman 1981, 1982 *in* Leonti 2011). Contudo, também em sociedades literadas a transmissão vertical de conhecimentos tem sido compreendida como importante em casos relacionados com a religião, crenças, costumes e hábitos (Leonti 2011). Portanto, mesmo que a subsistência de uma população não esteja diretamente relacionada com o conhecimento que essa população tem sobre os recursos vegetais, estes não deixam de desempenhar um papel importante na sua cultura. E os conhecimentos que essa população tem sobre esses vegetais estão diretamente relacionados com a importância que esta lhes atribuí enquanto componentes culturais.

Se num passado não muito remoto, em contextos rurais, os saberes relacionados com as plantas eram transmitidos em segredo, de geração em geração, tendo cada família os seus segredos (Chausson *et al.* 1981 *in* Ramalho 2005), hoje em dia grande parte destes saberes estão já difundidos por toda a comunidade. Contudo, enquanto a aprendizagem repetitiva resultava numa “transmissão de conhecimentos perfeita de geração em geração” no passado, hoje em dia observa-se que as gerações mais novas não são capazes de identificar a flora local que é usada como fonte de alimento e medicina (Quave *et al.* 2012). Porque paralelamente à forma do conhecimento transmitido, o resultado depende em grande medida da propensão de quem o recebe

(Kalish *et al.* 2007 *in* Leonti 2011); e as gerações mais novas que habitam hoje em dia a Península de Setúbal estão cada vez mais inclinadas para valorizarem aspectos associados à cultura moderna, dado o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, a urbanização da península e a consequente aculturação a que a sua população está sujeita, do que propriamente para preservarem e reproduzirem um estilo de vida rural considerado, em certa medida, retrógrada e antiquado.

Embora não tanto como no passado, ainda existem pessoas que se lembram de como a vida era quando dependiam principalmente das plantas, animais e materiais que podiam ser encontrados em seu redor para comida, medicamentos e outras necessidades básicas. Contudo, devido à falta de contacto direto com a natureza através da domesticação de animais, criação de campos agrícolas e de jardins domésticos, o conhecimento ecológico tradicional tem sofrido uma erosão muito acentuada, sendo essencial o seu registo e documentação antes que seja tarde de mais (Quave *et al.* 2012). A aculturação “moderna” e industrial recente dos “países desenvolvidos”, a desertificação das áreas rurais e o facto de que os conhecimentos botânicos populares são tradicionalmente passados pela via oral, prevalecendo na atualidade maioritariamente na posse dos idosos, tem-se vindo a traduzir numa crescente erosão destes saberes (Bonet *et al.* 1999 *in* Santos *et al.* 2007).

As mudanças culturais – crenças partilhadas, valores e significado das plantas e das tradições a elas associadas – são por sua vez responsáveis por mudanças nas práticas de colheita. As plantas silvestres comestíveis, em algumas partes do país, são comumente consideradas símbolos de pobreza e retrogradismo, dada a sua importância passada em épocas de escassez alimentar (Santayana *et al.* 2010), mas o consumo de carrasquinhas (*Scolymus hispanicus* L.) por agricultores pobres alentejanos, com uma longa história que advém do tempo da presença romana no território português, por sua vez, tem vindo a ser visto como uma curiosidade turística e ganho prestígio cultural.

As profundas mudanças verificadas nas zonas rurais ao longo das últimas décadas, com a sua urbanização e industrialização, têm sido as principais responsáveis pela deterioração da cultura rural e pelo fim da dicotomia rural-urbano. Se por um lado o êxodo rural e o abandono da atividade agrícola vieram empobrecer estas zonas, por outro as novas vias de comunicação com o mundo exterior têm vindo a romper com o seu isolamento e a facilitar a troca de bens, conhecimentos, culturas e modos de vida. Face à crescente competição global por turistas e outros mercados, identidades regionais, caracterizadas por comidas regionais, música, artefactos e produtos locais, estão a ser vistas por alguns políticos e homens de negócios como ferramentas de *marketing* críticas para o crescimento económico da região (Santayana *et al.* 2010). Contudo, as sociedades rurais tornam-se cada vez mais urbanas sem que as sociedades urbanas se tornem cada vez mais rurais. A tendência atual, mesmo tendo em conta a valorização do património rural, é para a urbanização da sociedade, onde a vida é vivida nas cidades e os bens materiais são produzidos no campo com o auxílio de máquinas e de mão-de-obra especializada. Este novo aspeto da sociedade rural põe em risco o seu património cultural, ao tornar cada vez mais obsoleta a frágil herança dos seus antepassados.

Mesmo com o crescente interesse mostrado pela camada da população urbana que se vem sensibilizando e interessando por questões ambientais, oferecendo oportunidade para que este tipo de práticas se mantenham vivas mesmo em meios urbanos, através de hortas comunitárias, programas de colheita de plantas silvestres na natureza, *workshops* de medicina natural, e outras atividades relacionadas, e aliando ao facto o crescente interesse da comunidade científica em promover e em preservar a diversidade biológica, a realidade mostra uma falta de conhecimento cada vez maior da população em relação à identificação e utilidade das plantas silvestres ou em relação à identificação e cultivo de variedades agrícolas regionais.

O fim da dicotomia rural-urbano veio fazer com que muito do conhecimento botânico

local passe a incluir também grande parte do conhecimento disseminado pelas vias de comunicação modernas. A industrialização e a incorporação de máquinas no trabalho agrícola veio substituir a maior parte das tecnologias biofísicas e bioquímicas ainda utilizadas num passado recente. A utilização de plantas para fertilizar a terra, construir suportes para o crescimento de culturas agrícolas, facilitar a rega, construir abrigos, fabricar rações para o gado, obter venenos para pragas e complementar a dieta humana tem vindo a desaparecer em função de alternativas oferecidas pela indústria. Os fertilizantes químicos, os plásticos, a adição de compostos sintéticos às rações animais, os inseticidas e fungicidas obtidos sinteticamente e a inclusão cada vez maior de produtos de origem animal na alimentação humana têm sido os principais responsáveis pelas mais profundas alterações nos modos de vida rurais e pela respetiva degradação dos conhecimentos relacionados com o uso das plantas.

Desde a invenção da impressão e, mais recentemente, dos *media* que a audiência de um único comunicador tem crescido enormemente, eliminando os complexos degraus da transmissão cultural que de outra forma seriam essenciais em sociedades estratificadas (Cavalli-Sforza e Feldman 1981 *in* Leonti 2011). Os desenvolvimentos recentes da nossa evolução cultural afirmam que a produção de conhecimento e de informação, se bem como a sua troca, está a tornar-se cada vez mais rápida (Leonti 2011). Os seres humanos têm a capacidade para transmitir conhecimento a outros indivíduos remotamente no espaço e no tempo através de meios como a escrita ou a telecomunicação. Com respeito a outras espécies viventes, os seres humanos não estão dependentes da mera observação face-a-face e da imitação direta para a transmissão de cultura (Cavalli-Sforza e Feldman 1981 *in* Leonti 2011). Com relativa facilidade, hoje em dia, é possível obterem-se largas quantidades de informação sobre quase qualquer assunto relacionado com as plantas através de uma simples pesquisa na Internet. É possível, literalmente, encherem-se bibliotecas inteiras com textos que foram escritos nos últimos 2000 anos dedicados à relação entre os seres humanos e as plantas; contudo, de acordo com Totelim (2009 *in* Leonti 2011) embora a escrita

produza um impacto importante nos conhecimentos botânicos da humanidade, os conhecimentos orais e escritos não devem ser dicotomizados. Note-se que o conhecimento botânico proveniente da via oral, tão característico do passado, está cada vez mais misturado e indistinto do conhecimento presente nos novos meios de comunicação.

Num mundo globalizado, onde os mecanismos de seleção e transmissão de conhecimento respeitantes ao uso específico de certas plantas vão sendo progressivamente influenciados pela revolução industrial, os modos de pensar antropológicos inerentes ao estudo destes mecanismos têm sido eventualmente transmitidos inconscientemente como “interpretações adormecidas” através destes mesmos meios (Leonti 2011). A troca cultural resultante do fim do isolamento de muitas sociedades rurais veio fazer com que o conhecimento tradicionalmente adquirido pela via oral seja registado pelo mundo exterior e com que o conhecimento proveniente de fora passe a fazer parte dos modos de vida locais. Contudo, a classificação, gestão e utilização das plantas pelas sociedades rurais mais modernas continua a ser tão importante hoje em dia como fora outrora no passado. Para se poder contextualizar as mudanças detetadas no mundo rural atual é necessário em primeiro lugar compreender-se a sua evolução face à urbanização. Há que saber identificar estas mudanças e contextualizar os usos que as populações dão às plantas face ao conhecimento difundido pela cultura moderna. Estudos de campo etnobotânicos orientados para contribuir para a investigação de produtos naturais e/ou para a conservação de legados culturais não devem deixar de diferenciar entre o uso local e o uso global das plantas, e entre o conhecimento moderno registado em livros populares e a literatura científica (Leonti 2011).

Está clara então a necessidade de se estudar a utilização que as populações humanas têm dado às plantas. Segundo Carvalho (2006), desde meados do século XX, quando a cultura associada às comunidades rurais pareceu estar em risco de desaparecer, os

meios acadêmicos lançaram uma operação de *resgate antropológico* para registrar e conservar parte do conhecimento tradicional. Desde então, um número crescente de investigadores começou a compreender o valor prático e acadêmico dos conhecimentos botânicos locais e sua importância para a conservação da diversidade biológica e cultural. Note-se que o artigo 8 (j) da Convenção para a Diversidade Biológica diz que “cada parte contratante deve, sempre que possível e apropriado: submeter-se à legislação nacional, respeitar, preservar e conservar conhecimentos, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais que incorporem estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica e promover a sua ampla aplicação com a aprovação e envolvimento dos detentores de tais conhecimentos, inovações e práticas e encorajar a partilha equitativa dos benefícios que surgem a partir da utilização de tais conhecimentos, inovações e práticas” (Gerique 2006).

O interesse em fazer uso da informação gerada em estudos etnobotânicos para fins de gestão e conservação dos recursos naturais tem sido crescente nas últimas décadas. Ao elaborarem-se estratégias de conservação para os recursos fitogenéticos de uma dada região é necessário não só conhecer previamente no solo a natureza biológica, ecológica e a distribuição espacial desses recursos, mas também os aspetos etnobotânicos (Bermejo e Muñoz 1994 *in* Santayana e Pellón 2003). A etnobotânica tem-se destacado neste campo, contribuindo para pesquisas interdisciplinares, priorizando o estudo de espécimes vegetais com interesse local e o saber botânico popular. Em qualquer valoração de riscos de extinção, os estritamente biológicos aparecem sempre ligados direta ou indiretamente a fatores antrópicos (Santayana e Pellón 2003), e a Península de Setúbal não constitui exceção. Tendo em conta a diversidade de habitats e cenários urbanos que a constituem e a história recente da sua ocupação, torna-se necessário identificar o papel que a etnobotânica pode desempenhar na gestão e conservação dos seus recursos naturais.

2.4 Caracterização da área de estudo

A recolha de informação é a etapa fundamental dos estudos de etnobotânica (Carvalho 2006). O trabalho de campo, onde são realizadas entrevistas à população local, costuma ser imprescindível para qualquer trabalho etnobotânico, contudo no trabalho de pesquisa bibliográfica também se recolhem informações indispensáveis à investigação, nomeadamente, aquelas que permitem caracterizar a área de estudo sob o ponto de vista agrícola, climatológico, histórico, fitogeográfico e geográfico (humano e físico). Para além de ser um complemento importante para o estudo, alguns autores assinalam a importância fundamental desta etapa como fonte direta de informação etnobotânica (Xolocotzi 1985 *in* Carvalho 2006). A relevância de um estudo etnobotânico é determinada em grande medida pela contextualização desse estudo no panorama atual da disciplina; e o investigador, para além de ter que compilar informações relacionadas com o saber local sobre a utilização de plantas, tem também necessidade de observar o *quadro completo* das relações Homem-Plantas, fazendo para isso uso da botânica sistemática e de conteúdos e metodologias de antropologia cultural, história, geografia e outras áreas subsidiárias do seu trabalho (Anderson 1995 *in* Carvalho 2006).

A Península de Setúbal engloba ambientes muito distintos, albergando cidades de grande-média e pequena dimensão, intimamente relacionadas com a capital de distrito, e áreas bem preservadas que integram parques naturais ou zonas protegidas (Santos *et al.* 2007). Para se poder obter uma amostra representativa da área de estudo tornou-se necessário, antes de se selecionarem as populações humanas a amostrar, identificar quais as áreas com maior potencial etnobotânico. Para tal, procedeu-se a um estudo da Península de Setúbal no que diz respeito à sua geografia, fitorecursos e população, considerando a história recente da ocupação humana e dados demográficos atuais.

2.4.1. Geografia, geologia e clima

A Península de Setúbal localiza-se na costa ocidental da Península Ibérica, em Portugal. É a sub-região estatística portuguesa que abrange a parte norte do distrito de Setúbal, incluída na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

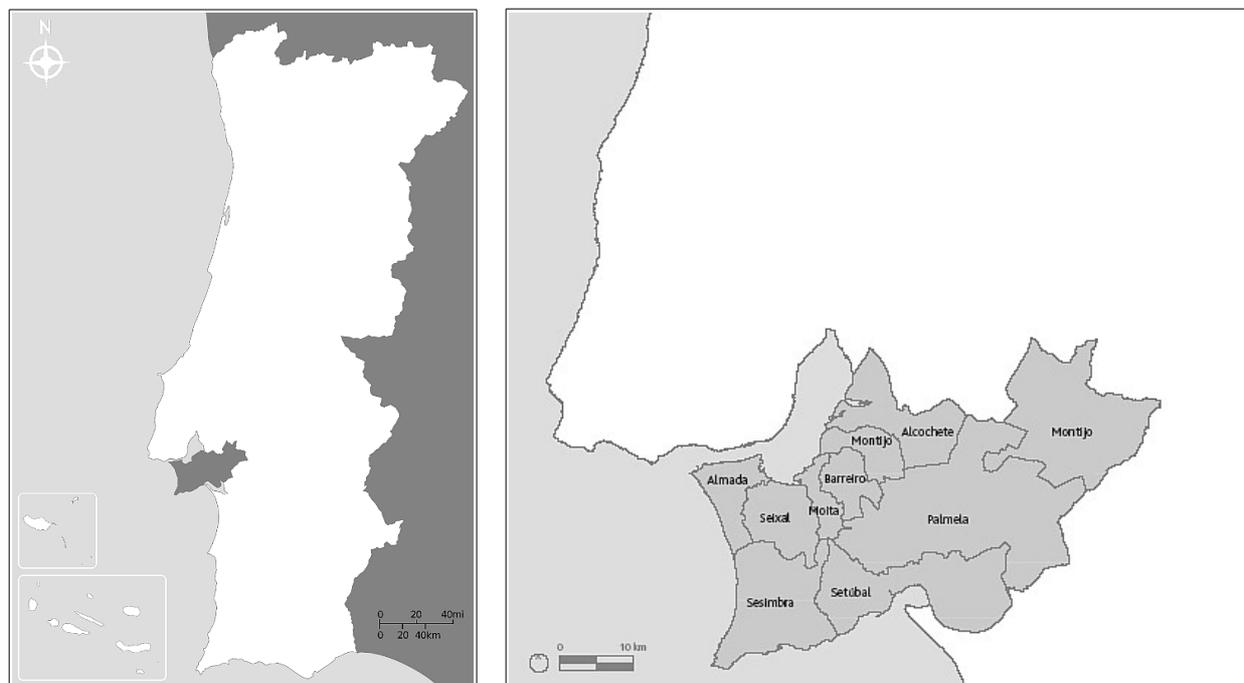


Figura 1.1. Localização da Península de Setúbal em Portugal e limites dos seus concelhos.

A península tem uma área total de cerca de 158 100 ha (INE, Censos 2001), e corresponde a cerca de 13% do território da região de Lisboa e Vale do Tejo. A norte está limitada pelo estuário do rio Tejo, a este pelo Alentejo Central, a sul pelo rio Sado e a oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. É composta pelos concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, incluindo a capital de distrito e a maior parte dos seus concelhos.

A Península de Setúbal é constituída, quase na sua totalidade, por terrenos planos de baixa altitude e arenosos; sendo a exceção a Serra da Arrábida que, para além de conter o ponto mais alto da península, no anticlinal do Formosinho (501 m), é

exclusivamente calcária. Entre o estuário do rio Tejo e a Serra da Arrábida destaca-se a arribas fósil da Costa da Caparica, que limita o cordão litoral atual da península.

O relevo da Península de Setúbal é pouco acidentado e dominado por um acidente muito marcado que se desenvolve ao longo da costa meridional. A costa ocidental corresponde a uma extensa praia de areia fina, onde se abre temporariamente uma lagoa (Lagoa de Albufeira), que comunica com o oceano. A sua constituição geológica é exclusivamente sedimentar, com larga representação de argilas, areias, arenitos, conglomerados, margas e calcários, de diferentes períodos e distintas composições e texturas (DGDR 1993).

A constituição geológica da península e a configuração do seu relevo produzem uma série de combinações entre os modos de vida da população local e a sua flora. Se, por um lado, mais perto do oceano temos agrupamentos humanos que vivem da pesca e dos recursos costeiros, por outro na serra temos populações nitidamente agrícolas.

O clima da Península de Setúbal apresenta características mediterrânicas, com uma marcada influência atlântica, principalmente nas colinas litorais que formam a Serra da Arrábida (Neto e Teixeira 2011). Segundo o climograma de Emberger, a estação de Alcácer do Sal, que embora fora da península serve de base à caracterização do clima desta região, apresenta um clima sub-húmido, de Inverno temperado.

De acordo com o relatório da DGDR (1993), na Península de Setúbal podem distinguir-se as seguintes zonas climáticas: (1) a vertente sul da Serra da Arrábida, em que o clima ao mesmo tempo marítimo e abrigado de influências setentrionais se apresenta com fortes semelhanças em relação ao da fachada Algarvia; (2) a fachada Atlântica, em que o duplo abrigo das Serras de Sintra e da Arrábida e as reentrâncias a elas ligadas fazem com que apresente características atlânticas um pouco acentuadas; (3) uma zona de transição para o interior, de características mais

continentais, cujas partes baixas das terras são frequentemente invadidas por nevoeiros; (4) uma zona com clima de tipo continental atenuado, abrangendo a parte ocidental do concelho do Montijo, que mantém laivos atlânticos; e (5) uma zona de características climáticas mais continentais, correspondente à parte superior da bacia do Sado, apresentando amplitudes térmicas mais elevadas e menor precipitação.

Uma variação climática desta ordem pressupõe diversas organizações sociais em torno da história da ocupação humana do território e uma flora muito diversa. As características climáticas da região refletem a heterogeneidade dos agrupamentos humanos que a têm ocupado e os diversos usos que têm dados às plantas que constituem a sua flora.

Para se proceder a uma caracterização climática mais profunda do território estudado recorreu-se a dados sobre temperatura e precipitação presentes num artigo elaborado por Neto e Teixeira (2011):

Quadro 1.1. Temperaturas do ar (°C) em Setúbal, atendendo aos valores desde 1971/2000 (IMPA, 2015).

Mês	Média mensal	Média das máximas	Média das mínimas
Janeiro	9,9	15,1	4,7
Fevereiro	11,3	16,3	6,3
Março	13	18,7	7,3
Abril	14,4	19,8	9
Maio	16,8	22,4	11,2
Junho	20	26,2	13,8
Julho	22,6	29,3	15,8
Agosto	22,7	29,5	16
Setembro	20,9	27,3	14,5
Outubro	17,4	22,9	11,9
Novembro	13,7	18,7	8,7
Dezembro	11,3	16	6,6
Média anual	16,2	21,8	10,5

Em toda a Península de Setúbal, a amplitude térmica anual não é muito elevada, dada a proximidade do mar - 12,9°C em Alcácer do Sal e 11,1°C em Setúbal, no período de 1941-1970. As temperaturas amenas fazem com que seja possível o cultivo agrícola e o pastoreio ao longo de todo o ano. Tendo em conta os dados climatológicos registados na estação de Alcácer do Sal, no período 1941-1970, a média das temperaturas máximas regista o valor mais elevado em Agosto (30,5°C), enquanto a média das temperaturas mínimas se observa em Janeiro (4,9°C) (Quadro 1.1). As temperaturas máximas absolutas registam valores superiores a 40°C entre Junho e Setembro, com o máximo absoluto de 43°C em Julho; e os mínimos absolutos registam valores negativos nos meses de Novembro até Março, com o mínimo absoluto em Janeiro (-6,5°C). É de sublinhar a quase nula ocorrência de geadas junto à costa, aumentando progressivamente para o interior.

Quase toda a Península de Setúbal recebe menos de 600 mm de precipitação anual, distribuídos por 70 a 80 dias/ano. 75% dos dias de precipitação ocorrem entre Novembro e Abril (Moreira 1987 *in* Neto e Teixeira 2011). A precipitação média anual foi de 567,3 mm entre 1941 e 1970, com um máximo de 925,8 mm e um mínimo de 319,1 mm em 1963 e 1945, respetivamente (Quadro 1.2). A variação interanual é bastante acentuada, tendo de 1941 a 1970 ocorrido cerca de 50% de anos com valores de precipitação anual entre 445,5 mm e 611,1 mm, e 70% de anos com valores entre 419,1 mm e 716,3 mm (Neto 2002 *in* Neto e Teixeira 2011), o que dá origem a uma forte carência de água no solo durante o período estival e, em alguns casos, a excessos de água no período invernal. Durante o Verão são frequentes os meses com ausência de chuva. No período de 1941 a 1970, em Alcácer do Sal, Junho apresenta 20,7%, Agosto 41,4% e Setembro 10,3% dos anos sem precipitação.

A colheita de plantas silvestres está fortemente dependente dos níveis e do ritmo da precipitação anual. Uma vez que não são regadas nem cultivadas, as plantas silvestres dependem fortemente da disponibilidade de água no solo proveniente da precipitação.

Quadro 1.2. Médias da quantidade de precipitação total e valor da quantidade máxima diária (mm) em Setúbal, atendendo aos valores desde 1971/2000 (IMPA, 2015).

Mês	Média da precipitação total	Valor da precipitação máxima diária
Janeiro	106,2	67,2
Fevereiro	82,3	55,3
Março	47,1	43,3
Abril	62,9	41,1
Maio	51,3	65,0
Junho	17,0	41,6
Julho	5,2	34,3
Agosto	3,6	11,0
Setembro	24,8	54,3
Outubro	81,1	97,5
Novembro	105,5	96,4
Dezembro	128,9	74,6

No sentido de efetuar a diagnose bioclimática da área visitada, recorreu-se aos cálculos que Neto e Teixeira (2011) realizaram para a obtenção dos vários índices que compõem a classificação bioclimática de Rivas-Martínez para 7 estações climatológicas (Alcácer do Sal, Santiago do Cacém, Alvalade, Setúbal, Sesimbra/Maçã, Águas de Moura e Pegões), com base nas normais climatológicas de 1941/70. Os autores obtiveram os seguintes resultados:

Nº da estação	Estação	Classificação bioclimatológica (Rivas-Martinez 2005)
1	Sesimbra/Maçã	Mesomediterrânico superior mesofítico sub-húmido inferior
2	Alcácer do Sal	Termomediterrânico inferior mesofítico seco superior
3	Alvalade	Termomediterrânico inferior mesofítico seco superior
4	Santiago do Cacém	Termomediterrânico inferior mesofítico sub-húmido inferior
5	Setúbal	Termomediterrânico inferior mesofítico sub-húmido inferior
6	Águas de Moura	Termomediterrânico inferior mesofítico sub-húmido inferior
7	Pegões	Termomediterrânico inferior mesofítico sub-húmido inferior

De acordo com Neto e Teixeira (2011), todas as estações climatológicas analisadas estão incluídas no termotipo mediterrânico inferior, com exceção da estação de

Sesimbra/Maçã, que apresenta um termotipo mesomediterrânico superior pois está incluída na Serra da Arrábida (Arrábida Oriental), cujo sector mais elevado pertence ao termotipo mediterrânico. Toda a área estudada, por sua vez, está incluída no andar termomediterrânico inferior, sempre muito próximo do mesomediterrânico. Quanto ao ombrotipo os valores distribuem-se pelos andares seco superior e sub-húmido inferior, a que correspondem valores de precipitação entre 525 e 875 mm de precipitação anual.

2.4.2. Flora, vegetação e zonas classificadas

Do ponto de vista da flora e da vegetação, a Península de Setúbal inclui um conjunto de elevada importância para proteção e preservação. Do ponto de vista biogeográfico, de acordo com Costa *et al.* (1999 *in* Neto e Teixeira 2011), a flora e o espaço justificam a individualização de dois territórios biogeográficos distintos:

a) Sadense (4) (Figura 1.2) – que corresponde aos terrenos associados à bacia sedimentar do Sado e à Península de Setúbal, onde os domínios dos sedimentos de carácter arenoso (areias, arenitos e conglomerados) e de solos ácidos (predominantemente podzóis e regossolos psamíticos) justificam o domínio de sobreirais; e onde ocorrem três conjuntos de habitats de proteção prioritária e fortemente ameaçados pela ação antrópica: (1) ecossistemas de praia e dunas recentes submetidas diretamente à influência da salsugem; (2) turfeiras baixas sub-atlânticas; e (3) sapais.

b) Arrabidense (3) (Figura 1.2) – correspondente às colinas calcárias litorais que constituem a Serra da Arrábida; onde os sobreirais dominantes nas áreas envolventes são aqui substituídos por cercais e carrascais arbóreos como vegetação arbórea. Na vegetação arbustiva dominam os medronhais/carrascais, zimbrais, matos baixos de aromáticas e o importante conjunto de comunidades rupícolas.

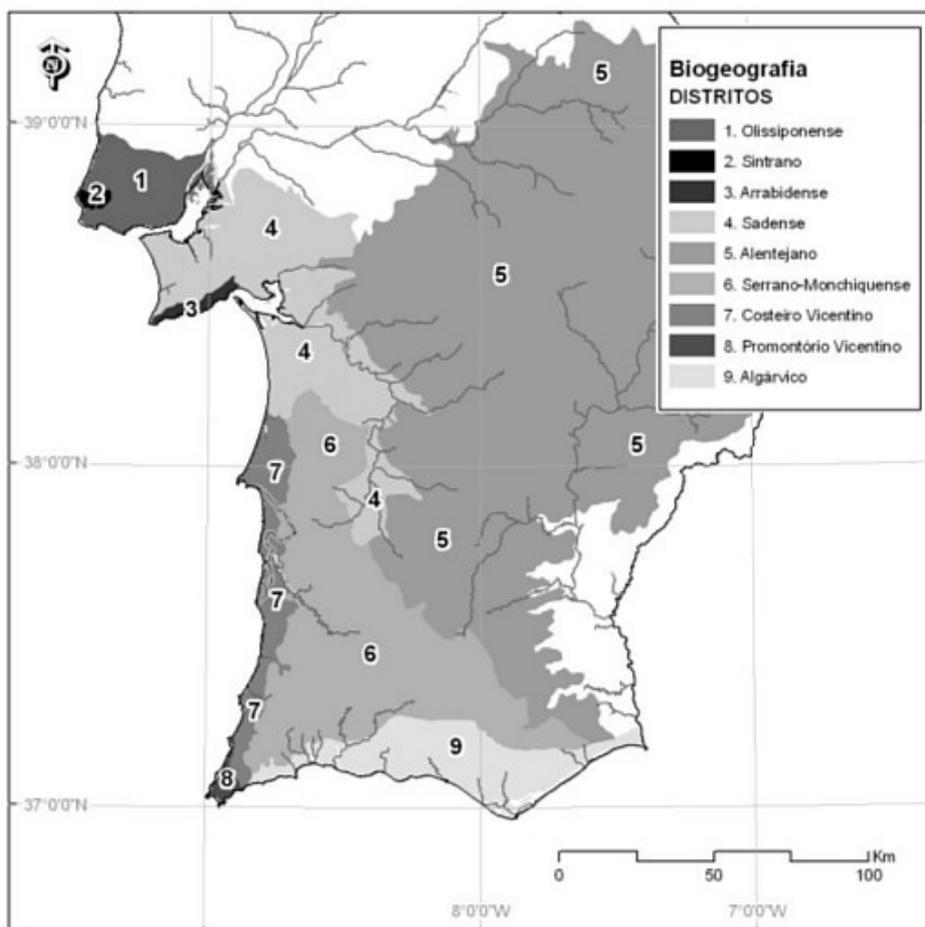


Figura 1.2. Carta biogeográfica da área estudada. Extraído de: Costa *et al.* (1999) in Neto e Teixeira (2011).

A observação, mesmo superficial, da estrutura física da Península de Setúbal revela, de um modo geral, estados de acentuada degradação dos seus fitorecursos. Em alguns casos está-se perante situações de rutura eminente dos ecossistemas. A ocupação desordenada está a multiplicar situações de conflito e de impossibilidade de aproveitamento economicamente rendível dos recursos naturais. O reconhecimento da existência de um património natural valioso e, ao mesmo tempo, dos perigos que ocorrem numa região que registou intenso crescimento industrial e urbano – por vezes de forma desordenada e observando graves carências – levou a que fossem colocados sob jurisdição do Estado segmentos importantes do território da península ilustrados na Figura 1.3 (DGDR 1993).

O Parque Natural da Arrábida (PNA) (11) (Figura 1.3) - zona classificada que cobre uma área de 10 821 ha e que contém um património geológico, botânico, paisagístico e arquitetónico de elevado valor e sensibilidade - constitui um enorme potencial recreativo de fim-de-semana e de férias, atualmente sujeito a grandes cargas humanas não controladas. O PNA é uma das zonas mais relevantes do ponto de vista etnobotânico da região, dada a ocupação milenar do território por vários povos distintos, a enorme variedade florística de espécies aromáticas e medicinais, e a existência de práticas agrosilvopastoris pela parte da população que mantêm algumas características comuns com o passado. A serra da Arrábida foi já objeto de estudos etnobotânicos (Novais 2002) e como espécies vegetais mais relevantes do ponto de vista etnobotânico foram identificados os seguintes táxones: *Geranium purpureum* Vill., *Rosmarinus officinalis* L., *Olea europaea* L., *Phlomis purpurea* L. e *Mentha pulegium* L. (Quave *et al.* 2012).

A Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET) (5) (Figura 1.3) - zona classificada com uma área de 14 563 ha – grande parte dos quais é área aquática – é também outra área protegida presente na península. Em conjugação com a Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) (12) (Figura 1.3) - com uma área de 23 156 ha, onde parte da qual é superfície aquática - que inclui terrenos agrícolas, entre os quais arrozais, e ainda matas, sapais e dunas marítimas onde se localiza uma importante reserva botânica, estas duas áreas apresentam-se como propícias para que um estudo etnobotânico aprofundado possa ser desenvolvido, no sentido de se inquirir a população sobre a utilização de espécies vegetais que ocorrem associadas a águas salobras.

A área da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (PPAFCC) (6) (Figura 1.3), a Reserva Natural da Mata Nacional dos Medos e as Matas Naturais da Trafaria e Costa da Caparica (Stº António) – que abrangem o litoral entre a Costa da Caparica e a Lagoa da Albufeira - reúnem um cordão de praias que constituem um

recurso valioso para a população da AML. Uma arriba fóssil com cerca de 70 metros de desnível, com características geológicas e paisagísticas únicas ao longo dos seus 13 quilómetros de extensão entre a Trafaria e o Pinhal dos Medos, torna a região emblemática; e a reserva botânica da Mata dos Medos oferece oportunidade não só para contemplação das extensas áreas de pinhal em associação com areias dunares, mas também se caracteriza por ser uma área com interesse etnobotânico, dada a longa ocupação do território por agricultores e lenhadores.

As margens da Lagoa de Albufeira - abrangendo a Lagoa de Albufeira e os terrenos envolventes – situam-se no litoral entre a Mata dos Medos e o Parque Natural da Arrábida, e são atualmente, para além de zonas de elevado interesse paisagístico, territórios de grande sensibilidade ecológica, onde a partir dos finais dos anos 60 se desenvolveu um processo de loteamento e construção clandestina que veio pôr em causa o equilíbrio ambiental existente.

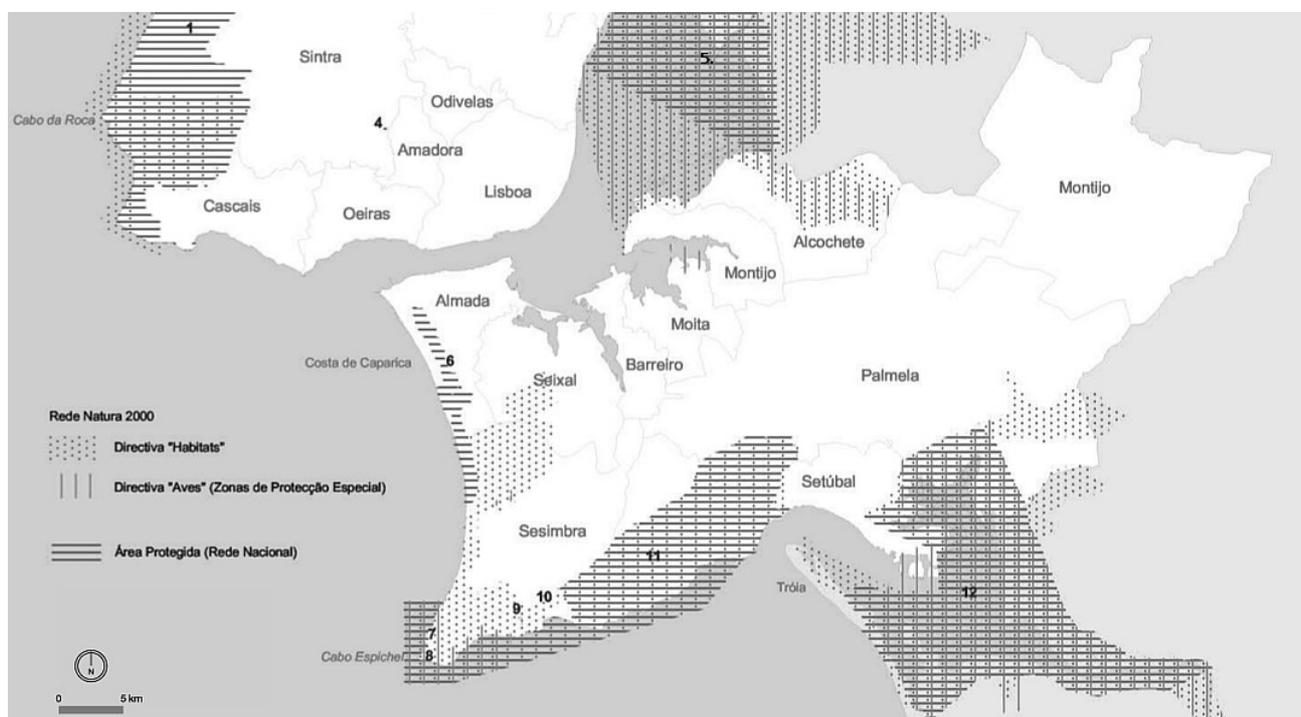


Figura 1.3. Localização de zonas classificadas na Península de Setúbal (6 – PPAFCC; 11 – PNA; 12 – RNES; 5 – RNET) (Pereira 2003).

2.4.3. História recente, demografia e atividade económica

A principal característica geográfica da Península de Setúbal reside na sua localização privilegiada entre os estuários dos rios Tejo e Sado. Tal configuração do território tem sido sempre o fator determinante da ocupação e organização do espaço, pelo menos desde a ocupação Romana. A Península de Setúbal registou nos últimos decénios uma evolução demográfica marcada por um elevado ritmo de crescimento da população residente, em consequência de intensos movimentos migratórios para a região (DGDR 1993). A elevada taxa de imigração das últimas décadas veio fazer com que habitantes de várias proveniências nacionais e internacionais viessem ocupar e habitar territórios que outrora teriam sido destinados à agricultura, dado o elevado número de quintas existentes na península num passado recente. Contudo, a maior parte da atividade económica desenvolvida pelos habitantes recém-chegados, em vez de proliferar a atividade agrícola característica do passado, concentrou-se na indústria da transformação de produtos – o que veio contribuir não só para a degradação dos conhecimentos botânicos locais como também para a erosão dos conhecimentos botânicos característicos das suas respetivas regiões de origem.

Se até meados da década de 60, na rede urbana da Península de Setúbal, foi possível destacar a capital de distrito e os aglomerados ribeirinhos da margem sul do estuário do Tejo, desde então tem-se registado um importante crescimento urbano do arco ribeirinho, em consequência das grandes concentrações de emprego industrial, mas sobretudo desde a abertura da Ponte 25 de Abril e da Auto-estrada do sul, bem como do incremento das carreiras fluviais (Neto e Teixeira 2011). A construção destas infraestruturas e o crescimento industrial que a Península de Setúbal testemunhou nas últimas décadas desencadeou um processo de urbanização explosivo.

Entre 1950-1960, a população da Península de Setúbal aumentou quase 25% e entre 1960-1981 deu-se um verdadeiro *boom*, com um crescimento superior a 100%

(Barata Salgueiro 2002 *in* Neto e Teixeira 2011). A forte atração migratória que a Península de Setúbal exerceu neste período esteve intimamente associada ao processo de industrialização que até meados dos anos 70 do século anterior proporcionou expectativas de emprego e provocou a fixação de grande número de naturais de outros distritos, principalmente do Alentejo, de forma que em 1981 menos de metade da população residente era natural da Península (DGDR 1993). Assim, ganhou forma uma grande mancha urbana próxima do estuário do Tejo, com uma certa autonomia que lhe era conferida pelo numeroso emprego na indústria pesada, mas também, cada vez mais, um dormitório da cidade de Lisboa, durante muito tempo caracterizada, do ponto de vista urbanístico, como desordenada e desqualificada, dada a relação promíscua e ambientalmente conflituosa entre os usos industriais, agrícolas e residenciais (Neto e Teixeira 2011).

A década de 80, por sua vez, ficou marcada por uma grave crise socioeconómica, associada à reestruturação de base económica da AML que se traduziu, acima de tudo, na forte desindustrialização associada às dinâmicas sectoriais das indústrias pesadas. Assim, confrontadas com o desemprego, as populações foram obrigadas a procurar alternativas fora da Península de Setúbal, encontrando-as muitas vezes a norte do Tejo, o que reforçou a dependência face à Grande Lisboa e acentuou a ideia de “espaço-dormitório” (AMDS 2004 *in* Neto e Teixeira 2011). O facto da Península de Setúbal se afirmar cada vez mais como um dormitório da capital do país, tendo em conta a elevada concentração da sua população nos concelhos de Almada e Seixal, veio fazer com que grande parte dos seus habitantes perdessem a capacidade de “criar raízes” na região. Não só o facto de passarem a maior parte do dia numa cidade distinta contribuiu para o abandono da atividade rural, muitas vezes característica das suas regiões de origem, como a aquisição de apartamentos ou pequenas residências para passarem as noites, em lugar de moradias com espaço para cultivo, veio acentuar a perda das relações diretas com a natureza que caracterizavam os seus antepassados.

No final da década de 90, a entrada em funcionamento da Ponte Vasco da Gama e da travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril vieram melhorar a acessibilidade da Península de Setúbal, mas também contribuíram para aumentar a sua dependência face à Grande Lisboa, dado que a mancha urbana rapidamente se expandiu e a segunda residência se transformou em residência permanente. A melhoria das acessibilidades internas está a aproximar cada vez mais os contínuos urbanos do arco ribeirinho do eixo Palmela/Setúbal, que vê assim reforçada a sua integração na lógica metropolitana (Neto e Teixeira 2011). Esta expansão urbana veio fazer com que cada vez mais blocos habitacionais fossem construídos e cada vez menos habitações térreas fossem erguidas. Se por um lado, até ao fim da década de 90 do século passado ainda era possível observar-se a construção de muitas moradias que serviam como casas de fim-de-semana para os habitantes de Lisboa, e que lhes ofereciam alguma liberdade para o cultivo de plantas maioritariamente aromáticas e ornamentais, por outro a construção massiva de prédios habitacionais para acomodar as novas gerações de habitantes da península, provenientes quer das recentes vagas de imigrantes vindos de ex-colónias Portuguesas quer de outras partes do país, nomeadamente de Lisboa e arredores, veio estabelecer uma nova lógica urbanística que passa a incluir a Península de Setúbal nas áreas mais populosas do país.

Contudo, a evolução demográfica verificada nos últimos decénios não se manifestou de forma homogénea por todo o território da península. Nos concelhos de Almada, Barreiro, Seixal e Moita o processo está marcadamente dependente da industrialização local em articulação com a expansão da AML para sul, na qual este grupo de concelhos está inserido; e a área de Setúbal, em posição geográfica oposta, constitui um centro urbano-industrial com relativa autonomia face à expansão da AML, desenvolvendo uma estrutura própria de movimentos pendulares diários com os concelhos envolventes. Ainda assim, a elevada densidade populacional observada na península compromete-a em relação à relevância etnobotânica da sua população.

Na Península de Setúbal residiam, em 1981, cerca de 585.000 habitantes (INE); o Censo de 2011 revela que essa população ultrapassa agora os 778.000 residentes, o que se traduz numa taxa de variação superior a 33% no período considerado. Contudo, na última década registou-se um abrandamento do ritmo de crescimento demográfico (8,9%), face ao decénio anterior (11,6%) (Neto e Teixeira 2011).

Desde 1991 que os concelhos mais populosos são Almada, Seixal e Setúbal e o menos populoso Alcochete (Quadro 1.3). Na última década, Alcochete, Montijo e Sesimbra registaram crescimentos demográficos acima dos 30%, seguindo-se Palmela com 17,2%. A Moita foi o único concelho em perda populacional (-1,7%), já que o Barreiro, apesar de estagnado, parece querer pôr fim às duas décadas de taxas de variação negativas, certamente associadas à imagem pouco favorável relacionada com os impactos da industrialização, que da qual tem tido dificuldade em libertar-se (Tomé 2011 *in* Neto e Teixeira 2011).

Quadro 1.3. Evolução da população residente por concelhos (nº de habitantes), 1981-2011 (INE *in* Neto e Teixeira, 2011).

Concelho	1981	1991	2001	2011
Alcochete	11246	10169	13010	17565
Almada	147690	151783	160825	173298
Barreiro	88052	85768	79012	79042
Moita	53240	65086	67449	66311
Montijo	36849	36038	39168	51308
Palmela	36933	43857	53353	62549
Seixal	89169	116912	150271	157981
Sesimbra	23103	27246	37567	49183
Setúbal	98366	103634	113934	120791
Península de Setúbal	584648	640493	714589	778028

Em 1981, a densidade populacional da Península de Setúbal era de 383 hab/km², aproximando-se atualmente dos 480,6 hab/km² (Figura 1.4 - INE 2014). Os valores mais elevados ocorrem no Barreiro, Almada e Seixal, nos dois primeiros

aproximando-se dos 2500 hab/km² (2432,2 hab/km² e 2121,8 hab/km² respetivamente) e no último ultrapassando os 1500 hab/km² (1701,8hab/km²) (Neto e Teixeira 2011).

Se por um lado, os concelhos menos populosos oferecem uma maior garantia de se encontrarem habitantes que ainda vivem em contacto direto com os recursos naturais, por outro os concelhos mais populosos garantem uma maior concentração de pessoas, e logo mais disponibilidade para a realização de entrevistas etnobotânicas.

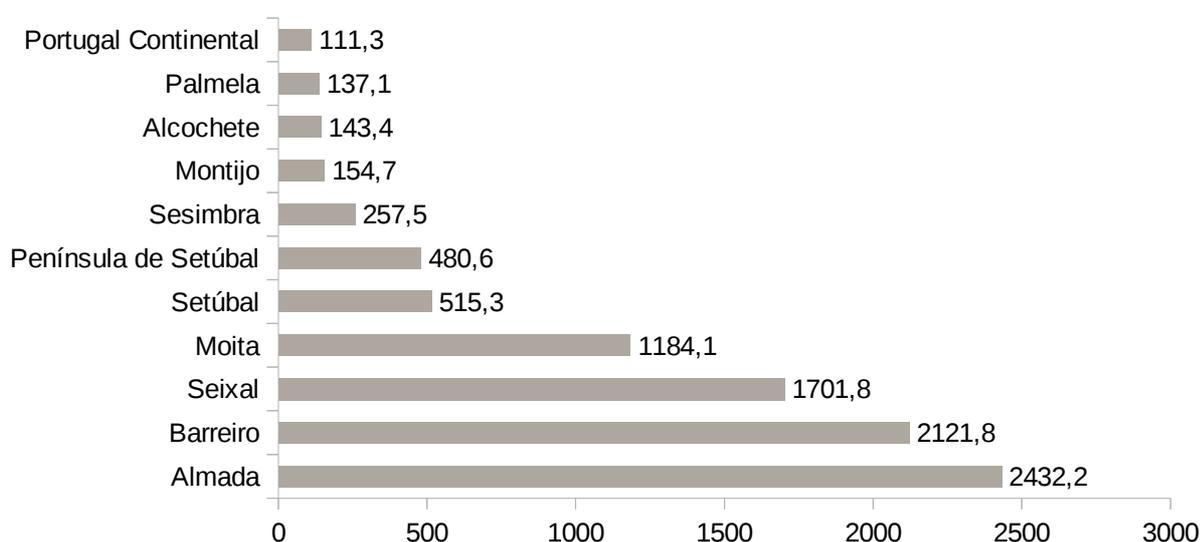


Figura 1.4. Densidade populacional (hab/km²) do território nacional continental, da área de estudo e por concelho da área de estudo (INE 2014).

Estima-se que 19% da população residente na Península de Setúbal tenha idade superior a 65 anos (INE 2014), estando atualmente a envelhecer com um índice de envelhecimento de 118,1 (Quadro 1.4). Na estrutura etária da população a percentagem de jovens, e especialmente a de idosos, encontravam-se em 1981 a níveis inferiores aos verificados para a totalidade da população do Continente. Por outro lado, a população em idade ativa detinha um peso relativamente maior na Península que no Continente.

Quadro 1.4. Estrutura etária da população por concelho (%) (INE, Estimativas Anuais da População Residente, 2013. Dados tratados pelo ISS, IP – Centro Distrital de Setúbal (UAD - NAGPGI)).

Concelho	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	≥ 65 anos
Alcochete	19,3	10,7	54,1	15,9
Almada	15,3	10,0	53,3	21,4
Barreiro	14,6	9,2	52,8	23,5
Moita	16,1	10,7	55,0	18,2
Montijo	17,1	10,1	56,3	16,6
Palmela	17,0	10,5	54,3	18,2
Seixal	16,1	10,5	56,6	16,7
Sesimbra	17,6	11,3	54,7	16,4
Setúbal	16,4	10,2	54,0	19,5
Península de Setúbal	16,1	10,2	54,6	19,0
Portugal Continental	14,5	10,5	54,8	20,2

A atividade económica na Península de Setúbal, para além das características naturais que estão na base de produções agrícolas que a têm como referência (vinha, olival, queijos), foi historicamente condicionada pelos dois rios de amplos estuários que a delimitam (e que também ajudam a explicar a instalação de diversas indústrias) e pela presença próxima das cidades e portos de Lisboa e Setúbal. Durante muito tempo “dividida” entre estes dois pólos, as sucessivas ligações a Lisboa tornam-na hoje muito mais integrada na lógica metropolitana comandada pela capital (Neto e Teixeira 2011).

As atividades do sector primário, em função da industrialização da península, têm perdido relevância, sendo hoje residuais em termos de emprego. A superfície agrícola utilizável (SAU) tem vindo a diminuir tal como o número de explorações agrícolas com culturas permanentes e temporárias. Como seria de esperar tem aumentado consideravelmente a percentagem de explorações agrícolas em que a principal fonte de rendimento do agregado doméstico é exterior à exploração (DGDR 1993), contribuindo para o abandono geral da atividade.

O abandono da atividade agrícola na Península de Setúbal, tão característica do passado, está na base da perda de maior parte dos conhecimentos populares relacionados com o uso da flora local. Estes conhecimentos, tal como as atividades agrícolas que por eles são responsáveis, tornam-se cada vez mais insignificantes face à realidade conhecida num passado recente, subsistindo hoje em dia, em grande medida, graças a apoios comunitários e a fundos da União Europeia. A industrialização da Península de Setúbal fez-se sentir não só na instalação de indústrias pesadas como também na mecanização agrícola e na transformação da indústria pecuária. As práticas agrícolas remanescentes do passado, que dependiam do trabalho animal e do uso direto dos fitorecursos disponíveis no terreno, têm sido ao longo das últimas décadas substituídas por mão-de-obra especializada, máquinas agrícolas e pela indústria química. Não só a acentuada perda que se fez sentir no sector agrícola contribuiu para a erosão dos conhecimento botânicos locais, como a própria transformação da indústria agrícola contribuiu para o carácter cada vez mais obsoleto dos mesmos.

Pode dizer-se então que a atividade económica na Península de Setúbal tem sido marcada sobretudo pelos grandes investidores na “indústria pesada”. Contudo, não obstante a proficuidade desta atividade, a Península de Setúbal experimentou intensos processos de desindustrialização e de reestruturação industrial, implicando o encerramento e a deslocalização da maior parte das unidades industriais que chegaram a empregar vários milhares de trabalhadores. Estes processos emanaram de dinâmicas sectoriais associadas à crise das indústrias pesadas nos anos 80 mas refletem também recomposições territoriais inerentes à consolidação da AML, designadamente a expansão da função residencial, potenciada pela abertura da ponte sobre o Tejo (Neto e Teixeira 2011). O abandono industrial contribuiu deste modo para o abandono e desolação social das áreas destinadas à indústria, muitas vezes coincidentes com áreas de elevada produtividade agrícola, dada a sua proximidade ao rio Tejo e ao rio Sado.

O encerramento de muitas das fábricas e unidades industriais que caracterizaram a Península de Setúbal nas décadas de 70-80 do século passado como centro industrial veio, contudo, oferecer oportunidade para que os ecossistemas por elas afetados pudessem recuperar. São de se notar, por exemplo, melhorias sentidas na qualidade da água do estuário do Tejo após a cessão de uma parte significativa das atividades industriais que lá tiveram lugar.

Em 1995 e 2009 o emprego na indústria transformadora do distrito de Setúbal registou uma quebra de quase 15.000 pessoas, atingindo todos os ramos, grande parte deles com variações negativas superiores a 50% (Quadro 1.5).

Quadro 1.5. Valor aproximado de trabalhadores por Conta de Outrem, por grupos de atividade económica (%) (distrito de Setúbal, 2000-2009) (MESS, Quadros de Pessoal *in* Neto e Teixeira 2011).

Grupo de actividade económica	2000	2009
Agricultura e actividades extractivas	3,0	3,0
Indústria de transformação, electricidade, água, gás e construção	39,0	31,5
Comércio, restauração, transportes e armazenagem	34,5	34,0
Serviços	23,5	31,5

Mais recentemente a melhoria da acessibilidade às cidades da Península de Setúbal desempenhou um papel fundamental na desconcentração industrial da AML e na concomitante expansão de funções terciárias para os municípios adjacentes a Lisboa, embora a capital continue a afirmar-se como o centro empregador de grande parte da população que vive na margem sul do Tejo.

Dada a presente condição da população da Península de Setúbal, no que diz respeito à sua densidade habitacional e distribuição ao longo do território, pode-se caracterizá-la como sendo uma unidade cultural extremamente complexa e heterogénea.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Entrevistas

A etnobotânica é uma ciência multidisciplinar, baseada fundamentalmente no conhecimento que os habitantes ou povos de um determinado território possuem sobre os vegetais (González-Tejero e Cesares-Porcel 1996). Para que seja possível aferir os conhecimentos que uma determinada população tem sobre a utilização de plantas é necessário ou inquiri-la ou participar nas suas tarefas diárias, de modo a poder observar o seu comportamento perante o mundo vegetal. O método utilizado para se registarem os conhecimentos botânicos locais que os habitantes da Península de Setúbal possuem neste estudo foi o método mais comumente utilizado nos estudos etnobotânicos atuais - a entrevista etnobotânica. Uma entrevista etnobotânica consiste numa conversa informal entre o entrevistador e o entrevistado, doravante designado por “informante”, onde este último tem liberdade total para expressar o que sabe sobre as plantas locais. No caso específico deste estudo, a conversa foi orientada e dirigida para o conhecimento sobre plantas silvestres, tentando não causar grande pressão sobre o informante, de modo a que este pudesse falar livremente sobre o que sabe. As perguntas utilizadas foram fechadas apenas em casos de identificação dos táxones, sendo as restantes de resposta aberta.

Antes de cada entrevista foi estudada uma série de perguntas que tinham como objetivo servir como matéria para conversação e elaborar um inquérito etnobotânico semi-estruturado. O tipo de perguntas estudadas teve como objetivo encorajar o informante a desenvolver o tema pretendido de modo a que respostas espontâneas pudessem ocorrer com facilidade. Algumas perguntas que foram estudadas foram: (1) Que plantas do campo costuma colher para comer? (2) Que plantas usa para fazer construções na sua horta? E para construir ferramentas? (3) Que ervas é que usa para

fazer chá? (4) Que ervas é que dá ao gado? (5) Que plantas usa para queimar? (6) Que plantas usa para se proteger contra as picadas dos insetos? (7) Que histórias conhece que tenham a ver com plantas? (8) Que plantas usava para brincar quando era criança?

Foi também tomada a precaução de fazer chegar ao informante o interesse em ser entrevistado com antecedência, de modo a que pudesse preparar-se de antemão para a entrevista. Com regularidade era feito, sempre que possível, um telefonema prévio onde o âmbito da entrevista era divulgado, ou uma visita breve para se combinar a entrevista para uma altura mais adequada. A palavra “entrevista” foi evitada sempre que possível, de modo a não colocar o informante sobre qualquer pressão formal. O termo “conversa” foi preferido na maioria das situações.

É importante ter presente no contexto da investigação etnobotânica, à semelhança de qualquer outro estudo etnográfico, que o elemento chave não é a planta, mas o homem (Mesa-Jiménez 1996). O sucesso da pesquisa etnobiológica não está apenas no grande número de informações obtidas por meio de entrevistas, mas principalmente pelo respeito mútuo estabelecido entre o informante e o pesquisador (Oliveira 2010). À semelhança dos países em desenvolvimento, onde os grupos sociais desfavorecidos são aqueles que se encontram mais dependentes dos fito-recursos, não é incomum encontrarmos em Portugal habitantes empobrecidos que vivem relativamente isolados da sociedade, muitas vezes recorrendo às plantas silvestres para complementar as suas necessidades vitais. O isolamento geográfico e a exclusão social podem causar algumas dificuldades de comunicação, especialmente com pessoas desconhecidas - como é, muitas vezes, o caso do investigador. Antes da entrevista propriamente dita foi, sempre que possível, conduzida uma conversa com o entrevistado sobre assuntos que não estão diretamente relacionados com o pretendido, para que fosse possível o desenvolvimento de uma relação familiar entre os dois e para que a entrevista decorresse num ambiente amigável. É imprescindível ao

entrevistador compreender o estilo de vida do entrevistado, ouvir as suas preocupações, partilhar opiniões e trocar ideias sobre o mundo e sobre a atualidade. A qualidade da informação obtida nas entrevistas é diretamente proporcional ao grau de confiança que o entrevistado tem no entrevistador e vice-versa.

Considerando a elevada taxa de aculturação a que muitas sociedades rurais estão sujeitas, a redução do tempo na obtenção de registos científicos pode ser fundamental para se preservar algum conhecimento tradicional, evitando-se assim a sua total erosão (Anderson 1995 *in* Carvalho 2006). De forma a se poder obter o máximo de informação dentro do tempo estipulado para a realização do presente estudo, foi dado uso à Avaliação Etnobotânica Rápida (AER) na maior parte das entrevistas. Esta avaliação deriva da Avaliação Rural Rápida (ARR), que originalmente foi desenvolvida para guiar e avaliar iniciativas de desenvolvimento rural. As técnicas envolvidas são aplicadas num curto intervalo de tempo, uma vez que se procura um esboço das condições locais em vez de um estudo profundo. Um pequeno grupo de pessoas é selecionado e entrevistado qualitativamente acerca de um vasto leque de tópicos numa forma semi-estruturada, permitindo uma visão compreensiva sob a forma como a comunidade age como um todo. As técnicas são altamente visuais e são aplicadas por membros da comunidade, muitas vezes em colaboração com os investigadores (Martin 1995 *in* Gerique 2006). A perceção que a população de uma dada localidade tem sobre os utilizadores locais de plantas silvestres foi, desta forma, também tomada em consideração, para que o conhecimento que está na posse dos informantes pudesse ser avaliado como muito ou pouco relevante.

O investigador etnobotânico deve selecionar a metodologia que melhor se adapta às condições de campo que encontra, de modo a enquadrar a totalidade das situações em que as plantas intervêm dentro de uma determinada cultura humana (Ford 1978, Davis 1995 *in* Carvalho 2006). Uma vez que a maior parte da população residente da Península de Setúbal vive em áreas urbanas foi importante ao longo do trabalho

realizado no campo saber identificar quais os informantes que deveriam ser entrevistados. A amostragem não foi aleatória. O importante no trabalho de pesquisa etnobotânica neste tipo de situações é entrevistar pessoas que mantêm uma relação diária com a terra, quer seja através do seu cultivo ou de vivências remanescentes de um passado rural. Para que se possa averiguar que tipo de uso a população da Península de Setúbal está a dar às plantas, e para que se possa perceber qual a intensidade desse uso, houve necessidade de manipular a amostragem, selecionando não só informantes que cultivam terrenos e/ou colhem plantas na natureza o mais frequentemente possível como também informantes com atividades distintas em relação ao uso dos recursos naturais.

O método utilizado para se selecionarem os respetivos informantes passou por identificar, em primeiro lugar, três perfis urbanísticos distintos na Península de Setúbal: urbano, rural-urbano e rural. Os critérios usados para se definirem os perfis basearam-se em observações feitas no terreno, onde se detetou a existência ou inexistência de terrenos atualmente, ou outrora, cultivados e situações de transição entre campo e cidade. Estudos recentes levados a cabo em Portugal mostram que o conhecimento e a prática da utilização de plantas com fins medicinais ainda permanece viva, particularmente em áreas de vegetação relativamente preservada (Novais 2002); no entanto, embora as reservas e os parques naturais presentes na Península de Setúbal sejam essenciais para um estudo etnobotânico, uma vez que o estudo é incidente sobre toda a península, houve necessidade de se selecionarem também informantes residentes noutros contextos urbanos do território estudado, desde zonas rurais relativamente isoladas a cidades altamente populosas.

Em anexo (8.1) encontra-se uma lista com a localização de todas as entrevistas realizadas, bem como o respetivo perfil urbanístico a si associado.

Foi dada prioridade a habitantes do género feminino sempre que se procuraram informantes especializados em plantas medicinais. Esta decisão resultou de se ter em

conta que as mulheres têm sido reconhecidas por terem um conhecimento mais profundo em relação a estratégias tradicionais de saúde do que os homens em muitos estudos à volta do mundo (Quave *et al.* 2012). Sabe-se também que a utilização das plantas silvestres pela parte das populações rurais diminui gradualmente com o passar do tempo, já que as novas gerações, ao não sentirem necessidade de usá-las, não têm interesse em aprender os seus usos (Vallés 1996). Estes usos encontram-se, desta forma, quase exclusivamente na memória dos anciãos das aldeias. Contudo, embora em muitos casos as memórias das aplicações medicinais de muitas ervas têm estado ora na posse da população mais envelhecida ora perdidas, tem sido observada uma tendência oposta no que diz respeito à revitalização de práticas medicinais tradicionais pela juventude e pela população adulta (Bussman 2002 *in* Quave *et al.* 2012). Esta tendência é proveniente das preocupações que esta camada da população tem acerca dos riscos para a saúde que o consumo de alimentos industriais e produtos farmacêuticos acarretam. Desta forma, procurou-se também entrevistar habitantes que, embora não partilhem diretamente o passado rural da população mais idosa da área de estudo, estão sensibilizados para a conservação do saber tradicional relacionado com a utilização das plantas silvestres.

Ao todo, efetuaram-se 15 entrevistas a 14 habitantes locais da Península de Setúbal que mostraram ter conhecimentos relativos à utilização de plantas silvestres. O primeiro contacto com o primeiro informante deu-se através de um intermediário da Câmara Municipal de Sesimbra, que sugeriu os pequenos produtores de queijo de ovelha artesanal de Azóia como potenciais informantes. Os restantes informantes foram indicados ora pelos municípios da área de estudo ora pelos próprios informantes ou por habitantes locais. Em alguns casos foi questionado em mercearias, mercados, hortas urbanas e centros de dia se conheciam alguém que percebesse de plantas. E em caso positivo tentava-se obter ou o contacto telefónico do mesmo, ou a localização de sítios que costuma frequentar, e este era desta forma contactado.

3.2. Recolha de dados

A documentação do conhecimento etnobotânico é um passo essencial na etnobotânica, uma vez que providencia dados para estudos posteriores (Berlin 1992 *in* Leonti 2011). Contudo, embora o trabalho dos investigadores etnobotânicos passe por documentar e partilhar com a comunidade científica o conhecimento botânico de uma dada população local, geralmente transmitida de forma oral de geração em geração, não deve ser esquecido que os primeiros beneficiários do estudo devem ser os seus depositários (Santayana e Pellón 2003). Esta tese segue, de uma forma mais ou menos evidente, as escolas de pensamento etnobotânico que preconizaram uma investigação direcionada para o serviço das populações, dos recursos e da economia local (Xolocotzi 1971, Toledo 1995 *in* Carvalho 2006); em vez das escolas que desenvolvem estudos de uma forma mais académica e que procuraram novos recursos para as sociedades industrializadas (Schultes 1940 *in* Carvalho 2006), ou escolas de investigação-ação participativa que procuram estudar, através da integração ativa dos investigadores, todos os aspetos sociais, culturais, económicos e outros, que nos quais as plantas são intervenientes (Martin 1995 *in* Carvalho 2006). Os dados obtidos pelo meio das entrevistas, desta forma, foram documentados de uma forma tal que permitem uma fácil leitura tanto pela parte da comunidade científica que o estudo serve, como pela parte da população que o construiu.

A etnobotânica não se tornou ainda uma disciplina em que os investigadores se encontrem de alguma forma dependentes de uma linguagem científica e técnica ininteligível para o exterior (Carvalho 2006). Os investigadores altamente especializados são, por vezes, incapazes de comunicar com outros que se situem fora da sua área de especialização, porque, estes últimos, não dominam ou não utilizam uma linguagem comum. Os investigadores etnobotânicos podem, desta forma, utilizar a sua formação para promover a comunicação entre disciplinas, trabalhando fora do sistema restritivo das limitações impostas pela formação académica altamente

especializada (Anderson 1995 *in* Carvalho 2006) e simultaneamente comunicar com o mundo exterior. Mas embora a etnobotânica ofereça aos investigadores alguma liberdade literária para o efeito, esta pode pecar por falta de especificidade, especialmente quando confrontada com outras disciplinas de carácter multidisciplinar que tenham uma metodologia mais específica e instituída.

Um aspeto fundamental para se evitar a falta de especificidade nos estudos etnobotânicos é a utilização de terminologia adequada tanto na documentação da informação obtida como na sua posterior interpretação. As recomendações para que se evitem termos incorretos na etnobotânica passam por, segundo McClatchey (2005): (1) ser específico, evitando termos demasiadamente vagos; (2) usar linguagem local, registando a informação primeiro na linguagem e terminologia descritiva da comunidade estudada em vez de a registar numa linguagem científica externa à cultura local, usando termos que têm significado dentro dessa cultura mesmo que sejam crípticos para outros cientistas; e (3) não envolver a população nas guerras intelectuais do meio académico.

Hoje em dia, alguns autores usam a expressão “conhecimento etnobotânico” para denotar o corpo do conhecimento adquirido pelas sociedades tradicionais ou indígenas; contudo existem investigadores que escolhem empregar o termo “conhecimento botânico local” para expressar esta ideia, uma vez que o “conhecimento etnobotânico” é por eles considerado como o conhecimento académico relativo à disciplina da etnobotânica (Albuquerque e Hurrell 2010). A conotação de “conhecimento tradicional sobre plantas” implica que existe um aspeto conservativo associado a este tipo de conhecimento que, geralmente, é entendido como sendo transmitido oralmente; no entanto, uma vez que todas as culturas humanas estão em constante evolução, tem sido argumentado que o termo “tradicional” é demasiado vago, podendo ser enganador num contexto destes (McClatchey 2005). O termo “conhecimento etnobotânico” é, assim, compreendido

neste estudo como todo o conhecimento produzido pelos meios académicos a partir do “conhecimento botânico local”.

A etnobotânica é uma ciência que enfatiza mais a observação do que propriamente a experimentação (Carvalho 2006). Embora o método ideal para se recolherem dados num trabalho etnobotânico seja um método que envolva o entrevistador nas atividades diárias da população estudada, oferecendo-lhe oportunidade para participar ativamente nas tarefas relacionadas com a utilização de plantas, devido às restrições temporais do presente estudo, os dados foram recolhidos única e exclusivamente ora no decorrer das entrevistas, que na sua maioria não teve mais que duas horas de duração, ora através da pesquisa bibliográfica.

Uma vez que a gravação sonora da entrevista pode pôr em causa o normal curso da mesma, ao constituir um fator de intimidação para os informantes, optou-se por não se utilizarem gravadores de som. A informação obtida foi unicamente registada sob a forma escrita, muitas vezes sendo necessário justificar aos informantes a necessidade de se ir tomando notas, de modo a tornar a entrevista o mais transparente possível. A transcrição das notas de campo para o suporte definitivo foi feita o mais rapidamente possível, de modo a se evitar a perda das impressões mentais que acompanharam não só as respostas mas também algumas observações feitas pelos informantes.

Para cada entrevista foi criada uma ficha identificativa, onde consta: (1) o nº da entrevista; (2) o perfil urbanístico; (3) a localidade; (4) o concelho; (5) a data; e (6) a hora de realização da entrevista.

Cada informante foi questionado, sempre que possível, em relação: (1) ao seu nome; (2) à sua idade (<30, 30-49, 50-70 ou >70 anos de idade); (3) ao seu nível de escolaridade (sem escolaridade, primária, preparatória, obrigatória ou superior); (4) à sua ocupação profissional (diretamente relacionada com os fitorecursos ou não); (5) à sua naturalidade (natural da Península de Setúbal ou não); e (5) em relação a outras

informações que mostraram ser relevantes durante o decorrer da entrevista, tais como o tempo de residência na Península de Setúbal, ocupações profissionais anteriores, história da família e questões relacionadas com o cultivo agrícola e pastoreio animal.

Para cada planta citada foi pretendido saber: (1) qual o nome, ou nomes, que o informante lhe atribuiu; (2) qual o tipo de uso que lhe dá (alimento humano, aditivo alimentar, alimento animal, matéria-prima, combustível, uso social, veneno para vertebrados, veneno para não-vertebrados, medicinal ou uso ambiental); (3) qual o modo de utilização medicinal (no caso das plantas medicinais); (4) quais as partes da planta utilizadas; e (5) outras informações de relevância etnográfica relacionadas com a planta.

Uma vez que a etnobotânica situa-se num campo do conhecimento fundamentado na observação e na lógica, contraposto à corrente científica geral que tende a prestar atenção preferencialmente aos aspetos quantificáveis de um fenómeno (Mesa-Jiménez 1996), a recolha etnobotânica foi incidente, fundamentalmente, sobre dados qualitativos. Desta forma procurou-se dar mais ênfase ao tipo de plantas e ao tipo de usos dados às plantas, quando em comparação com as quantidades colhidas ou com as quantidades utilizadas. Contudo, uma vez que a conservação dos recursos vegetais é uma área que para a qual os inquéritos etnobotânicos podem contribuir decisivamente (Hanks 1984 *in* Carvalho 2006), no sentido de se avaliar a intensidade de uso dos recursos, procurou-se perceber, de uma forma geral: (1) qual a frequência de uso (nunca usou, usou no passado, usa atualmente); (2) qual a finalidade do uso (complemento / suprimento das necessidades domésticas ou uso comercial); e (3) qual a proveniência do material vegetal obtido (compra, cultivada, colhe no campo ou outra).

De forma a ser possível identificar a relevância etnobotânica dos conhecimentos detidos pelos informantes, dando-se preferência ao conhecimento transmitido pela via

oral, procurou-se também perceber, de uma forma geral, qual a fonte do conhecimento botânico transmitido (família, escola, trabalho, literatura ou outra). Como “outra” compreende-se amigos, vizinhos, rádio, televisão, Internet e outros meios de comunicação que não os já identificados.

3.3. Nomes comuns das plantas e sua identificação científica

Desde tempos imemoriais que os seres humanos têm procurado denominações para as plantas, começando por aquelas que lhe eram mais familiares devido às suas propriedades benéficas ou prejudiciais (Vallés 1996). Os nomes que os seres humanos têm dado às plantas fora do contexto académico são designados neste trabalho por “nomes comuns”. Os nomes comuns, à semelhança dos nomes utilizados pela botânica académica, podem fornecer-nos abundante informação sobre os espécimes em questão. Alusões a aspetos morfológicos, lugares geográficos, enfermidades, sintomas, remédios, crenças mágicas e advocações religiosas são encontradas com frequência nos nomes comuns das plantas utilizadas por qualquer cultura humana. Contudo, segundo Vallés (1996) não é rara a ignorância total de uma dada população em relação a nomes de plantas que num passado não muito remoto haviam sido muito conhecidas e utilizadas - se um nome comum de uma planta desaparece, significa que as suas utilizações perderam-se bastante antes. Existe, desta forma, uma certa urgência em recolher os nomes comuns das plantas, já que cada ano que passa significa alguns informantes a menos e limita as possibilidades de recuperação de um património cultural potencialmente valioso.

Para o correto registo dos nomes comuns das plantas deve partir-se de uma seleção cuidadosa dos informantes (Vallés 1996). Sempre que possível procurou-se não só entrevistar informantes fidedignos, devidamente reconhecidos pela população local como tendo muita experiência no campo e sendo bons conhecedores das plantas, como também habitantes naturais da Península de Setúbal. Badia (1952 *in* Vallés

1996) assinala que o entrevistar de uma pessoa numa localidade que precede de outra pode falsear a distribuição das denominações e levar a conclusões erróneas sobre a cultura de uma determinada zona. Contudo, há que ter em conta que a Península de Setúbal, um território cujas famílias de grande parte dos habitantes provêm não só de outras áreas do país como também de outros países, está altamente comprometida no que diz respeito à qualidade da informação etnográfica que pode ser obtida a partir da sua população. Para além de se poderem identificar um sem número de etnias distintas neste território peninsular, a forte aculturação da população promovida pela fraca capacidade de integração urbanística e pelo exponencial crescimento demográfico das últimas décadas, veio contribuir para comprometer seriamente a qualidade da informação que pode ser obtida nas entrevistas. Para o correto registo dos nomes populares das plantas foi necessário, para além de um bom domínio da língua utilizada pelos informantes, e em particular do “dialeto” de cada informante em si, saber identificar qual a região de origem dos nomes mencionados. Adicionalmente, durante a realização das entrevistas, tentou-se evitar dizer os nomes comuns das plantas; uma vez que isso pode condicionar o informante e provavelmente encorajá-lo a dar como válido o sugerido pelo entrevistador.

De um modo geral não existiu muita unanimidade na designação popular das plantas na região estudada. Dada a vasta proveniência dos habitantes da Península de Setúbal, foi comum encontrarem-se mais do que dois ou três nomes comuns para se designar a mesma planta. Os nomes, para além de se poderem confundir tendo em conta a pronúncia do informante que os refere, podem também confundir-se mediante a incorreta aprendizagem dos mesmos, a falta de memórias relacionadas com as plantas, a insegurança do informante face à importância da informação que está a prestar, a iliteracia e através de nomes que o informante possa inventar para as plantas. Ainda assim, todos os nomes mencionados pelos informantes durante as entrevistas foram registados.

O nome, ou os nomes, que se aplicam a cada táxon, a correspondência clara entre o nome comum e o nome que se dá a um táxon em concreto, e a razão ou causa da denominação popular, são três dados essenciais para um correto registo etnobotânico da nomenclatura utilizada por uma povoação (Vallés 1996). Sempre que possível os informantes foram inquiridos em relação ao significado dos nomes que atribuem às plantas. Há que se ter em atenção o facto de que em algumas ocasiões têm-se criado nomes falsamente populares para espécies ou muito correntes ou que tenham sido introduzidas em mercados recentemente (Vallés 1996).

A necessidade de validar a informação recolhida durante as investigações desenvolvidas no campo foi uma das questões mais prementes no presente estudo. A identificação científica dos espécimes foi fulcral para se validarem e relacionarem os conhecimentos botânicos locais. Após um correto registo dos nomes comuns dos espécimes estudados foi necessário identificá-los cientificamente para poderem ser contextualizados etnobotanicamente. Mediante a obtenção de amostras e de exemplares testemunha é possível a confirmação dos espécimes junto dos informantes e a sua posterior identificação com recurso a bases bibliográficas e, se necessário, a chaves dicotómicas. McClatchey (2006) argumenta que a herborização dos táxones mencionados pelos informantes e a criação de espécimes *voucher* no decorrer dos trabalhos, devidamente referenciados para posterior consulta, são condições essenciais para a produção de um estudo etnobotânico; contudo uma vez que a maioria dos táxones mencionados pela população entrevistada têm já sido amplamente estudados pela botânica clássica, e dada a popularidade evidente tanto dos seus nomes comuns como dos seus usos por entre a população, foi possível, com recurso a fotografias e descrições visuais, identificá-los tanto no seio da população como em laboratório. Apenas em casos de dúvida é que quer os informantes quer os profissionais envolvidos na identificação científica dos táxones foram confrontados ora com a identificação direta dos mesmos no terreno ora com exemplares colhidos. A identificação de espécimes já prensados junto dos informantes foi também

evitada, uma vez que esta poderá não conduzir a resultados muito satisfatórios, dado os informantes não estarem familiarizados com o aspeto das plantas prensadas.

Após o registo e confirmação das plantas junto dos informantes, os táxones foram identificados com recorrência às seguintes obras de referência: *Nova Flora de Portugal* (1971, 1984, 1994, 1998, 2003) e *Flora Ibérica* (2015). Das 66 plantas identificadas, 41 foram consideradas nacionalmente conhecidas, sem posterior necessidade de investigação.

3.4. Tratamento dos dados

Robbins *et al.* (1916 *in* Leonti 2011) previram que “a etnobotânica tornar-se-ia um assunto mais importante quando o seu estudo tiver progredido até um ponto em que os seus resultados pudessem ser comparados uns com os outros”. Foi fundamental, então, que este estudo etnobotânico seguisse uma metodologia de tratamento de dados que o permita comparar-se quantitativamente com outros estudos. Contudo, um estudo quantitativo bem formulado não substitui questões bem formuladas e objetivos de pesquisa específicos (Albuquerque 2009). A etnobotânica, segundo Mesa-Jiménez (1996), deve ser uma ciência de síntese e não de análise, por mais que se valha desta nas fases intermédias; sendo os índices, fórmulas e outros rudimentos de natureza numérica nesta disciplina mais do que em outras, devido à sua forte componente antropológica-social, algo que por si só pesa muito pouco.

Para se poder interpretar os dados obtidos, no sentido de se responder às questões colocadas inicialmente, foi necessário adotar-se um conjunto de procedimentos que permitissem uma organização clara da complexa informação partilhada pelos informantes. Em primeiro lugar, foi feita uma análise geral aos dados recolhidos. A ficha utilizada para cada entrevista, elaborada com o *software* Libre Office Writer, foi

revista e preenchida com informação que não tinha sido registada durante o trabalho de campo. O *software* Libre Office Calc foi utilizado para a construção de tabelas destinadas a resumir e a organizar a informação recolhida no campo para uma mais fácil leitura, onde cada informante teve direito a uma tabela própria que contém: (1) informação relativa ao seu género, idade, naturalidade, escolaridade, profissão e nome; (2) os táxones por si mencionados; (3) os nomes comuns por si atribuídos aos táxones; (4) o tipo de uso que dá aos respetivos táxones; (5) as partes que utiliza da planta; (6) o modo como utiliza as plantas; (7) a frequência de uso; (8) a finalidade do uso; (9) a proveniência do material vegetal obtido; e (10) a fonte do conhecimento botânico. Os nomes dos informantes foram registados nas fichas de campo para uma mais fácil identificação dos mesmos, contudo, por uma questão de confidencialidade, não são mencionados no trabalho, tendo-se recorrido antes à atribuição de um número a cada informante.

A etnobotânica é uma ciência multidisciplinar, complexa nos seus métodos de trabalho e na sua interpretação dos resultados, que precisa frequentemente de outras técnicas auxiliares (Mesa-Jiménez 1996). No sentido de se organizar a informação obtida durante as entrevistas, e de elaborar um catálogo etnoflorístico, foi utilizado, à semelhança de Carvalho (2006), um sistema de dados unificado no contexto da Botânica Económica – o *Economic Botany Data Collection Standard (E.B.D.C.S.)* - no qual o uso das plantas (no seu contexto cultural) pode ser normalizado para facilitar o estudo.

Seguindo as orientações do *E.B.D.C.S.*, uma descrição completa e ideal do uso e do valor de uma planta específica deverá incluir dados relativos à fonte de informação, ao uso, às propriedades, ao valor cultural da planta, ao órgão utilizado, aos organismos que a consomem, ao nome comum, como é obtida, como é aplicada, a época de colheita, a conservação, a popularidade, o valor económico e o valor potencial (Carvalho 2006).

O *E.B.D.C.S.* sugere três níveis hierarquicamente ordenados para uma completa descrição e normalização dos usos de cada táxon. O mais abrangente é o nível 1 e o mais específico é o nível 3.

Em anexo (8.3) encontram-se representados os três níveis e as respectivas classes do nível 1, subclasses do nível 2 e elementos descritivos do nível 3 que os caracterizam.

Os usos associados a cada planta foram descritos neste trabalho por uma ou mais do que uma das 13 classes do nível 1; uma ou mais do que uma das 107 subclasses do nível 2 para cada uma das classes do nível 1; e um, ou mais do que um dos elementos descritivos incluídos no nível 3 para cada sub-classe do nível 2 quando apropriado.

O catálogo etnoflorístico elaborado com a estrutura proposta pelo *E.B.D.C.S.* contém: (1) os nomes comuns atribuídos às plantas; (2) o nome científico do táxone; (3) a família botânica que à qual o táxone pertence; (4) o número do informante, ou dos informantes, que a mencionaram; (5) os usos atribuídos às plantas; (6) as partes das plantas utilizadas; (7) o modo de utilização das plantas (no caso das plantas medicinais); e (8) notas várias que foram mencionadas durante as entrevistas e que se mostraram relevantes para a elaboração do nível 3.

Em adição ao catálogo etnoflorístico, e no sentido de se facilitar a leitura dos dados, foram elaborados seis quadros com base na informação obtida durante o estudo: (1) um quadro com uma listagem dos táxones referidos; (2) um quadro com uma lista dos usos das plantas, de acordo com os parâmetros estipulados pelo *E.B.D.C.S.*; (3) um quadro com as partes das plantas utilizadas; (4) um quadro com a categorização das utilizações medicinais descritas; (5) um quadro com as famílias etnobotânicas representadas; e (6) um quadro com uma listagem dos nomes comuns mencionados durante as entrevistas. Os seis quadros podem ser consultados, respectivamente, em

anexo (8.4, 8.5, 8.6, 8.7, 8.8 e 8.9).

A brochura etnobotânica foi construída a partir de uma simplificação da informação contida no catálogo etnoflorístico. Foram selecionados os táxones mais representativos da população inquirida, com base nos táxones citados por 3 ou mais informantes. A cada uma das plantas selecionadas para a construção da brochura foi associado: (1) duas fotografias, originais ou pertencentes ao domínio público; (2) os respetivos nomes comuns atribuídos pelos informantes; (2) a identificação científica ao nível da família, género e espécie / subespécie (quando possível), ou potenciais espécies (no caso de não ter sido possível identificar o táxone ao nível da espécie); (3) a duração do seu ciclo de vida; (4) a sua proveniência (autóctone ou alóctone); (5) a sua distribuição peninsular; (6) uma breve descrição dos seus usos; e (7) outras informações de relevância etnobotânica. As plantas foram organizadas por ordem alfabética segundo os seus nomes comuns. Foram utilizados símbolos para a identificação dos diferentes usos das plantas e um glossário foi incluído no final para se fazer a correspondência entre a terminologia botânica e o léxico comum, e vice-versa, sempre que adequado. Foram também incluídas listas que organizam as plantas pelo tipo de utilidade, e tipo de aplicação medicinal no caso das plantas utilizadas para esse fim, para uma mais fácil localização das mesmas.

A brochura etnobotânica em questão pode ser consultada em anexo (8.11) ou em possíveis publicações promovidas por municípios do distrito de Setúbal ou outras entidades devidamente autorizadas.

Embora o carácter qualitativo dos dados recolhidos seja fulcral para a sua interpretação, no sentido de se aprofundar a sua análise recorreu-se a alguns métodos quantitativos básicos. Por etnobotânica quantitativa Albuquerque (2009) entende o uso de métodos multivariados para se dar resposta a questões etnobotânicas. Contudo, o autor defende que o termo “etnobotânica quantitativa” deve ser abandonado, a favor

de uma ciência etnobotânica que se dirige no sentido de uma compreensão sistemática da relação existente entre as pessoas e as plantas (utilizando quer métodos quantitativos quer métodos qualitativos, ou uma combinação de ambos). Pretendeu-se com o presente estudo, desta forma, uma quantificação geral dos dados recolhidos e a obtenção de valores que traduzam a relevância etnobotânica da região em questão.

Para uma caracterização geral dos dados recolhidos verificou-se: (1) o número total de táxones mencionados durante as entrevistas; (2) o número total de famílias botânicas representadas; e (3) o número total de táxones associados a cada uma das famílias. Posteriormente, no sentido de se perceber quais os táxones mais relevantes do ponto de vista etnobotânico, e de construir a brochura etnobotânica, averiguaram-se quais foram os mais citados e quantas classes de uso estão associadas a cada um.

Uma vez que não foi possível identificarem-se todas as plantas referidas pelos informantes, por questões que se prendem desde a insuficiência de elementos descritivos à inexistência de exemplares armazenados para identificação, foram contabilizados os casos de plantas não identificadas para se averiguar a eficiência da recolha etnobotânica no que diz respeito ao número total de táxones catalogados.

A partir do registo dos nomes comuns, foram contabilizados o número de nomes atribuídos ao mesmo táxone nos casos de sinonímias populares e o número de casos em que a táxones diferentes foram atribuídos os mesmos nomes.

Com base no catálogo etnoflorístico, e com o intuito de se identificar os táxones cujos respetivos usos terão uma possível verosimilhança ao nível de ações terapêuticas associadas às plantas em questão, no caso das plantas medicinais, e que, conseqüentemente, terão mais interesse para posteriores investigações farmacológicas, foram contabilizados o número de táxones com aplicações medicinais referidos por mais de 3 informantes. Verificou-se também, ainda dentro do

âmbito das plantas medicinais, quantos modos de utilizações medicinais foram mencionados e quais os mais frequentes.

Para uma análise quantitativa mais aprofundada foram utilizados uma série de índices. Os índices de diversidade, em etnobotânica, utilizam-se para caracterizar a intervenção humana sobre o meio ambiente; auxiliando-nos a compreender a diversidade de usos registada durante os estudos etnobotânicos, sendo também uma medida da concomitante diversidade de plantas disponíveis (Carvalho 2006). Para que diferentes trabalhos de pesquisa etnobotânica possam ser comparados entre si, sem comprometerem a significância dos seus resultados individualmente, foi necessário que os índices utilizados estivessem de acordo com o sugerido pela bibliografia consultada. À semelhança de Carvalho (2006), os índices selecionados para a análise quantitativa dos resultados obtidos foram os seguintes:

a) Índice de Riqueza Etnobotânica (R), que corresponde ao número de espécies úteis de uma região (Begossi 1996 *in* Carvalho 2006);

b) Índice de Diversidade Etnobotânica (H), que é obtido através do uso do índice de Shannon-Wiener (Begossi 1996 *in* Carvalho 2006) a partir da fórmula:

$$H = - \sum (\rho \cdot \ln \rho)$$

em que ρ corresponde à proporção entre o número de citações para um determinado táxone e o número total de citações;

c) Índice de Uniformidade Etnobotânica (E) (Begossi 1996 *in* Carvalho 2006), que permite uma comparação entre o valor encontrado no índice de Shannon-Wiener e o seu valor máximo, possibilitando comprar sistemas que apresentam uma riqueza etnobotânica (*R*) muito distinta, e que é obtido através da equação:

$$E = H / H_{\max}$$

em que H_{\max} corresponde a $\ln R$ e varia entre $0 \leq E \leq 1$;

A obtenção destes índices, para além de permitir uma caracterização da área, possibilita o estudo comparado com outros valores de índices resultantes de estudos homólogos desenvolvidos em latitudes e contextos socioculturais semelhantes (Carvalho, 2006).

Para se compreender a eficiência do tamanho e do esforço de amostragem do estudo, analisaram-se o número de entrevistas efetuadas, o número de táxones documentados e compararam-se os resultados com estudos semelhantes.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. Caracterização dos informantes

Uma vez que o intuito final do estudo é a etnobotânica aplicada, através da produção de uma brochura, deu-se mais importância às plantas do que propriamente a uma amostragem significativa da população que as utiliza – tendo já esse assunto sido abordado em estudos anteriores para a mesma região (Santos *et al.* 2007). Contudo, no sentido de se contextualizar as plantas que compõem os resultados obtidos tornou-se imprescindível caracterizar a população amostrada. Foi possível, assim, tirarem-se algumas conclusões quanto ao estado dos conhecimentos botânicos que estão na posse da população local da Península de Setúbal.

Foram realizadas 15 entrevistas etnobotânicas, e participaram nas entrevistas 14 informantes. Dos 14 entrevistados, todos foram identificados previamente como bons conhecedores de plantas espontâneas. Em algumas entrevistas os informantes estavam acompanhados por outras pessoas que os auxiliaram no decorrer da entrevista, mas nesses casos, para efeitos estatísticos, foi contabilizado apenas um informante por entrevista. Houve necessidade de se efetuar mais do que uma entrevista aos informantes que mostraram ter mais conhecimentos sobre a utilização das plantas.

Procurou-se entrevistar poucas pessoas que tivessem muitos conhecimentos sobre as plantas, em vez de muitas pessoas que tivessem poucos conhecimentos sobre as mesmas. Procurou-se também entrevistar diferentes tipos de pessoas, desde estudantes, a profissionais relacionados com os recursos naturais, pessoas que se lembram de como que a vida era no campo era há meio século atrás, até reformados e

pessoas muito idosas. O único critério utilizado na manipulação da amostra foi o pré-requisito de serem pessoas que tivessem bons conhecimentos sobre utilização de plantas espontâneas.

4.1.1. Perfil dos informantes

Os 14 informantes entrevistados foram caracterizados segundo o seu género sexual e escalão etário, e sempre que possível sobre a sua naturalidade, escolaridade e profissão.

A maioria dos informantes entrevistados é do género feminino (57%) (Figura 2.1). Dos 14 informantes entrevistados, 8 foram mulheres. A escolha, não tendo sido deliberada, reflete o facto de que as mulheres têm sido as mais importantes depositárias dos conhecimentos botânicos populares a estas latitudes, à semelhança de outros estudos realizados no país (Santos *et al.* 2007, Rodrigues 2006, Carvalho 2006, Ramalho 2005, Rodrigues 2001).

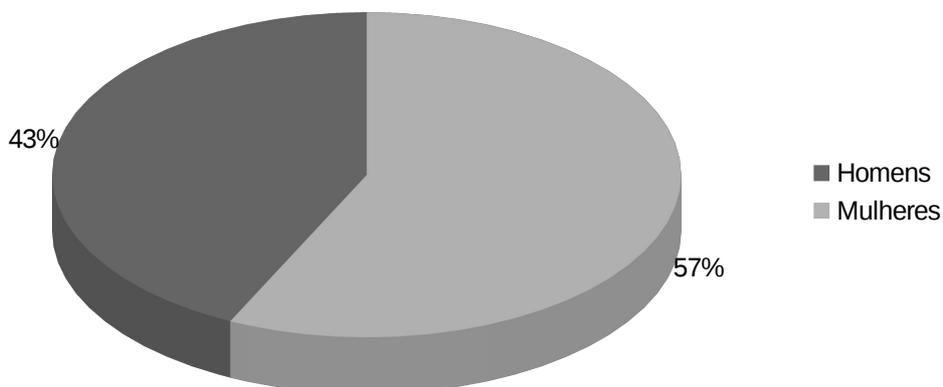


Figura 2.1. Sex-ratio dos informantes entrevistados.

As razões para a maior representação das mulheres em relação aos homens podem passar pelo facto destas serem as principais responsáveis pela maioria das tarefas diárias relacionadas com as plantas, tais como a confeção de alimentos, a preparação de mezinhas, ou a manutenção de pequenos jardins. O facto de que as mulheres têm tido uma esperança de vida maior que os homens, especialmente as mais idosas, pode também refletir a existência de mais memórias botânicas na sua posse.

A idade dos informantes entrevistados variou entre os 29 e os 95 anos de idade, tendo grande parte (42%) idades compreendidas entre os 50 e os 70 anos de idade (Figura 2.2). Embora tenha existido a preocupação de se representar todos os escalões etários possíveis, o escalão etário não foi impeditivo de se entrevistarem os informantes; ou seja, deu-se mais importância aos conhecimentos botânicos locais que estavam na posse dos informantes do que propriamente à sua idade.

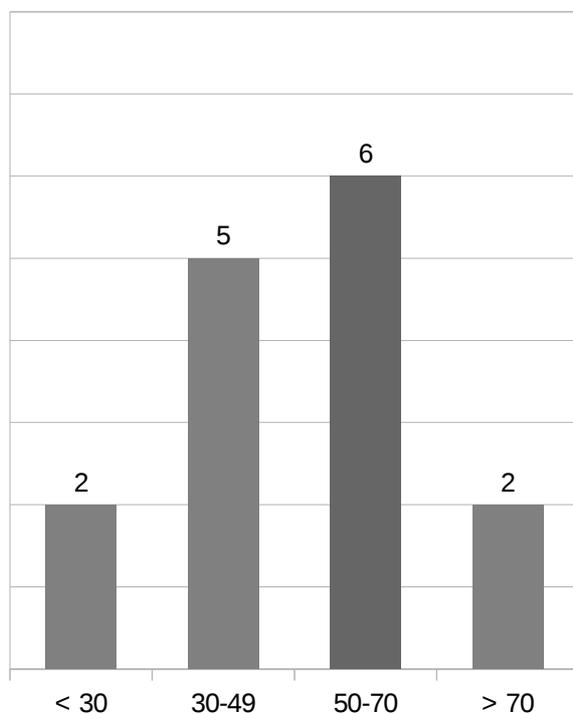


Figura 2.2. Escalão etário dos informantes entrevistados e respetivo número de informantes.

De todos os informantes entrevistados, 11 foram inquiridos sobre a sua naturalidade. Destes, 5 não eram naturais da Península de Setúbal (Figura 2.3).

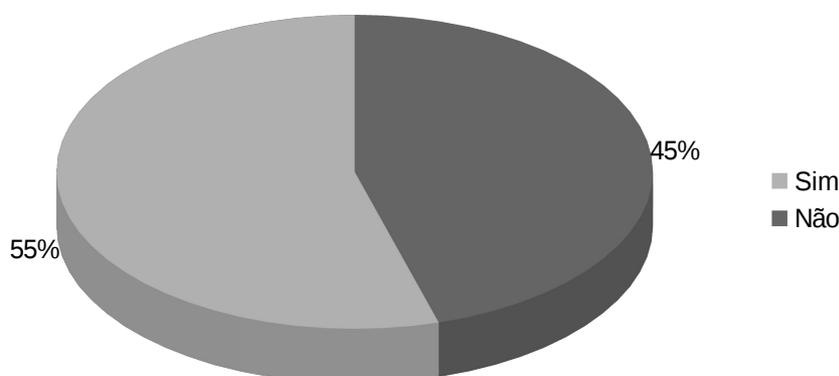


Figura 2.3. Naturalidade da Península de Setúbal pela parte dos informantes.

Não obstante as diferentes proveniências dos habitantes da Península de Setúbal, ao se procurar por pessoas que tivessem largos conhecimentos sobre a utilização tradicional de plantas locais, inevitavelmente, foram indicadas pessoas cujas famílias já habitavam a Península de Setúbal antes de si. Pode dizer-se então que, independentemente da proveniência de grande parte da população, sempre que se pretende inquirir essa população sobre os recursos naturais locais, e se manipula a amostra para tal, as pessoas naturais do local em questão estarão sempre em primeiro plano.

Quanto ao grau de escolaridade, dos 8 informantes inquiridos sobre a sua escolaridade, constata-se que o grau é variável, contudo nenhum dos informantes tem um grau inferior à escola primária (Figura 2.4). Esta realidade pode ser refletiva da maior proximidade da região estudada com a capital do país e com o mais fácil acesso à educação, quando em comparação com outras áreas estudadas com maior grau de isolamento geográfico e/ou cultural (Carvalho 2006, Ramalho 2005).

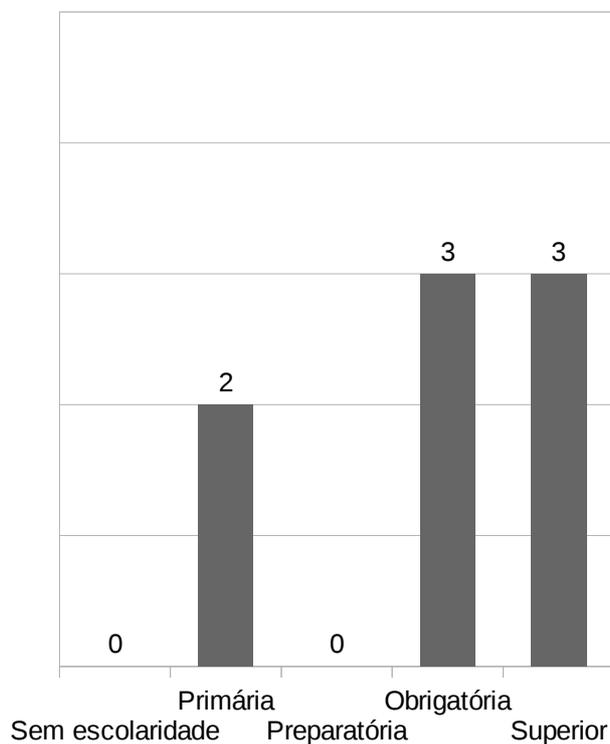


Figura 2.4. Grau de escolaridade e respetivo número de informantes inquiridos.

Em relação ao facto das suas profissões estarem ligadas à natureza, constatou-se que a maioria (57%) trabalha ou trabalhou em contacto direto com fitorecursos terrestres (Figura 2.5).

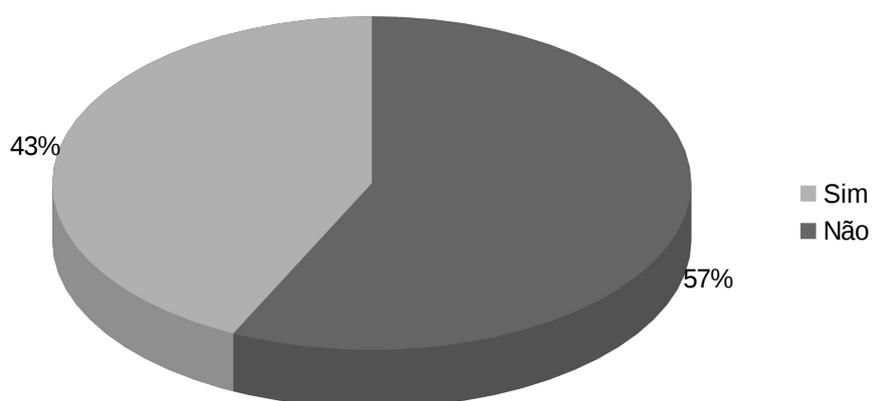


Figura 2.5. Informantes com profissões ligadas a fitorecursos.

Ao se inquirir a população local sobre pessoas que tivessem largos conhecimentos sobre a utilização de plantas silvestres, com frequência associavam-nas a agricultores, ou pastores. Com frequência, antes de se realizarem as entrevistas propriamente ditas, alguns dos informantes julgaram tratar-se de entrevistas sobre agricultura. A ocupação ancestral da Península de Setúbal por povos agro silvo pastoris pode justificar a associação atribuída à utilização de plantas silvestres enquanto prática agrícola.

De facto, durante as entrevistas realizadas, alguns dos informantes entrevistados, quando questionados sobre a utilização de plantas, fizeram prontamente referência a uma série de plantas cultivadas cujo âmbito se encontra fora do que é pretendido com este estudo. Caso essas plantas fossem contabilizadas para o total dos táxones mencionados, obteríamos um número total de táxones substancialmente superior ao obtido. A separação entre plantas cultivadas e plantas locais, por vezes, não foi muito clara entre os informantes, especialmente no que diz respeito a plantas utilizadas em chás, como por exemplo a erva-príncipe (*Cymbopogon citratus* (DC) Stapf.) e a lúcia-lima (*Aloysia citrodora* Palaú).

4.1.2. Entrevistas realizadas

De todas as 15 entrevistas realizadas ao total dos informantes, apenas três foram feitas num local rural, tendo a grande maioria (80%) sido feita em locais com uma lógica urbanística urbana e rural-urbana (Figura 2.6). Tal facto deve-se, maioritariamente, à facilidade de acessos aos locais de residência dos informantes. Dado o término da dicotomia rural-urbano com o advento a urbanização da península, as localidades rurais tornam-se com facilidade também urbanas. Não é incomum encontrarem-se hortas cultivadas e rebanhos de ovelhas a serem pastados por entre

prédios e edifícios recentes. Note-se que a maior parte do território atualmente pertencente à fração urbana da Península de Setúbal era, no passado, constituído por quintas que serviam de apoio ao fornecimento de alimentos para a AML.

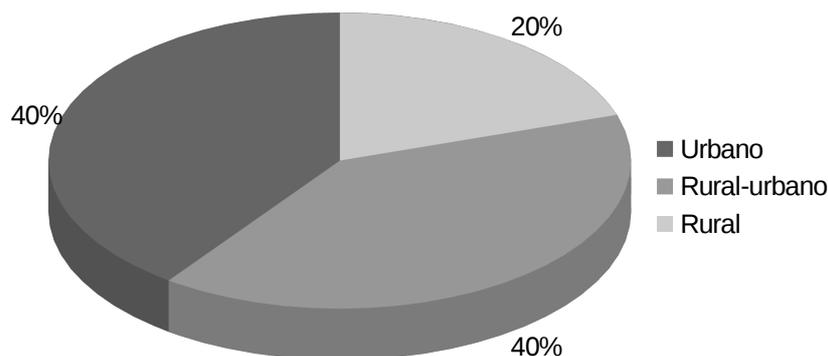


Figura 2.6. Percentagem de entrevistas realizada em cada perfil urbanístico.

Contudo, embora uma parte do território urbano continue a ser cultivado hoje em dia, encontra-se uma clara diferenciação entre o estilo de vida da população que ainda vive com os hábitos rurais do passado e a população que veio habitar a parte nova e moderna do território. Se, por um lado, a população que ainda cultiva terrenos e pastoreia animais, embora não tanto como no passado, faz uso dos recursos naturais que se encontram à sua volta, por outro a população urbana que habita o mesmo território está cada vez mais divorciada dos mesmos.

Em relação aos concelhos do distrito de Setúbal representados no estudo, a grande maioria das entrevistas (80%) foi realizada no concelho de Almada, tendo as restantes sido realizadas no concelho de Sesimbra (Figura 2.7). Foram selecionados estes dois concelhos dada a inclusão de três tipos de território representados – cidade, serra e costa. As entrevistas em Almada tiveram lugar em zonas costeiras de baixa altitude e citadinas e as entrevistas realizadas em Sesimbra em zonas costeiras de serra,

nomeadamente na Serra da Arrábida.

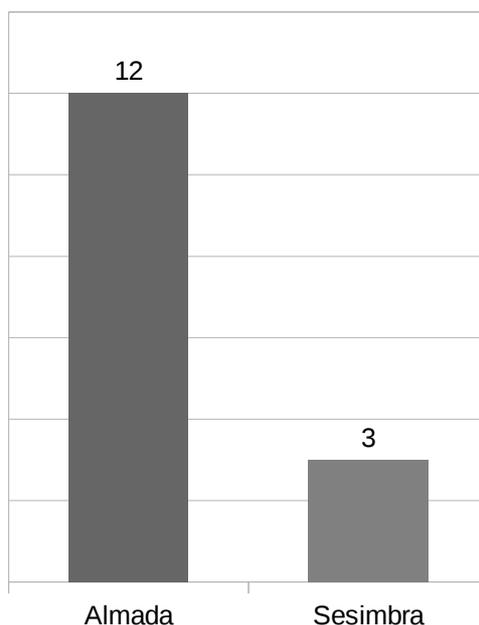


Figura 2.7. Número de entrevistas realizadas por concelho.

Foi possível observar-se, com clareza, um conteúdo de conhecimentos botânicos em relação a plantas aromáticas e medicinais mais aprimorado e desenvolvido nas entrevistas realizadas no concelho de Sesimbra; muito em parte explicado pela riquíssima flora com usos aromáticos e medicinais na região (Novais 2002). No que toca às entrevistas realizadas no concelho de Almada, em zonas costeiras de baixa altitude, embora fosse expectável obterem-se informações sobre a utilização de recursos dunares ou fitorecursos locais utilizados por pescadores, a maior parte das informações obtidas estão diretamente relacionadas quer com a vida agrícola do passado quer com os conhecimentos botânicos disseminados pelas vias de comunicação modernas.

Quanto ao número de entrevistas realizadas em cada localidade, temos que São João da Caparica, no concelho de Almada, foi a localidade onde mais entrevistas se realizaram (Figura 2.8). Tal facto deve-se à existência de hortas comunitárias com um

elevado número de utilizadores. Por outro lado, localidades como Costas do Cão e Sobreda da Caparica mantêm, na sua maioria, uma estrutura urbanística secular que ainda lhes confere alguma da dinâmica rural associada às rotas comerciais urbanas que as caracterizaram no passado..

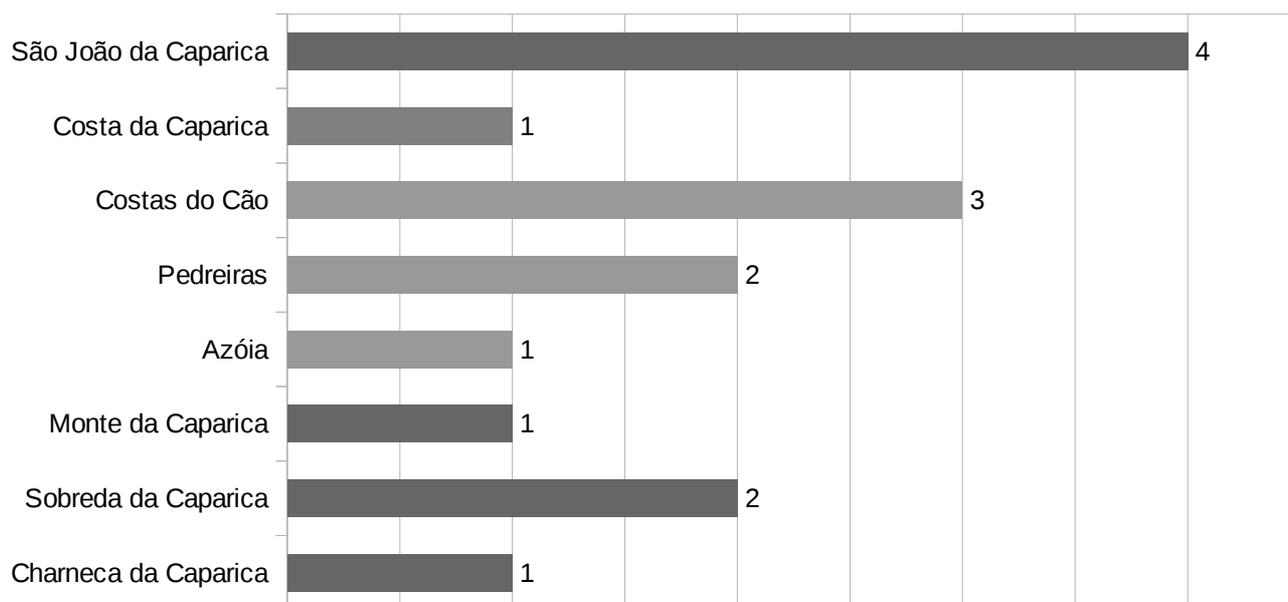


Figura 2.8. Número de entrevistas realizadas em cada localidade.

Embora a atividade rural que tem lugar nestas localidades tenha sofrido um declínio muito acentuado nas últimas décadas, deveu-se sobretudo ao abandono agrícola, dado o desenvolvimento industrial já reportado e o envelhecimento da população responsável pelo cultivo dos terrenos. Os terrenos em si e as estruturas de apoio ao seu cultivo ainda estão disponíveis para poderem ser utilizados. Não é incomum observar-se a reabilitação agrícola de alguns terrenos que foram abandonados nas últimas três décadas. Com efeito, em algumas destas localidades pode observar-se o cultivo de terrenos, maioritariamente feito por explorações familiares, em locais que teriam sido negligenciados num passado recente dada a urbanização das áreas circundantes.

4.1.3. Conhecimentos botânicos dos informantes

Ao todo foram mencionadas 69 plantas espontâneas e semi-espontâneas pelos informantes. As sete plantas mais citadas foram o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.), a amora-silvestre (*Rubus ulmifolius* Schott var. *ulmifolius*), a cana (*Arundo donax* L.), a beldroega (*Portulaca oleracea* L.), a hortelã (*Mentha rotundifolia* L.), os tomilhos (*Thymus* spp.) e as urtigas (*Urtica* spp.); tendo as duas primeiras sido citadas 9 vezes, as duas seguintes 7 e as restantes 6 vezes. Consta-se que estas plantas são as mais populares por entre os informantes. Para além da importante utilidade que lhes é atribuída, a abundância destes táxones na área de estudo pode explicar a sua popularidade.

À exceção da cana, todos os outros táxones são naturais da área em questão. A cana, devido à popularização do seu cultivo e uso, aparenta uma natureza semi-espontânea na Península de Setúbal, pelo que foi considerada no presente estudo como pertencente à flora peninsular.

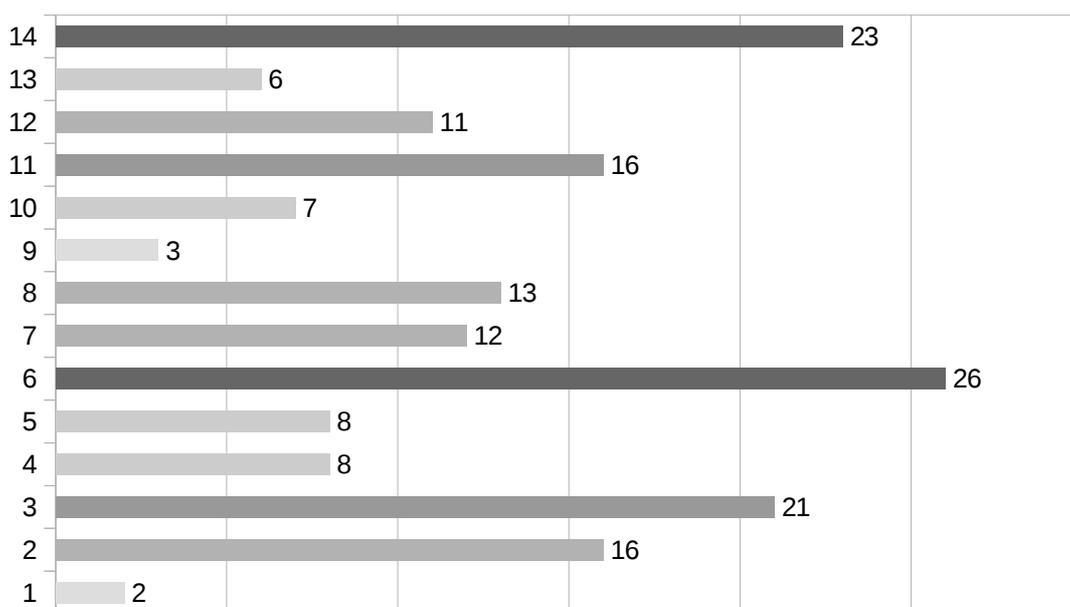


Figura 3.1. Número de táxones mencionados por cada informante.

Embora tenha existido a intenção de se entrevistarem pessoas com um vasto conhecimento sobre a utilização de plantas espontâneas, em algumas ocasiões só foram referidas duas ou três plantas. Isto deve-se ao facto de se ter aproveitado a presença de outros habitantes locais, com conhecimentos sobre plantas, que estavam na localidade visitada para se realizarem mais entrevistas.

Foi possível verificar que os informantes, que mais táxones mencionaram, são aqueles cuja atividade profissional está diretamente relacionada com os fitorecursos da região. Contudo, embora se considerem as mulheres como detentoras da maioria dos conhecimentos botânicos populares, constou-se que neste caso, devido à sua atividade profissional, foram os homens que mais conhecimentos mostraram em relação à flora silvestre.

Salvo raras exceções, as entrevistas tiveram uma duração tal que o informante, mesmo querendo, já não se lembrava de mais nenhuma planta para mencionar. Apesar do encorajamento fomentado para avivar a memória do informante, em muitas ocasiões o informante não conseguiu lembrar-se de mais táxones. Constou-se também que os informantes, ao serem questionados sobre a flora local, não associavam as árvores à mesma. Não por considerarem as árvores como pertencendo a outra flora, mas por atribuírem um significado distinto a estas plantas, muito em conta do papel que as mesmas desempenham nas atividades agrícolas da população. Foi necessário sugerir aos informantes a menção de árvores.

Constou-se também que os informantes procuraram informar o entrevistador com um certo grau de novidade, evitando falar muito sobre as plantas mais populares, uma vez que partiam do princípio que o entrevistador já estaria familiarizado com elas. Foi também necessário tornar claro no decorrer da entrevista que mesmo as plantas mais populares também eram relevantes para o estudo.

Foram identificadas onze classes de uso diferentes no nível 1 do *E.B.D.C.S.*. A classe de uso mais mencionada foi o uso das plantas como alimento humano, seguida do uso medicinal das mesmas, e a menos mencionada foi o uso das plantas como plantas melíferas ou como veneno para vertebrados e não-vertebrados.

Os usos atribuídos às plantas pelos informantes estão diretamente relacionados com o estilo de vida dos mesmos (Figura 3.2). A quase exclusiva restrição das plantas à alimentação e cuidados de saúde básicos é refletiva não só da maior importância atribuída a estes dois aspetos no dia-a-dia dos informantes como demonstra também que estes recorrem a outros meios para fazerem face às dificuldades da vida no campo. Ainda assim, é possível observar que as plantas estudadas desempenham um papel de relativa importância na vida social dos informantes, muito através de aromatizantes para o lar, como fontes de matéria-prima para construção de infraestruturas, ou como agentes ambientais, sendo utilizadas para fertilizar o solo ou para enfeitar os quintais enquanto plantas ornamentais.

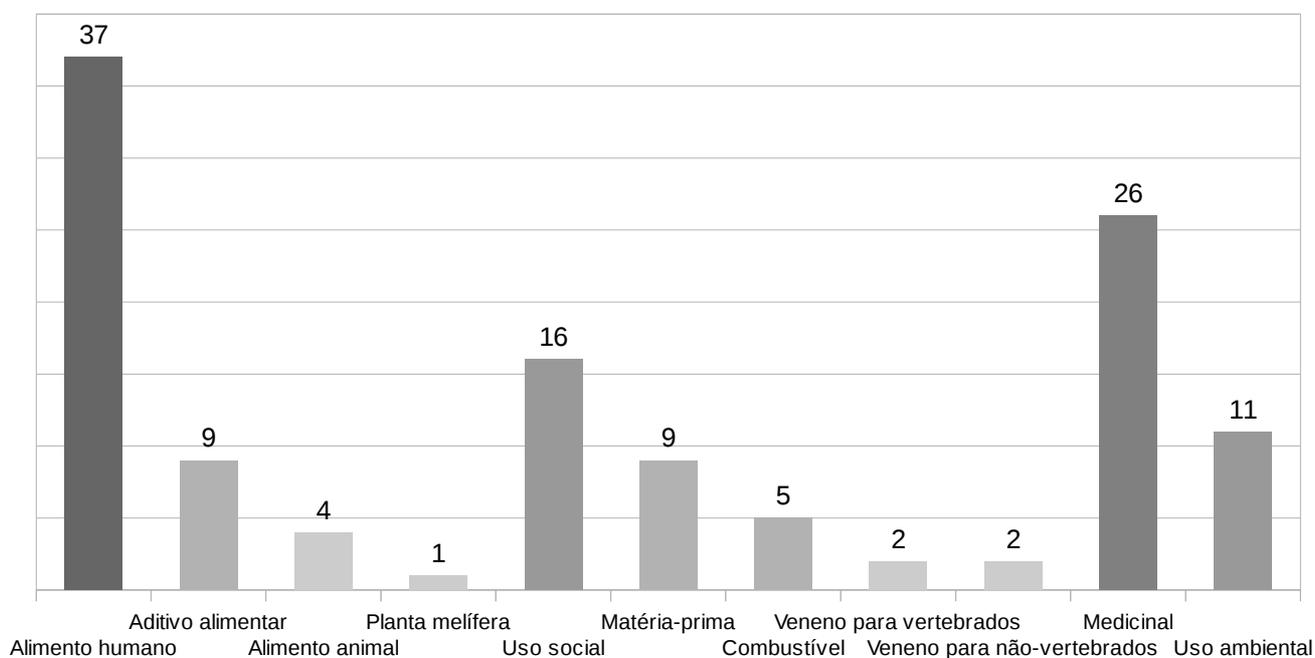


Figura 3.2. Número de táxones mencionados associados a cada classe de uso do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Foi possível verificar que os informantes que mais usos distintos referiram para os táxones considerados foram os mesmos informantes que mais táxones identificaram (Figura 3.3). Ao todo, os informantes referiram um total de 161 usos diferentes para o total de táxones mencionados. A partir destes usos, foram identificados 46 usos distintos para o total das plantas catalogadas, em correspondência com o nível 2 do *E.B.D.C.S.*. Os usos com mais táxones associados foram a utilização das folhas das plantas enquanto alimento humano seguido da utilização de plantas em contextos sociais vários. Estas utilidades estão em conformidade com o que foi possível constar de acordo com as classes de uso do nível 1 mais mencionadas. A existência de um maior número de táxones vegetais com folhas comestíveis na área quando em comparação com táxones cujos frutos podem ser utilizados para alimento humano é, provavelmente, o que mais justifica este tipo de utilização dos mesmos. Muitos dos táxones mencionados para este fim são táxones associados a campos agrícolas abandonados. Possivelmente são artefactos históricos de espécies cultivadas num passado remoto, ou espécies cujas características morfológicas e fenológicas têm vindo a evoluir no sentido de colonizarem ambientes humanizados.

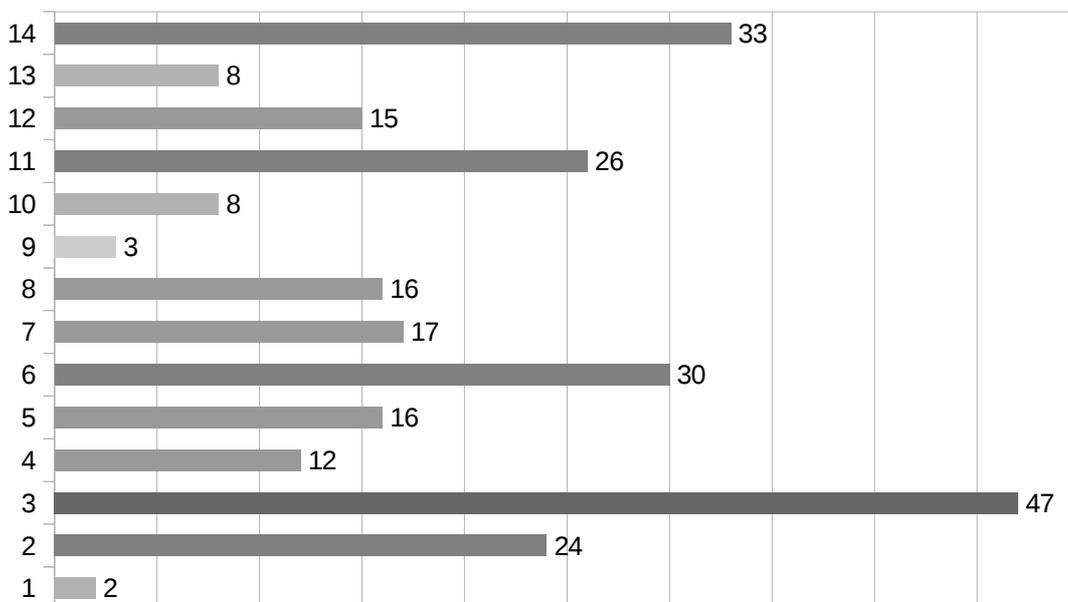


Figura 3.3. Número total de usos associados ao nível 2 de todas as classes de uso do *E.BD.C.S.* para o total de plantas mencionadas por cada informante.

Quanto ao facto da utilização das plantas para vários fins sociais ter sido a segunda mais citada, está diretamente relacionada com o papel que as mesmas desempenham na vida social dos informantes. A maior parte dos informantes entrevistados tem pequenos jardins com plantas aromáticas nos seus quintais e varandas. Muitas destas plantas aromáticas pertencem à flora local e foram mencionadas durante as entrevistas como plantas utilizadas em chás que se tomam em família. Se por um lado as plantas utilizadas para fins alimentares são resquícios de plantas cultivadas no passado, ou plantas silvestres adaptadas a ecossistemas modificados pelo Homem, as plantas utilizadas para estes fins são cultivadas pela população local em vasos e em pequenos jardins domésticos. O fabrico de licores e de aguardente também foi mencionado como um aspeto importante no que toca ao uso das plantas para fins sociais.

No que toca ao modo de utilização medicinal das plantas, verifica-se, em concordância com o que já foi observado até agora, que a aplicação interna é a mais popular (Figura 3.4) com 22 táxones associados, quando em comparação com a externa, com 9.

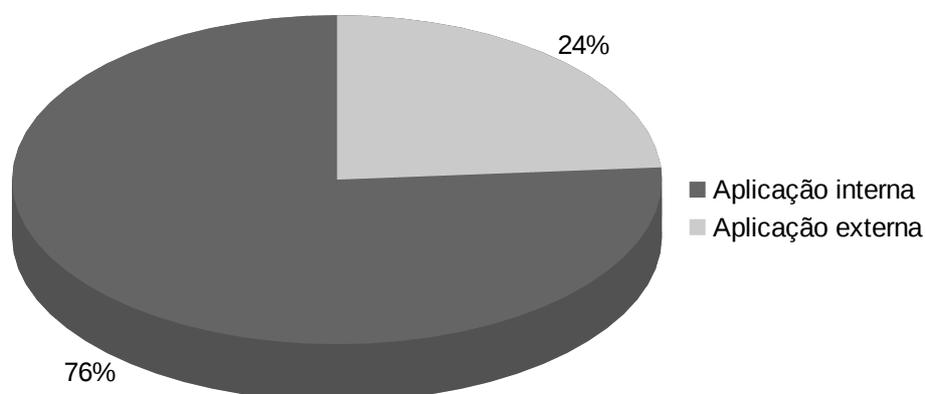


Figura 3.4. Número de aplicações internas (32) e externas (10) citadas.

O modo de utilização medicinal das plantas mais citado foi o seu uso através de decoções (chás), seguido das infusões e dos xaropes (Figura 3.5). Estes modos de aplicação interna estão diretamente relacionados com o uso deste tipo de plantas como suplementos alimentares e não tanto como medicamentos propriamente ditos. Estas plantas são consumidas pela população, na maioria dos casos, como forma de prevenção de doenças e não propriamente como forma de tratamento das mesmas, recorrendo os informantes nesses casos à medicina convencional.

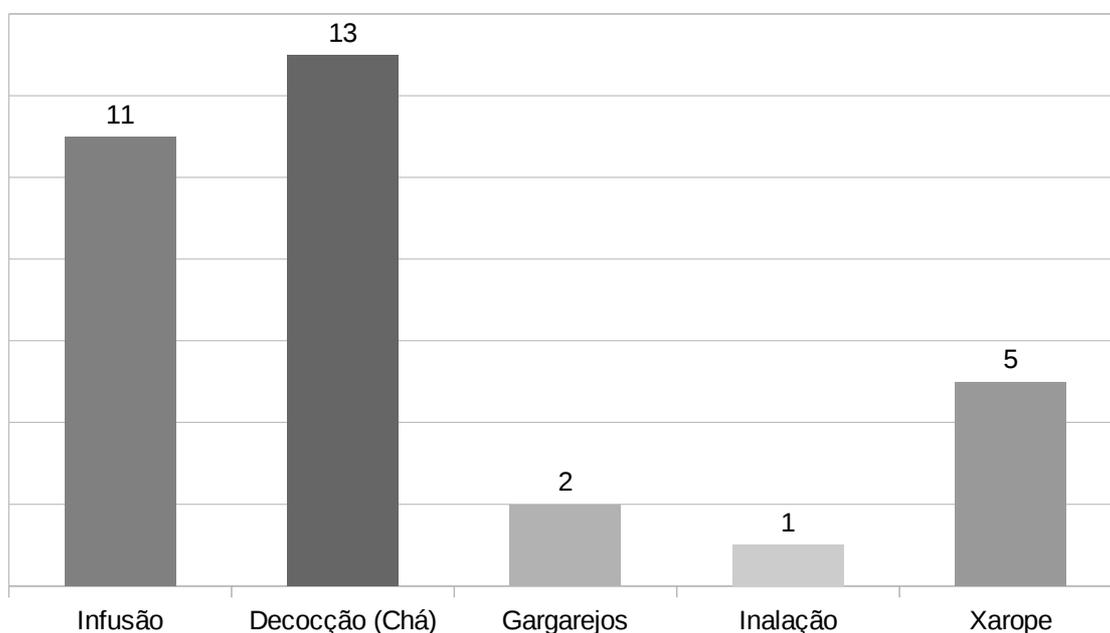


Figura 3.5. Tipos de aplicações internas citadas e número de citações.

Ficou também pouco clara a distinção entre infusão e decoção pela parte de alguns informantes. Enquanto a infusão, de acordo com as práticas correntes fitoterapêuticas, é a forma de utilização mais aconselhada para a preparação de maior parte das plantas mencionadas, a decoção é a mais utilizada pelos informantes. Apenas os informantes que estavam mais informados em relação à utilização de plantas medicinais é que souberam diferenciar claramente entre as duas formas de preparação, e identificar a infusão como sendo a mais apropriada para preparar a maior parte das plantas.

No que diz respeito ao modo de aplicação externa, identificam-se as cozeduras-banhos/lavagens como a mais citada (Figura 3.6).

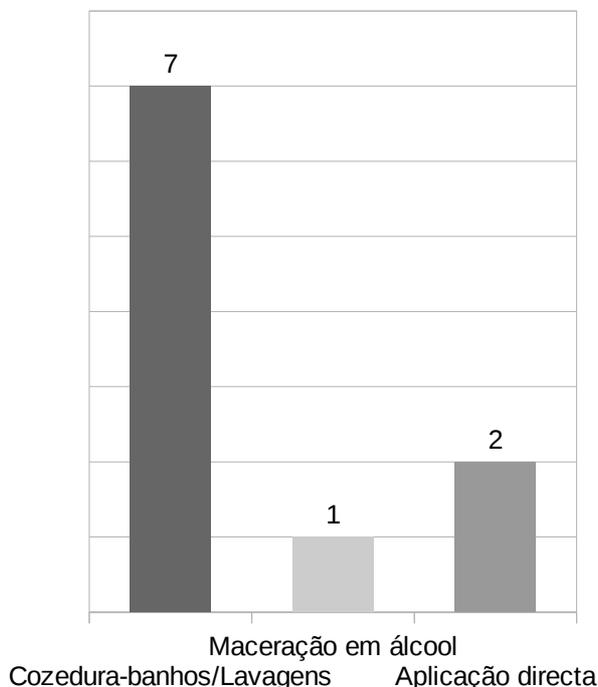


Figura 3.6. Tipos de aplicações externas citadas e número de citações.

As plantas medicinais preparadas desta forma são ou foram, maioritariamente, utilizadas pelos informantes para o tratamento de questões relacionadas com a pele, afetada por queimaduras solares ou queimaduras ocasionais, e para lavagem e desinfeção de feridas. A justificação para tal está baseada no facto de que muitas destas utilizações estão associadas com a vida passada no campo, onde com o difícil acesso a pomadas e a medicamentos sintéticos no passado, ou com a preferência individual dos informantes em preservarem os modos de vida típicos dos seus antepassados, era feito uso das plantas para o tratamento das aflições mais comumente associadas ao trabalho no campo, tais como mazelas, feridas e queimaduras solares, ou para o auxílio em questões relacionadas com a higiene e desinfeção, tais como infeções fúngicas, lavagem dos olhos e lavagens pós-parto.

As partes das plantas mais utilizadas pelos informantes foram identificadas como sendo a folhas, com 31 táxones associados, e a planta inteira e inflorescências com 17 e 15 respetivamente. Estes dados são refletivos da utilização das suas folhas para fins alimentares, das flores para fins terapêuticos e da planta inteira para vários fins.

Em relação às principais fontes de conhecimento botânico destacam-se a família e outras (amigos, vizinhos e Internet) como as mais importantes (Figura 3.7). O trabalho como sendo fonte direta de conhecimento não foi mencionado em nenhuma das entrevistas, embora parte dos informantes trabalhe diretamente com os fitorecursos. Tal facto pode dever-se à falta de formação profissional específica relacionada com os fitorecursos silvestres. Os informantes em causa recorrem, neste tipo de situações, ou à literatura e à Internet para poderem fazer uso dos respetivos recursos ou aos conhecimentos transmitidos pela família ou pelos amigos e vizinhos.

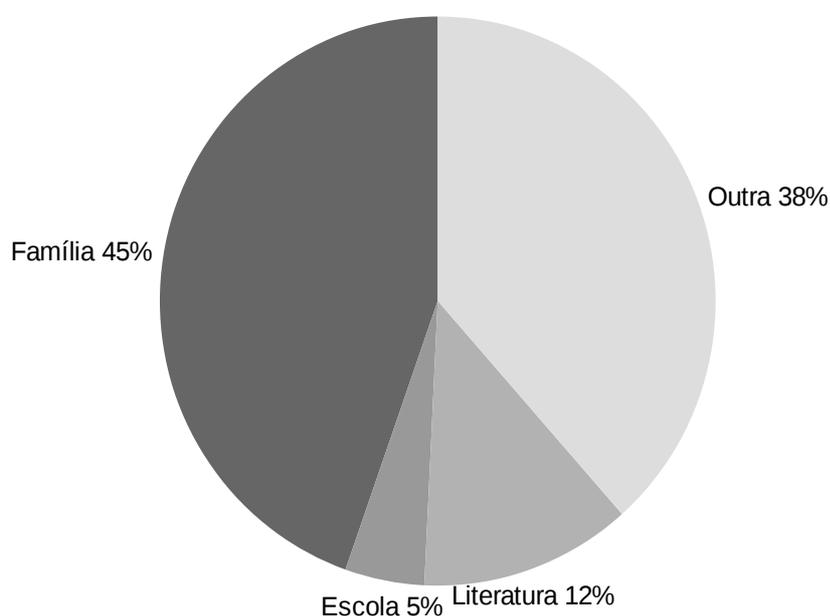


Figura 3.7. Fontes de conhecimento botânico referidas pelos informantes.

A Internet foi identificada pelos informantes como uma fonte muito importante de conhecimento relacionado com os vegetais. Um dos informantes chegou até, ao ver-se questionado sobre assuntos que não dominava muito bem, a consultar a Internet para responder a algumas perguntas. A informação que o informante consultou na Internet não foi registada neste estudo, uma vez que procurou-se aferir apenas aquilo que os informantes sabem e não aquilo que são capazes de consultar.

4.1.4. Frequência e finalidade do uso e proveniência dos recursos

De acordo com o que foi possível aferir junto dos informantes, consta-se que a grande maioria dos táxones mencionados (80%) são atualmente utilizados pelos mesmos, embora se desconheça a frequência e as quantidades do consumo (Figura 4.1).

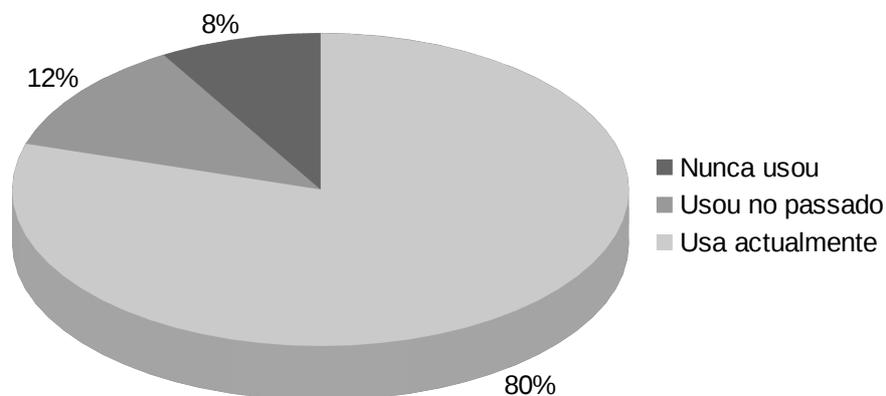


Figura 4.1. Frequência de uso dos recursos mencionada pelos informantes.

Em relação à finalidade do consumo, consta-se que o consumo é quase na sua totalidade feito como complemento às (55%) ou suprimento das (31%) necessidades domésticas, observando-se não obstante a utilização de algumas das plantas para fins comerciais (14%) (Figura 4.2).

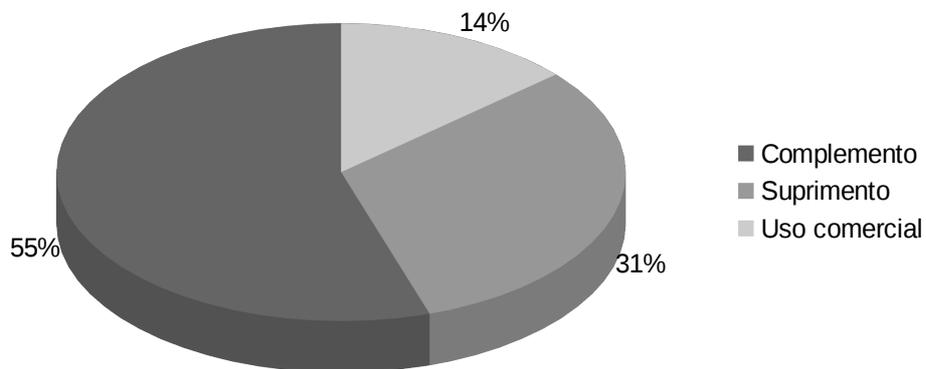


Figura 4.2. Finalidade do uso dos recursos mencionados pelos informantes.

Quanto à proveniência do material obtido, de uma forma geral, foi possível constatar que a maior parte dos táxones mencionados pelos informantes (64%) são colhidos no campo, sendo os restantes ora cultivados (28%) ora comprados (8%) (Figura 4.3).

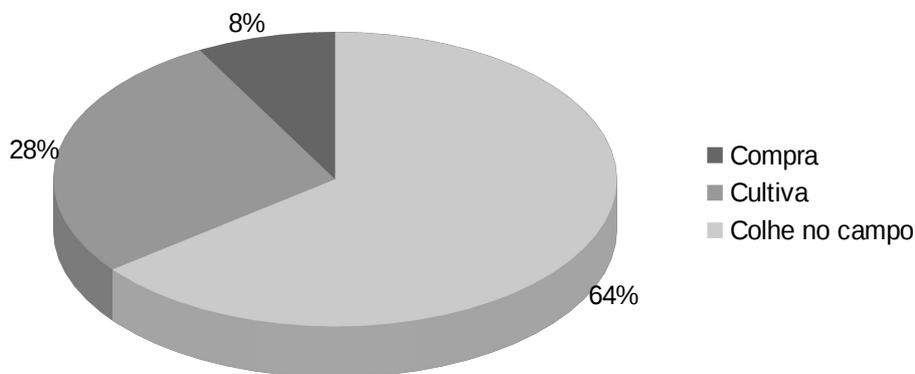


Figura 4.3. Proveniência do material vegetal obtido pelos informantes.

Embora a maior parte das plantas mencionadas seja colhida no campo, foi possível constatar junto dos informantes que não se conhecem casos de sobre colheita de qualquer táxone mencionado na área de estudo. Mesmo durante épocas festivas de carácter religioso, no concelho de Sesimbra, onde o alecrim costuma ser colhido em

maiores quantidades para ser disposto pelas ruas, os informantes não detetaram casos de sobre colheita da espécie, mencionando apenas que nessas alturas existe, de facto, uma pressão maior sobre os recursos e uma disponibilidade menor dos mesmos para efeitos terapêuticos. Segundo foi possível constar, os efeitos adversos que as condições climáticas têm sobre a disponibilidade das plantas no seu estado selvagem são uma preocupação muito maior para os informantes do que propriamente a pressão humana direta sobre os recursos. Outra preocupação mencionada pelos informantes foi também a substituição das tecnologias agrárias ditas “tradicionais” pela mecanização e industrialização modernas, que veio fazer com que muitas das espécies silvestres que era comum encontrarem-se disponíveis no campo desaparecessem.

4.2. Dados relativos às plantas

Dos 69 táxones mencionados, não foi possível a identificação de 3, cujos nomes comuns foram identificados como “catacuzes”, “lombim” e “leituga”, e cujas utilizações são o consumo das suas folhas enquanto recurso alimentar para o ser humano. Apesar de não ter sido possível identificar estes táxones dada a inexistência de exemplares vivos ou colhidos e de fotografias dos mesmos durante as entrevistas, e dada a falta de capacidade dos informantes para conseguirem descrevê-los pormenorizadamente, é provável que dois destes nomes comuns correspondam aos seguintes táxones: (1) catacuzes, também designado por “labaças” nalgumas regiões (*Rumex bucephalophorus* L. subsp. *gallicus* (Steinh.) Rech.); (2) leituga é um nome vulgar dado a várias espécies (*Hypochaeris radicata* L., *Tolpis barbata* (L.) Gaertner, *Chondrilla juncea* L., *Sonchus oleraceus* L. etc.).

De todas as plantas catalogadas, pelas mesmas razões enumeradas anteriormente, nem todas estão identificadas ao nível da espécie, subespécie ou variedade. Foram

catalogadas ao nível do género um total de 17 plantas: abrótida (*Asphodelus* spp.), acácia (*Acacia* spp.), alfazema (*Lavandula* spp.), alfavaca-de-cobra (*Parietaria* sp.), amores-perfeitos (*Viola* spp.), choupo (*Populus* sp.), hipericão (*Hypericum* sp.), erva-pinheirinha (*Equisetum* spp.), ervilhaca (*Vicia* spp.), malvas (*Malva* spp. e *Lavatera* spp.), roseira-brava (*Rosa* sp.), serralha (*Sonchus* spp.), tomilhos, trevo (*Trifolium* spp.), urtigas e zimbreira (*Juniperus* sp.). A designação “sp.” é respeitante a uma das espécies pertencentes ao género em questão e não ao género em si. Embora em certos casos as utilidades dadas a uma determinada espécie de um determinado género sejam as mesmas utilidades dadas a todas as espécies do mesmo género, como é o caso das urtigas, das ervilhacas e dos trevos, por exemplo, a respetiva utilização da planta mencionada pelo informante não deve ser generalizada ao nível do género, mas da espécie. A designação “spp.” diz respeito a várias espécies pertencentes ao mesmo género.

Devido ao reconhecimento dos táxones no terreno e à informação recolhida para a etnoflora da Península de Setúbal, é bastante provável que alguns dos táxones não identificados ao nível da espécie, pelo facto de fazerem parte da área em estudo (Franco 1971; Franco e Rocha-Afonso 1994), possam ser os seguintes: abrótea (*Asphodelus lusitanicus* Cout.); acácia (*Acacia dealbata* Link / *Acacia longifolia* (Andrews) Willd.); alfazema (*Lavandula luisieri* (Rozeira) Rivas-Martínez); alfavaca-de-cobra (*Parietaria judaica* L.); amores-perfeitos (*Viola kitaibeliana* Schult.); choupo (*Populus nigra* L.); hipericão (*Hypericum undulatum* Schousb. ex Willd.); erva-pinheirinha (*Equisetum arvense* L. / *Equisetum ramosissimum* Desf. / *Equisetum telmateia* Ehrh.); ervilhaca (*Vicia lutea* D.C. / *Vicia disperma* D.C. / *Vicia angustifolia* L.); malva (*Malva sylvestris* L. / *Malva hispanica* L. / *Malva neglecta* Wallr. / *Lavatera arborea* L. / *Lavatera cretica* L.); roseira-brava (*Rosa sempervirens* L.); serralha (*Sonchus oleraceus* L. / *Sonchus asper* (L.) Hill); tomilho (*Thymus zygis*

L. / *Thymus villosus* L. / *Thymus capitellatus* Hoffmanns. & Link) / *Thymus carnosus* Boiss.); trevo (*Trifolium pratense* L. / *Trifolium angustifolium* L.); urtiga (*Urtica dioica* L. / *Urtica urens* L.); e zimbreira (*Juniperus navicularis* Gand.).

Ao todo, os informantes mencionaram 95 nomes comuns para se referirem à totalidade das plantas mencionadas. Foram detetados, em relação aos táxones identificados ao nível da espécie, dois casos de sinonímias populares, em que a plantas diferentes foram atribuídos os mesmos nomes. O nome “malvas” foi atribuído tanto a espécies do género *Malva* sp. como a espécies do género *Lavatera* sp. O nome “tomilho” foi utilizado para a identificação de várias espécies do género *Thymus* sp.. Foram atribuídos mais que um nome comum ao mesmo táxon em 21 casos. Os táxones com mais nomes comuns associados são a urtiga, com 4 nomes atribuídos, e a alcachofra (*Cynara cardunculus* L.), alfavaca-de-cobra, amora-silvestre, hipericão e alfazema com 3 nomes distintos cada. Os nomes comuns foram registados segundo a respetiva pronúncia que os informantes mencionaram. No caso do hipericão, por exemplo, o informante que o referiu atribuiu-lhe o nome “ipiricão”, pelo que ficou registado também por esse nome.

Em relação às famílias botânicas, foram identificadas 33 famílias. Do total de famílias identificadas, 6 contêm 3 ou mais táxones associados: *Lamiaceae* com 9, *Asteraceae*, *Fabaceae* e *Rosaceae* com 5 cada, *Brassicaceae* com 4 e *Apiaceae* com 3. A representação destacada destas famílias pode estar relacionada com o facto de coincidirem com famílias largamente representadas a nível agrícola (*Asteraceae*, *Fabaceae* e *Brassicaceae*) e fitoterapêutico (*Lamiaceae*). Não obstante a representação destas famílias com estes valores são também famílias com uma larga representação de espécies na flora local.

No que diz respeito à utilização das plantas, foram atribuídas mais que duas

utilizações distintas do nível 1 do *E.B.D.C.S.* a 14 dos táxones mencionados pelos informantes – alecrim (*Rosmarinus officinalis*), alfazema (*Lavandula* sp.), arruda (*Ruta chalepensis* L.), eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labil.), hortelã (*Mentha rotundifolia*), pinheiro-bravo (*Pinus pinaster* Aiton.), pinheiro-manso (*Pinus pinea* L.), poejo (*Mentha pulegium* L.), sabugueiro (*Sambucus nigra* L.), tomilhos (*Thymus* spp.), urtiga (*Urtica* spp.), zambujeiro (*Olea europaea* L. var. *sylvestris* Brot.) e zimbreira (*Juniperus* sp.). Destes, os que mais utilizações de nível 1 tiveram associados foram o alecrim, o eucalipto e o zambujeiro, com 5 classes de uso cada, e a urtiga, o poejo e o pinheiro-manso com 4. Este facto mostra não só a versatilidade destas plantas no que diz respeito aos diferentes usos que lhes são atribuídos, como, à exceção do eucalipto, mostra também o grau de conhecimentos desenvolvidos e aprimorados pela população ao longo dos séculos em relação à flora da área de estudo.

No que toca à representação das famílias nas classes de uso do nível 1, as três classes com mais famílias representadas foram: alimento humano, com 20 famílias (destacando-se as *Lamiaceae*, com 8 táxones, e as *Rosaceae* e *Brassicaceae* com 4 táxones cada); medicinal, com 19 (com destaque para as *Lamiaceae*, com 5 táxones representados); e uso social com 13 (destacando-se também as *Lamiaceae*, com 4 táxones); confirmando desta forma o que já foi visto anteriormente para os táxones associados a cada classe de uso. A associação destas famílias aos respectivos usos vem suportar a hipótese de que as mesmas são já utilizadas para os mesmos fins na agricultura ou, por exemplo, na fitoterapia comercial. As famílias com mais classes de uso de nível 1 distintas foram: *Lamiaceae*, com 6 classes de uso; *Fabaceae*, *Myrtaceae*, *Pinaceae*, *Oleaceae* e *Urticaceae* com 5 classes de uso; e *Apiaceae*, *Asteraceae* e *Rosaceae* com 4.

Quanto ao total de utilizações de nível 2 atribuídas aos táxones, os que mais

utilizações tiveram associadas foram o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), o eucalipto (*Eucalyptus globulus*) e a urtiga (*Urtica* spp.) com 7 utilizações distintas, seguidos da cana (*Arundo donax*) e do zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*) com 6 utilizações cada. O alecrim, dadas as suas características ecológicas, é uma planta que se adapta muito bem ao clima da região, não necessitando de grandes cuidados quando cultivado – tendo em conta a enorme versatilidade das suas aplicações, é natural que seja bastante popular por entre os informantes. Relativamente ao eucalipto, devido à popularização do seu cultivo e uso aparenta hoje em dia uma natureza semi-espontânea na Península de Setúbal, à semelhança da cana - mesmo tendo em conta que alguns dos informantes identificaram-no como uma espécie que foi recentemente introduzida na área de estudo e apesar de estar na lista de plantas invasoras, segundo o decreto-lei nº 565/99 de 21 de Dezembro. O seu potencial tanto como árvore como como planta aromática com propriedades terapêuticas torna-o bastante utilizado pela população. Embora a urtiga não seja muito popular nacionalmente, as suas propriedades foram reconhecidas pelos informantes. Não obstante as suas qualidades nutricionais e terapêuticas, os informantes mostraram-se um pouco relutantes em utilizar a planta dadas as suas características morfológicas.

Relativamente à utilização medicinal das plantas, correspondente ao nível 2 da classe 11 do nível 1 do *E.B.D.C.S.*, os táxones que foram identificados como tendo mais que duas utilizações medicinais diferentes foram: a agrimónia (*Agrimonia eupatoria* L.) e as malvas (*Malva* spp., *Lavatera* spp.), com 5 utilizações distintas cada; o tomilho (*Thymus mastichina* L.), com 4; e a alfavaca-de-cobra (*Parietaria* sp.), a erva-de-são-roberto (*Geranium purpureum* Vill.), o eucalipto (*Eucalyptus globulus*) e a urtiga (*Urtica* spp.) com 3. Destas espécies, a mais citada pelos informantes como tendo aplicações medicinais em comum foi a urtiga, o que demonstra mais uma vez a consideração que a população amostrada tem pela espécie em questão.

De todos os 26 táxones com utilizações medicinais mencionados pelos informantes, 3 foram mencionados por 3 informantes como tendo aplicações medicinais: eucalipto (*Eucalyptus globulus*), malvas (*Malva* spp., *Lavatera* spp.) e urtigas (*Urtica* spp.). Embora o facto destas plantas terem tido mais reconhecimento pela parte dos informantes como tendo propriedades medicinais seja útil para futuras investigações, são plantas já amplamente estudadas neste sentido. Ainda assim, observações desta natureza podem resultar num indicador que coloca as plantas mencionadas numa posição vantajosa dentro do comércio de produtos fitoterapêuticos, uma vez que medem a popularidade das mesmas.

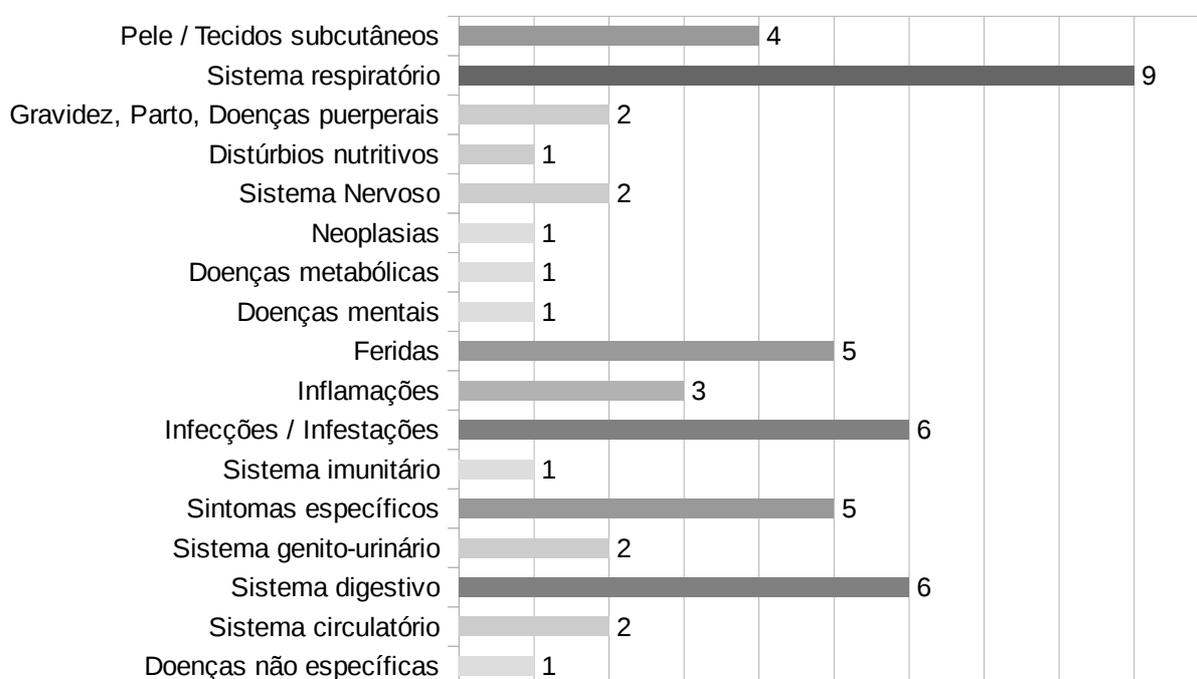


Figura 5.1. Número de táxones mencionados para o nível 2 da classe 11 do nível 1 do *E.B.D.C.S.*

O nível 2 da Classe 11 do nível 1 do *E.B.D.C.S.* mais mencionado pelos informantes foi o sistema respiratório, com 9 táxones associados; seguido do sistema digestivo e das infecções / infestações, com 6 (Fig. 5.1).

Ainda de se destacar é a utilização de 5 plantas mencionadas para o tratamento de sintomas específicos (diabetes) e para a lavagem de feridas.

4.3. Catálogo etnoflorístico

As plantas incluídas no catálogo etnoflorístico estão organizadas por ordem alfabética segundo o seu nome comum. Cada planta tem uma ficha própria onde constam os seguintes campos, com as seguintes descrições:

- 1) Nome comum: nomes comuns da planta mencionados pelos informantes;
- 2) Espécie: nome científico ao nível da espécie / Género: nos casos de impossibilidade de identificação da espécie referida;
- 3) Família: família botânica à qual pertence a espécie;
- 4) Fonte: número do informante, ou dos informantes, que mencionaram a planta;
- 5) Usos: descrição das classes de uso do nível 1 do *E.B.D.C.S.*, com as respetivas subclasses do nível 2 entre parêntesis;
- 6) Modo de utilização medicinal: elemento descritivo “como se aplica” do nível 3 da classe 11 (medicinal) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*, no caso de espécies com aplicações medicinais;
- 7) Parte utilizada: elemento descritivo “parte da planta utilizada” do nível 3 de qualquer classe do nível 1 do *E.B.D.C.S.*;
- 8) Notas: elementos descritivos do nível 3 para todas as classes e subclasses do nível 1 e 2 do *E.B.D.C.S.*, e outras informações relevantes do ponto de vista etnográfico.

1

Nome comum: abrótea

Género: *Asphodelus* L.

Espécies prováveis: *Asphodelus lusitanicus* Cout.

Família: *Liliaceae*

Fonte: 5

Usos: Medicinal (pele / tecidos subcutâneos)

Parte utilizada: Raízes

Modo de utilização medicinal: Aplicação externa (cozedura-banhos/lavagens)

Notas: Planta muito rara na região da Caparica, crescendo apenas em clareiras húmidas de bosques isolados, à sombra. Ferve-se a raiz e aplica-se o líquido a todo o tipo de problemas de pele. Efeitos terapêuticos extremamente eficazes, quando em comparação com as outras plantas que se usam para o mesmo fim.

2

Nome comum: abrunho-bravo

Espécie: *Prunus spinosa* L. subsp. *insititioides* (Ficalho et P. Cout.) Franco

Família: *Rosaceae*

Fonte: 5

Usos: Alimento humano (fruto)

Parte utilizada: Frutificações/frutos

Notas: O fruto é comido cru.

3

Nome comum: acácia

Género: *Acacia* Mill.

Espécies prováveis: *Acacia dealbata* Link / *Acacia longifolia* (Andrews) Willd

Família: *Fabaceae*

Fonte: 11

Usos: Uso social (usos sociais não específicos)

Parte utilizada: Toda a planta

Notas: As árvores pequenas costumam ser utilizadas para a prática de escalada na natureza, especialmente quando em acaciais densos com sobreposição de troncos e ramos.

4

Nome comum: acelga, acelga-brava

Espécie: *Beta vulgaris* L. subsp. *maritima* (L.)

Família: *Chenopodiaceae*

Fonte: 3, 11, 12

Usos: Alimento humano (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: As folhas podem ser comidas em sopas ou em esparregados. Há que ter em atenção quando comidas em grandes quantidades, uma vez que podem causar distúrbios alimentares.

5

Nome comum: agave

Espécie: *Agave americana* L.

Família: *Asparagaceae*

Fonte: 2

Usos: Uso social (usos sociais não específicos)

Parte utilizada: Folhas, exsudados

Notas: O interior das folhas pode ser utilizado para produzir uma bebida alcoólica.

6

Nome comum: agrião, agrião-selvagem

Espécie: *Rorippa nasturtium-aquaticum* L.

Família: *Brassicaceae*

Fonte: 3, 14

Usos: Alimento humano (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: Nasce nos rios. Usado em sopas.

7

Nome comum: agrimónia

Espécie: *Agrimonia eupatoria* L.

Família: *Rosaceae*

Fonte: 3

Usos: Medicinal (sistema digestivo; infecções / infestações; inflamações; feridas; pele / tecidos subcutâneos)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão), aplicação externa (cozedura-banhos/lavagens)

Parte utilizada: Folhas, inflorescências

Notas: A infusão é utilizada para tratar infeções nos intestinos e diarreias internamente e para lavar feridas externamente. A infusão deve ser coada muito bem, de modo a que partes da planta não sejam ingeridas.

8

Nome comum: aipo, aipo-dos-cavalos

Espécie: *Apium graveolens* L.

Família: *Apiaceae*

Fonte: 3, 14

Usos: Alimento humano (folhas), aditivo alimentar (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: Confeccionado em sopas. Sabor muito forte pode não agradar a alguns. Usado também como condimento na comida.

9

Nome comum: alcachofra, cardo, cardo-coalheiro

Espécie: *Cynara cardunculus* L.

Família: *Asteraceae*

Fonte: 1, 2, 12

Usos: Matéria-prima (outros materiais)

Parte utilizada: Inflorescências

Notas: As partes florais são secas e utilizadas para se coalhar o leite na produção de queijo.

10

Nome comum: alecrim

Espécie: *Rosmarinus officinalis* L.

Família: *Lamiaceae*

Fonte: 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14

Usos: Alimento humano (folhas), aditivo alimentar (folhas), uso social (usos sociais não específicos; usos “religiosos”), medicinal (doenças não específicas; sistema respiratório), uso ambiental (fronteiras, barreiras, suportes)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão, chá (decoção))

Parte utilizada: Toda a planta, folhas

Notas: A infusão, quando bebida, auxilia a memória e é boa para a tosse. O tempero de carnes com o alecrim ajuda a reduzir algumas toxinas que possam estar presentes na carne. O frango, quando temperado com alecrim, passa a “saber a coelho”. O alecrim costuma estar associado ao tempero do cabrito. O alecrim também costuma ser usado no tempero de peixes. É dito que os homens não devem beber infusões de alecrim, uma vez que “ficam a falar fininho”. O alecrim também pode ser queimado para aromatizar a casa. Barreiras e sebes podem ser feitas com alecrim de forma a se fixarem os insetos nessas zonas. Há também quem o adicione diretamente a saladas e o use em sumos e batidos de fruta. Há uma crença popular que diz que, só por si, é bom ter alecrim em casa. O alecrim é também colhido em largas quantidades na Serra da Arrábida para ser disposto nas ruas durante as procissões religiosas de Sesimbra.

11

Nome comum: alfarrobeira

Espécie: *Ceratonia siliqua* L.

Família: *Fabaceae*

Fonte: 2

Usos: Alimento humano (partes aéreas não específicas; sementes), alimento animal (estruturas

férteis)

Parte utilizada: Partes aéreas não específicas, sementes

Notas: Os grãos e as vagens podem ser usados para se fazer ração para animais. Os cavalos gostam de comer as vagens cruas. Os humanos também as podem comer. Uma farinha é feita com as vagens para consumo humano.

12

Nome comum: alfavaca-de-cobra, alfavaca-de-cobras, erva-dos-muros

Gênero: *Parietaria* L.

Espécie provável: *Parietaria judaica* L.

Família: *Urticaceae*

Fonte: 4, 6

Usos: Veneno para vertebrados (mamíferos), medicinal (sistema digestivo; infecções / infestações; feridas)

Parte utilizada: Folhas, inflorescências

Modo de utilização medicinal: Aplicação externa (cozedura-banhos/lavagens)

Notas: O chá de alfavaca-de-cobra era utilizado externamente para se lavar o estômago, tratando enfermidades do sistema digestivo, e para lavar feridas, desinfetando-as. Não se bebia. A presença da planta pode causar alergias nos seres humanos, especialmente no ato da floração.

13

Nome comum: alfazema, lavanda, rosmaninho

Gênero: *Lavandula* L.

Espécie provável: *Lavandula luisieri* (Rozeira) Rivas-Martínez

Família: *Lamiaceae*

Fonte: 2, 3, 7, 8, 11

Usos: Medicinal (sistema respiratório), uso social (usos sociais não específicos), uso ambiental (ornamental; fronteiras, barreiras, suportes)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão)

Parte utilizada: Inflorescências, toda a planta

Notas: O chá é bom para a tosse e para melhorar o sistema respiratório. As flores podem ser utilizadas para se aromatizar a casa. O aroma da planta promove um sono repousado aos bebés. Barreiras e sebes podem ser feitas com alfazema de forma a se fixarem os insectos nessas zonas. A alfazema também costuma ser plantada para fins ornamentais.

14

Nome comum: almeirão, chicória

Espécie: *Cichorium intybus* L.

Família: *Asteraceae*

Fonte: 3, 14

Usos: Alimento humano (folhas; “raízes”)

Parte utilizada: Folhas, raízes

Notas: Colhe-se a raiz em Outubro, seca-se, mói-se e ferve-se para a obtenção de uma bebida semelhante ao café. As folhas jovens podem ser usadas em sopas ou em saladas.

15

Nome comum: amora, amora-silvestre, silva

Espécie: *Rubus ulmifolius* Schott var. *ulmifolius*

Família: *Rosaceae*

Fonte: 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Usos: Alimento humano (frutos), uso social (usos sociais não específicos)

Parte utilizada: Frutificações/frutos

Notas: Os frutos costumavam ser comidos principalmente por crianças, quer numa brincadeira à qual chamavam “chinchada”, que consistia em invadir propriedades privadas e desafiar os proprietários roubando-lhes fruta, quer a caminho da praia ou a brincar pelo bosque. É muito comum a confeção de geleias, compotas e doces. Costuma ser cultivada uma variedade sem espinhos. Também pode ser feito um licor com as amoras.

16

Nome comum: amores-perfeitos

Género: *Viola* L.

Espécie provável: *Viola kitaibeliana* Schult.

Família: *Violaceae*

Fonte: 2

Usos: Alimento humano (inflorescências), uso ambiental (ornamental)

Parte utilizada: Inflorescências

Notas: As flores dos amores-perfeitos são comestíveis em saladas. São também muito apreciadas como plantas ornamentais.

17

Nome comum: arruda

Espécie: *Ruta chalepensis* L.

Família: *Rutaceae*

Fonte: 7, 8

Usos: Medicinal (gravidez, parto, doenças puerperais), uso social (usos “religiosos”), veneno para vertebrados (mamíferos)

Parte utilizada: Sementes, toda a planta

Modo de utilização medicinal: Aplicação externa (maceração em álcool)

Notas: A maceração é feita esmagando as sementes em álcool. O macerado obtido é utilizado para lavar o corpo, sendo especialmente utilizado para desinfecções e lavagens do aparelho genital feminino. Existe uma crença popular que diz que a planta afasta o mau-olhado. A planta costuma ser plantada em determinados sítios para afastar os gatos, devido ao seu cheiro intenso.

18

Nome comum: azeda, erva-azeda

Espécie: *Oxalis pes-carpae* L.

Família: *Oxalidaceae*

Fonte: 2, 6

Usos: Alimento humano (“raízes”; exsudados)

Parte utilizada: Raízes, caules

Notas: O bolbo é torrado, desfeito e pode ser comido por pessoas e animais. As ovelhas não

devem comer muita erva fresca, pois podem morrer por enfartamento. A seiva existente no caule pode também ser bebida, costumando ser bebida por crianças para matar a sede.

19

Nome comum: azinheira, azinho

Espécie: *Quercus rotundifolia* Lam.

Família: *Fagaceae*

Fonte: 6, 14

Usos: Matéria-prima (madeira), combustível (lenha)

Parte utilizada: Caules

Notas: A madeira pode ser utilizada para a construção de cabos para ferramentas. Era também a madeira predilecta para a construção de brinquedos de criança, tal como o pião e a piorna. Utilizada também como lenha para aquecimento.

20

Nome comum: beldroega

Espécie: *Portulaca oleracea* L.

Família: *Portulacaceae*

Fonte: 3, 4, 6, 7, 9, 10

Usos: Alimento humano (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: Usada em sopa e em saladas. Deve-se evitar utilizar os caules vermelhos, pois podem causar anemia. Devem ser utilizadas apenas as folhas tenras e jovens.

21

Nome comum: bonina, margarida-selvagem

Espécie: *Bellis perennis* L.

Família: *Asteraceae*

Fonte: 3

Usos: Medicinal (sistema imunitário; infecções / infestações)

Modo de utilização medicinal: Aplicação externa (cozedura-banhos/lavagens), aplicação interna (gargarejos)

Parte utilizada: Toda a planta, inflorescências

Notas: A infusão é utilizada externamente na lavagem de feridas, aplicação sobre inchaços e hematomas, e para baixar a febre, molhando uma toalha e colocando a toalha sobre a cabeça. De modo a não se matar a planta, embora possa ser utilizada a planta toda, devem ser colhidas apenas as flores.

22

Nome comum: borragem

Espécie: *Borago officinalis* L.

Família: *Boraginaceae*

Fonte: 3

Usos: Alimento humano (inflorescências), medicinal (doenças mentais; sistema respiratório)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão, xarope)

Parte utilizada: Inflorescências

Notas: A infusão é utilizada para se curarem depressões, sendo um excelente calmante. O xarope é bom para a tosse. As pétalas das flores podem ser comidas cruas em saladas, tendo um sabor semelhante ao pepino. Cresce em zonas ruderais, geralmente em campos agrícolas abandonados.

23

Nome comum: camarinhas

Espécie: *Corema album* L.

Família: *Ericaceae*

Fonte: 2

Usos: Alimento humano (frutos)

Parte utilizada: Frutos

Notas: As bagas maduras são comestíveis e doces. Uma geleia pode ser feita com as bagas.

24

Nome comum: cana

Espécie: *Arundo donax* L.

Família: *Poaceae*

Fonte: 5, 6, 8, 10, 11, 12, 14

Usos: Matéria-prima (fibras; canas, etc.), uso ambiental (sombra / abrigo; melhoramento do solo; fronteiras, barreiras, suportes; agroflorestal)

Parte utilizada: Toda a planta, caules

Notas: Utilizada na construção de “tectos falsos”, servindo para isolamento térmico e para regulação da humidade. Utilizada no fabrico de adobe como substituto da palha. Utilizadas na horta como guias para leguminosas trepadeiras (feijoeiro, ervilheira, faveira) e como suporte para outras plantas, tais como o tomateiro, as couves ou o milho. São também utilizadas para a demarcação de locais específicos nas hortas. Eram utilizadas, antes do advento das canalizações plásticas, para o fabrico de canalizações para a rega, quer como canos abertos (meia cana) quer como canos fechados (melhores exemplares). Construtores especialistas são capazes de fabricar dispersores giratórios de rega, colocados nas extremidades da canalização. Sebes de canas são plantadas para se proteger as hortas contra o vento e contra a salsugem. Pequenos moinhos ruidosos de canas são fabricados para espantar os pássaros das hortas. As canas secas são trituradas e misturadas ao composto para acelerar o processo de compostagem. O caule é cortado de modo a serem obtidas tiras de cana que são utilizadas na cestaria; os cestos, extremamente resistentes, podem durar mais de 3 gerações com uso regular. Vários brinquedos para crianças podem ser criados com as canas.

25

Nome comum: carqueja

Espécie: *Pterospartum tridentatum* (L.) Willk. subsp. *tridentatum*

Família: *Fabaceae*

Fonte: 6, 14

Usos: Medicinal (sistema genito-urinário; sintomas específicos)

Parte utilizada: Toda a planta

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (chá (decoção))

Notas: O chá é bom para a bexiga. O chá ajuda também, a longo prazo, a combater a diabetes quando tomado quente e sem açúcar.

26

Nome comum: carrasquinhas

Espécie: *Scolymus hispanicus* L.

Família: *Asteraceae*

Fonte: 6

Usos: Alimento humano (caules)

Parte utilizada: Caules

Notas: O caule deve ser colhido jovem, quando a planta está ainda rasteira. Devem ser retiradas as partes moles centrais do caule e são essas que são cozinhadas.

27

Nome comum: choupo

Género: *Populus* L.

Espécie provável: *Populus nigra* L.

Família: *Salicaceae*

Fonte: 6

Usos: Matéria-prima (madeira)

Parte utilizada: Caules

Notas: A madeira de choupo, desde que devidamente seca para não ser atacada por bichos, pode ser usada para a construção de telhados; podendo durar mais de 100 anos sem se degradar. A árvore cresce à borda dos ribeiros.

28

Nome comum: erva-cidreira

Espécie: *Melissa officinalis* L.

Família: *Lamiaceae*

Fonte: 14

Usos: Alimento humano (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: As folhas são fervidas em água e bebe-se o chá pelo gosto.

29

Nome comum: erva-de-são-roberto, são-roberto

Espécie: *Geranium purpureum* Vill.

Família: *Geraceae*

Fonte: 3, 6

Usos: Medicinal (sistema digestivo; sintomas específicos; neoplasias)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão; chá (decoção))

Parte utilizada: Toda a planta, partes aéreas não específicas

Notas: Ocorre junto a casas abandonadas, em terrenos pedregosos e cerros. Deve apanhar-se a planta madura mas deve ser evitada a coloração vermelha das folhas, pois contém muito ferro e pode causar anemia. O chá é bom para acalmar o estômago e para combater o colesterol. É anticancerígeno. A planta deve ser seca à sombra.

30

Nome comum: erva-doce, funcho

Espécie: *Foeniculum vulgare* subsp. *pipéritum* (Ucria) Coutinho

Família: *Apiaceae*

Fonte: 2, 4, 7

Usos: Alimento humano (caules; folhas), uso social (usos sociais não específicos)

Parte utilizada: Caules, folhas

Notas: A planta é deixada em casa para ambientar a casa e livrá-la dos maus cheiros. É utilizada também para a confeção de bolos ou para o fabrico de “licor de anis”.

31

Nome comum: erva-ipiricão, hipericão, ipiricão

Género: *Hypericum* L.

Espécie provável: *Hypericum undulatum* Schousb. ex Willd.

Família: *Hypericaceae*

Fonte: 6

Usos: Medicinal (sistema digestivo)

Parte utilizada: Toda a planta

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (chá (decoção))

Notas: Costuma beber-se o chá em casos de má disposição e enfartamento. Características medicinais muito ricas. O chá bebe-se muito bem. Nasce nos combros. Deve ser colhida antes da floração acabar.

32

Nome comum: erva-pinheirinha

Género: *Equisetum* L.

Espécies prováveis: *Equisetum arvense* L. / *Equisetum ramosissimum* Desf. / *Equisetum telmateia* Ehrh.

Família: *Dioscoriaceae*

Fonte: 6

Usos: Medicinal

Parte utilizada: Partes aéreas não específicas

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (chá (decoção))

Notas: Planta invasora, considerada daninha. Caso se corte pelo caule, volta a rebentar de novo. Os animais não a comem. Deve colher-se a planta e deve ser posta a secar aos molhos, à sombra.

33

Nome comum: ervilhaca

Género: *Vicia* L.

Espécies prováveis: *Vicia lutea* D.C. / *Vicia disperma* D.C. / *Vicia angustifolia* L.

Família: *Fabaceae*

Fonte: 2

Usos: Uso ambiental (melhoramento do solo)

Parte utilizada: Toda a planta

Notas: Todas as ervilhacas podem ser plantadas ou adicionadas à terra para fertilizá-la.

34

Nome comum: escalracho

Espécie: *Panicum repens* L.

Família: *Poaceae*

Fonte: 5

Usos: Alimento animal (partes não específicas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: Planta invasora muito competente. As vacas gostam muito de a comer em rações, mas o estrume resultante contém uma enorme quantidade de sementes, o que ajuda a propagar a espécie indesejadamente. Por essa razão não é comum dá-lo de comer às vacas.

35

Nome comum: espargos-bravos, espargos-selvagens

Espécie: *Asparagus aphyllus* L.

Família: *Asparagaceae*

Fonte: 2, 6

Usos: Alimento humano (partes aéreas não específicas)

Parte utilizada: Caules, folhas e partes aéreas não específicas

Notas: Cresce em pinhais, nas zonas costeiras e húmidas no cimo dos vales. As “omeletes de espargos-bravos” são muito apreciadas. As omeletes são feitas com espargos jovens e tenros.

36

Nome comum: eucalipto

Espécie: *Eucalyptus globulus* Labil.

Família: *Myrtaceae*

Fonte: 2, 5, 7, 11, 14

Usos: Alimento humano (folhas), planta melífera, matéria-prima (fibras), uso social (usos sociais não específicos), medicinal (infecções / infestações; feridas; sistema respiratório)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão; chá (decoção); inalação), aplicação externa (cozedura-banhos/lavagens)

Parte utilizada: Caules, folhas, inflorescências

Notas: A utilização do eucalipto para tratar enfermidades do sistema respiratório foi um fenómeno passageiro, que durou cerca de 20 anos. Cedo a população começou a ganhar defesas contra o princípio ativo do eucalipto e os efeitos terapêuticos deixaram de surtir o mesmo efeito. Folhas são deitadas no lavatório e água fervida é deitada por cima. Com uma toalha entre a cabeça e o lavatório são inalados os vapores. Folhas são deixadas em casa para ambientar a casa e livrá-la dos maus cheiros. A madeira é utilizada como fonte de fibras para o fabrico industrial de papel. As flores são utilizadas na produção de mel. É também feito um chá de eucalipto para ser tomado como refresco no verão. Quando fervidas as folhas em água, pode usar-se a água para desinfetar feridas.

37

Nome comum: fel-da-terra

Espécie: *Centaurium erythraea* Rafn subsp. *grandiflorum* (Biv.) Melderis

Família: *Gentianaceae*

Fonte: 1, 3

Usos: Medicinal (sistema digestivo; sintomas específicos)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão; gargarejos)

Parte utilizada: Partes aéreas não específicas

Notas: É muito boa para baixar os níveis de açúcar no sangue e para regenerar o fígado, dada a sua adstringência. É antidiabético.

38

Nome comum: figueira

Espécie: *Ficus carica* L.

Família: *Moraceae*

Fonte: 9, 10, 11, 14

Usos: Alimento humano (fruto), uso social (usos sociais não específicos)

Parte utilizada: Frutos

Notas: O fruto costuma ser colhido e comido na altura. Algumas figueiras são consideradas bravas e é dito que o seu fruto não é comestível. É também feito licor de figo.

39

Nome comum: funcho-marítimo

Espécie: *Crithmum maritimum* L.

Família: *Apiaceae*

Fonte: 3

Usos: Alimento humano (folhas), medicinal (doenças metabólicas; distúrbios nutritivos)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão; chá (decoção))

Parte utilizada: Caules, folhas

Notas: Para beber como fonte de vitamina C, ou para combater a obesidade, deve ser fervido durante 2 minutos e deixado na água durante 10 minutos. Após os 12 minutos cõa-se e bebe-se. Nem as folhas maduras nem as folhas novas devem ser colhidas. Pode comer-se em saladas, cru. Bom para comida de sobrevivência.

40

Nome comum: hortelã, mandrasto

Espécie: *Mentha rotundifolia* L.

Família: *Lamiaceae*

Fonte: 4, 7, 8, 10, 11, 12, 14

Usos: Alimento humano (folhas), aditivo alimentar (folhas), veneno para não-vertebrados (artrópodes), medicinal (sistema digestivo)

Parte utilizada: Toda a planta, folhas

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (chá (decoção))

Notas: Uma infusão é feita com as folhas para ajudar a digestão. As folhas podem também ser comidas cruas em saladas ou como tempero de pratos, especialmente em caldeiradas de peixe. Embora seja espontânea, costuma ser cultivada. Quando a planta começa a “ficar cansada” deve-se replantá-la. Uma coroa era feita com mandrasto e colocada sob a cabeça, de noite, quando havia necessidade de se afastar os mosquitos durante o sono.

41

Nome comum: hortelã-da-ribeira

Espécie: *Mentha aquatica* L.

Família: *Lamiaceae*

Fonte: 13, 14

Usos: Alimento humano (folhas), aditivo alimentar (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: As folhas podem ser comidas cruas em saladas ou utilizadas para se temperar pratos, especialmente caldeiradas de peixe. É também feito um chá refrescante para se beber no verão.

42

Nome comum: loureiro

Espécie: *Laurus nobilis* L.

Família: *Lauraceae*

Fonte: 3, 6, 11

Usos: Aditivo alimentar (folhas), medicinal

Parte utilizada: Folhas, frutos

Modo de utilização medicinal: Aplicação externa (aplicação direta)

Notas: É extraído um óleo das bagas do loureiro que tem aplicações medicinais. As folhas são utilizadas para o tempero de carnes, embora com alguma moderação, pois são tóxicas.

43

Nome comum: madressilva-das-boticas

Espécie: *Lonicera periclymenum* L. subsp. *hispanica* (Boiss. & Reuter) Nyman

Família: *Caprifoliaceae*

Fonte: 3

Usos: Medicinal (sistema respiratório)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (xarope)

Parte utilizada: Inflorescências

Notas: O xarope é bom para a tosse.

44

Nome comum: malvas

Géneros: *Malva* L. / *Lavatera* L.

Espécies prováveis: *Malva sylvestris* L. / *Malva hispanica* L. / *Malva neglecta* Wallr. / *Lavatera arborea* L. / *Lavatera cretica* L.

Família: *Malvaceae*

Fonte: 4, 6, 7, 14

Usos: Medicinal (sistema genito-urinário; infecções / infestações; inflamações; feridas; pele / tecidos subcutâneos)

Parte utilizada: Toda a planta, folhas

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (chá (decoção)), aplicação externa (aplicação direta; cozedura-banhos/lavagens)

Notas: O chá de malvas era utilizado quer para lavar o corpo para tratar problemas de pele, tal como queimaduras do sol, quer para tratar enfermidades relacionadas com o sistema urinário quando bebido. Também serve para se lavar feridas e acalmar as dores. As folhas frescas podem ser esmagadas e aplicadas diretamente sobre pequenos cortes para uma mais rápida cicatrização. O chá das malvas pode ser utilizado para se lavar os olhos quando estão infetados com conjuntivite. A água fervida com malvas pode ser utilizada também como desinfetante.

45

Nome comum: medronheiro

Espécie: *Arbutus unedo* L.

Família: *Ericaceae*

Fonte: 2, 6, 13, 14

Usos: Alimento humano (fruto), uso social (usos sociais não específicos)

Parte utilizada: Frutificações/frutos

Notas: O fruto pode ser comido cru, embora o seu consumo deva ser evitado após ter fermentado, uma vez que pode apresentar elevadas concentrações de álcool. É feita aguardente e licor com os frutos. O gado caprino costuma embebedar-se com os frutos caso ninguém o dissuada. As crianças também costumam comer os frutos por brincadeira.

46

Nome comum: mostarda, mostarda-negra

Espécie: *Brassica nigra* L.

Família: *Brassicaceae*

Fonte: 3, 8

Usos: Alimento humano (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: Usada em sopas. Sabor muito forte e amargo pode não agradar a alguns.

47

Nome comum: noqueira

Espécie: *Juglans regia* L.

Família: *Juglandaceae*

Fonte: 2, 5

Usos: Alimento humano (semente), matéria-prima (madeira)

Parte utilizada: Caules, sementes, raízes

Notas: A madeira de noqueira é uma madeira extremamente valiosa, quer para o fabrico de mobiliário quer para o fabrico de utensílios. Cabos para ferramentas agrícolas, serrotes, martelos e machados podem ser fabricados, podendo durar várias gerações com uso contínuo. Coronhas de espingarda costumavam ser fabricadas com esta madeira. A madeira de noqueira pode ser também utilizada na escultura. As sementes são comidas.

48

Nome comum: oliveira-brava, zambujeiro

Espécie: *Olea europaea* L. var. *sylvestris* Brot.

Família: *Oleaceae*

Fonte: 2, 6, 14

Usos: Alimento animal (partes aéreas específicas), matéria-prima (madeira), combustível

(lenha), medicinal (sintomas específicos; gravidez, parto, doenças puerperais), uso ambiental (agroflorestal)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (chá (decoção))

Parte utilizada: Caules, folhas

Notas: Os cepos podem ser usados no enxerto de oliveiras (*Olea europaea* L.), mas a enxertia é muito difícil. A madeira é utilizada na construção de ferramentas e cabos para ferramentas. As folhas podem ser dadas de comer às cabras, contudo estas podem ficar temporariamente estéreis. As folhas são usadas como contraceptivo para as cabras. A madeira pode também ser usada como lenha para a queima. Um chá é feito com as folhas para combater a diabetes.

49

Nome comum: orégãos

Espécie: *Origanum vulgare* L. subsp. *virens* (Hoffmanns. & Link) Bonnier & Layens

Família: *Lamiaceae*

Fonte: 4, 8, 12, 13, 14

Usos: Alimento humano (folhas), aditivo alimentar (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: As folhas costumam ser usadas no tempero de pratos e para se adicionar a saladas e massas. Bastante usadas no tempero de caracóis.

50

Nome comum: ortiga, urtiga, urtiga-selvagem, urtiga-verde

Género: *Urtica* L.

Espécies prováveis: *Urtica dioica* L. / *Urtica urens* L.

Família: *Urticaceae*

Fonte: 3, 6, 7, 8, 11, 14

Usos: Alimento humano (folhas), veneno para não-vertebrados (fungos; artrópodes), medicinal (sistema circulatório; sintomas específicos; pele / tecidos subcutâneos), uso ambiental (melhoramento do solo)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão; chá (decoção))

Parte utilizada: Toda a planta, folhas

Notas: Deixa-se um molho de urtigas num balde com água durante duas semanas ao ar livre (chorume de urtigas) e borrifa-se a horta com a água resultante para prevenção contra insetos e fungos e para fertilizar o solo. O chá, quando bebido, melhora o estado das plaquetas no sangue e a circulação sanguínea no geral, sendo também bom para os diabéticos. Um champô pode ser feito para se combater a queda de cabelo. As folhas podem ser comidas cruas, quando colhidas com cuidado e quando esmagadas de modo a quebrarem os seus pêlos - a saliva anula a ação urticária quando mastigadas. As folhas podem ser também cozinhadas em sopas e esparregados. Há também quem faça bolo de urtiga, ou quem a adicione a batidos de fruta. O chá da urtiga também pode ser bebido pelo seu sabor.

51

Nome comum: papoila

Espécie: *Papaver rhoeas* L.

Família: *Papaveraceae*

Fonte: 3

Usos: Medicinal (sistema nervoso; sistema respiratório)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão, xarope)

Parte utilizada: Inflorescências, sementes

Notas: As pétalas e as sementes são seguras a doses muito moderadas. É um calmante e combate as insónias. Pode ser utilizado como sedativo. O xarope é bom para a tosse. Para além das pétalas e das sementes, a planta é extremamente tóxica. Cresce em zonas ruderais, geralmente em campos agrícolas abandonados.

52

Nome comum: pilriteiro

Espécie: *Crataegus monogyna* Jacq.

Família: *Rosaceae*

Fonte: 3

Usos: Alimento humano (frutos), medicinal (sistema circulatório)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (infusão)

Parte utilizada: Folhas, inflorescências, frutos

Notas: A infusão com as folhas e flores regulariza a tensão arterial; subindo-a se estiver

baixa e baixando-a se estiver alta. As bagas podem ser comidas cruas.

53

Nome comum: pinheiro-bravo, pinho

Espécie: *Pinus pinaster* Aiton

Família: *Pinaceae*

Fonte: 6, 8, 11, 14

Usos: Matéria-prima (madeira), combustível (combustíveis não específicos; lenha), uso ambiental (melhoramento do solo; agroflorestal)

Parte utilizada: Caules, frutificações, folhas

Notas: A madeira tratada pode ser usada para vigas e para material de construção duradouro. A madeira sem tratamento é rapidamente comida por bichos, pelo que só costuma ser usada para construções temporárias, como pranchas, andaimes, etc. As folhas (caruma) costumam ser utilizadas para fins de compostagem, de forma a fertilizar a terra, sendo uma importante fonte de carbono para o processo. A caruma costuma ser espalhada pelo solo, em pequenas hortas, para se impedir o crescimento de ervas daninhas e para auxiliar o solo na retenção de água. A caruma costuma ser também utilizada, dentro do mesmo contexto, para a delimitação de caminhos. As pinhas costumam ser apanhadas para serem usadas como acendalhas em churrascos ou para iniciarem uma fogueira. A madeira é utilizada como lenha para a queima.

54

Nome comum: pinheiro-manso

Espécie: *Pinus pinea* L.

Família: *Pinaceae*

Fonte: 6, 11, 12

Usos: Alimento humano (sementes), combustível (combustíveis não específicos), uso social (usos sociais não específicos), uso ambiental (melhoramento do solo; agroflorestal)

Parte utilizada: Sementes, caule, toda a planta, frutificações, folhas

Notas: As sementes (pinhões) comem-se e são muito apreciadas. As árvores costumam ser utilizadas para a prática de escalada na natureza. As folhas (caruma) são utilizadas com a mesma finalidade que as folhas do pinheiro-bravo. As pinhas podem também ser utilizadas como acendalhas em churrascos ou para se iniciarem fogueiras. É comum os pais irem

passar os filhos, ainda crianças, para os pinhais de acesso público para apanharem pinhas e extraírem os pinhões.

55

Nome comum: poejo

Espécie: *Mentha pulegium* L.

Família: *Lamiaceae*

Fonte: 8, 11, 12, 13, 14

Usos: Alimento humano (folhas), aditivo alimentar (folhas), uso social (usos sociais não específicos), medicinal (sistema nervoso; sistema respiratório)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (chá (decoção))

Parte utilizada: Folhas

Notas: É feito um chá dado o seu sabor agradável. O chá pode ser bebido à noite, tendo um efeito relaxante e calmante. Costuma ser bebido em família ao fim do dia. Também pode ser utilizado para o tempero de saladas, caldeiradas, confeção de omeletes ou adicionado a batidos de fruta. Costuma ser utilizado no curtir das azeitonas ou para se adicionar a grelhados.

56

Nome comum: rinchão

Espécie: *Rapistrum rugosum* (L.) All. *subsp. rugosum*

Família: *Brassicaceae*

Fonte: 3

Usos: Alimento humano (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: Confeccionado em sopas. Sabor muito forte pode não agradar a alguns.

57

Nome comum: roseira-brava

Género: *Rosa* L.

Espécie provável: *Rosa sempervirens* L.

Família: *Rosaceae*

Fonte: 2

Usos: Alimento humano (inflorescências), uso ambiental (ornamental)

Parte utilizada: Inflorescências

Notas: As pétalas da roseira-brava são comestíveis. Pode-se fazer uma geleia com as mesmas. As roseiras-bravas são também bastante apreciadas enquanto plantas ornamentais.

58

Nome comum: sabugueiro

Espécie: *Sambucus nigra* L.

Família: *Caprifoliaceae*

Fonte: 3, 6

Usos: Alimento humano (inflorescências), uso social (usos sociais não específicos), medicinal (sistema respiratório)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (chá (decoção); xarope)

Parte utilizada: Inflorescências, frutificações/frutos

Notas: As flores são utilizadas medicinalmente para se combaterem constipações, enquanto o fruto é utilizado para se produzir uma bebida. Mistura-se o suco do fruto com sumo de limão e dilui-se em água para se obter um refresco de verão. Deve ser servido fresco. Se deixado de um dia para o outro começa a fermentar e vai-se transformando numa bebida alcoólica aparentada ao champanhe. A árvore cresce junto aos ribeiros. As flores devem ser secas à sombra, preferencialmente em cima de um cartão e devem ser colhidas mesmo antes de abrirem, de modo a conservarem as pétalas.

59

Nome comum: saramago

Espécie: *Raphanus raphanistrum* L. subsp. *raphanistrum*

Família: *Brassicaceae*

Fonte: 8, 12, 14

Usos: Alimento humano (folhas)

Parte utilizada: Folhas

Notas: As folhas podem ser cozidas e utilizadas em esparregados ou em sopas.

60

Nome comum: serralha

Género: *Sonchus* L.

Espécies prováveis: *Sonchus oleraceus* L. / *Sonchus asper* (L.) Hill

Família: *Asteraceae*

Fonte: 5

Usos: Alimento animal (partes não específicas)

Parte utilizada: Toda a planta

Notas: A planta é considerada como uma das favoritas pelos coelhos. Grandes quantidades de serralha eram colhidas com uma gadanha no campo – até cerca de 80 kg – e transportadas com uma forquilha, às costas, até às quintas.

61

Nome comum: sobreiro, sobro

Espécie: *Quercus suber* L.

Família: *Fagaceae*

Fonte: 11, 14

Usos: Combustível (lenha), uso social (usos sociais não específicos)

Parte utilizada: Toda a planta, caules

Notas: O sobreiro costuma ser utilizado na prática de escalada na natureza, contudo há que ter algum cuidado com os ramos mais delgados, uma vez que não apresentam tanta estabilidade como, por exemplo, os ramos do pinheiro-manso. A lenha é utilizada para a queima.

62

Nome comum: tomilho

Espécie: *Thymus mastichina* L.

Família: *Lamiaceae*

Fonte: 3

Usos: Alimento humano (folhas), aditivo alimentar (folhas), medicinal (infecções / infestações; inflamações; feridas; sistema respiratório)

Modo de utilização medicinal: Aplicação interna (xarope), aplicação externa (cozedura-banhos/lavagens)

Parte utilizada: Folhas, inflorescências

Notas: Pode ser utilizado para se lavar feridas, externamente. Pode ser comido em saladas, ou para temperar carnes e batatas.

63

Nome comum: tomilho

Género: *Thymus* L.

Espécies prováveis: *Thymus zygis* L. / *Thymus villosus* L. / *Thymus capitellatus* Hoffmanns. & Link) / *Thymus carnosus* Boiss

Família: *Lamiaceae*

Fonte: 7, 10, 11, 12, 13, 14

Usos: Alimento humano (folhas); aditivo alimentar (folhas), uso social (usos sociais não específicos)

Parte utilizada: Folhas, inflorescências

Notas: Pode ser comido em saladas, ou para temperar carnes e batatas. Especialmente utilizado em assados. Há uma crença popular que diz que, só por si, é bom ter tomilho em casa. Utilizado também no curtir das azeitonas. Há quem o utilize em sumos e batidos de fruta.

64

Nome comum: trevo

Género: *Trifolium* L.

Espécies prováveis: *Trifolium pratense* L. / *Trifolium angustifolium* L.

Família: *Fabaceae*

Fonte: 2

Usos: Alimentação animal (partes não específicas), uso ambiental (melhoramento do solo)

Parte utilizada: Toda a planta

Notas: O trevo pode ser semeado para se melhorarem as pastagens ou usado como fertilizante para a terra. Também pode ser utilizado no fabrico de ração para os animais.

65

Nome comum: zimbreira

Género: *Juniperus* L.

Espécie provável: *Juniperus navicularis* Gand.

Família: *Cupressaceae*

Fonte: 6

Usos: Alimento humano (frutificações), matéria-prima (madeira), uso social (usos sociais não específicos)

Parte utilizada: Caules, frutificações

Notas: A madeira pode ser utilizada para a construção de cabos para ferramentas. É feita água-ardente com as “bagas”, e pode ser também feito um chá das “bagas” secas, fervendo-as numa cafeteira com água, que pode ser bebido diariamente.

É necessário ter em conta, ao tomar em consideração toda a informação disponibilizada no catálogo etnoflorístico, que as informações foram registadas de acordo com a forma como foram partilhadas pelos respectivos informantes. O autor deste estudo, e respectivos informantes, não se responsabilizam pela validade científica da informação disponibilizada.

4.4. Índices e indicadores etnobotânicos

Dado o tamanho da amostragem, com 14 informantes entrevistados, o cálculo dos índices propostos para se avaliar a relevância etnobotânica da Península de Setúbal não se mostrou relevante a partir dos dados recolhidos neste trabalho. A comparação

deste estudo com estudos de natureza semelhante, onde o número de entrevistados anda na ordem dos 50 / 100 informantes por estudo, através destes índices, não foi, deste modo, possível. Contudo, a partir de uma revisão bibliográfica, foi possível aferir um número aproximado de espécies pertencentes à flora local com interesse etnobotânico, e calcular desta forma os índices propostos para contribuir, no que diz respeito ao número de táxones representados, para o conhecimento da etnobotânica associada à Península de Setúbal.

Através de uma análise à lista de táxones mencionados pelos informantes deste estudo e por informantes de outros estudos etnobotânicos realizados no país (Rodrigues 2001, Rodrigues 2002, Van de Putte 2003, Carvalho 2005, Ramalho 2005, Carvalho 2006, ICN 2006, Rodrigues 2006) foi possível identificar quais dos táxones pertencentes à flora local da Península de Setúbal têm relevância etnobotânica. Foi identificado um total de 250 táxones com interesse etnobotânico neste contexto. Em anexo (8.10) pode ser consultada uma lista com todas as espécies consideradas para o efeito.

Dado o número de táxones com relevância etnobotânica identificados como pertencentes à flora de Península de Setúbal, temos que o Índice de Riqueza Etnobotânica (R), nesse contexto, é de 250.

$$R = 250$$

Em relação à diversidade etnobotânica que foi possível aferir neste trabalho, tendo em conta os dados obtidos com as entrevistas, foi possível aferir o Índice de Diversidade Etnobotânica (IDE), através do uso do Índice de Shannon-Wiener (H).

$$H = - \sum (\rho \cdot \ln \rho) = IDE$$

ρ = número de citações para uma dada espécie (c_i) / número total de citações (c_n)

$n = 170$

$H = 3,93$

Quanto ao Índice de Uniformidade Etnobotânica (E), para que o seu valor fosse representativo da região estudada seria necessário calculá-lo em função de valores de H relacionados com a área de estudo em questão, contudo, tendo em conta que com os dados obtidos $R = 66$, podemos ter E com um valor aproximado de 0,94.

Embora o cálculo dos índices seja necessário para se obter uma ideia quantificada da relevância etnobotânica da área estudada, e para se comparar os resultados obtidos neste estudo com estudos semelhantes, dado o carácter aplicado do presente estudo, preconizou-se mais o tratamento qualitativo dos dados em detrimento de uma análise quantitativa pormenorizada. Ainda assim, é possível aferir que a Península de Setúbal é um território relevante com base nos índices obtidos.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa bibliográfica inicial incluiu, para além de uma compilação sobre dados geográficos e demográficos da região estudada, trabalhos sobre teoria etnobotânica. No sentido de se procurar avaliar a relevância etnobotânica do presente estudo e da própria Península de Setúbal, foi necessária a aquisição de uma mais sólida compreensão dos objectivos, metodologias e principais problemas que esta ciência suscita e procura resolver.

É fundamental, para qualquer estudo etnobotânico, obterem-se conclusões a partir da interpretação dos resultados obtidos e identificarem-se melhorias a implementar em estudos futuros, ou sugerirem-se novos estudos que visem complementar as conclusões obtidas. Esta dinâmica disciplinar vê-se refletida, obrigatoriamente, na revisão bibliográfica que, para além de compilar e sistematizar a informação recolhida, possibilitou estabelecer as conexões necessárias à interpretação e contextualização do presente estudo no estado da arte da etnobotânica.

Através da revisão bibliográfica e daquilo que foi possível constar durante e após as entrevistas realizadas à população foi possível identificarem-se questões que põem em causa a preservação do conhecimento botânico local, a relevância etnobotânica da área estudada, a conservação dos recursos naturais e o papel que o conhecimento etnobotânico pode desempenhar na sociedade contemporânea.

Pôde-se constar, a partir dos resultados obtidos, que os conhecimentos locais sobre a utilização de plantas silvestres estão na sua maioria ora na posse das gerações envelhecidas, que no passado dependiam diretamente desses recursos para subsistir, ora na posse de um pequeno número de pessoas que se interessa por estes assuntos e que os estuda, colocando os conhecimentos que tem em prática através de iniciativas relacionadas com a preservação ambiental e com a conservação da biodiversidade

através de práticas inspiradas nos modos de vida tradicionais que garantem a sustentabilidade dos recursos e a saúde dos ecossistemas.

Contudo, a tendência observada é para que grande parte destes conhecimentos se percam caso medidas não sejam tomadas para preservá-los. Os nomes comuns de algumas plantas, se bem como algumas das suas utilizações, têm tendência à extinção caso as memórias associadas à vivência diária destas populações não se guardem e reproduzam. Inevitavelmente, o património linguístico e cultural das localidades associadas a essas memórias ficará empobrecido, visto que mesmo com a preservação destes conhecimentos é inevitável a sua erosão dada a natureza adaptativa do ser humano enquanto ser cultural.

Mas embora a erosão observada dos conhecimentos que a população da Península de Setúbal tem sobre a utilização de plantas locais pareça ser preocupante, continua a observar-se interesse pela parte da população em preservá-los. Existem, inclusive, no caso das plantas cultivadas, variedades regionais cuja própria existência depende destes conhecimentos. Contudo, não obstante a preocupação de uma parte da população em preservar este legado cultural, é possível identificarem-se mudanças e transformações substanciais no conteúdo destes conhecimentos, ao cruzarem-nos com influências provenientes quer de outras culturas quer dos meios académico-científicos.

É possível observar-se que em sociedades literadas, como a da Península de Setúbal, a transmissão de conhecimentos relativos às plantas através de textos, e mais recentemente através de outros meios contendo conhecimentos locais e também não-locais, tem um efeito mais imediato e mais prolongado do que a transmissão oral, uma vez que a impressão e a publicação de textos permite uma transmissão mais detalhada e precisa do conhecimento e ao mesmo tempo é mais persuasiva (Diamond 2005 *in* Leonti 2011). É portanto comum que a camada da população que se interessa

por preservar e propagar conhecimentos sobre a utilização da flora local recorra a meios que não a transmissão oral dos conhecimentos para ter acesso aos mesmos. Salvo raras exceções, em que os interessados procuram obter os conhecimentos através do contacto direto com as populações rurais que de alguma forma ainda reproduzem os modos de vida dos seus antepassados, a grande maioria dos novos utilizadores de fitorecursos silvestres, hoje em dia, obtém as suas informações através da literatura e de outros meios de comunicação. O conhecimento absorvido por esta camada da população é, desta forma, incorporado nos conhecimentos locais da população residente e os próprios habitantes que não tem acesso a esta informação acabam por absorvê-la indiretamente. Leonti (2011) realça o facto que os estudos sobre a utilização medicinal de plantas, no geral (na Europa e em outros sítios), registam o *status quo* de uma população, ou seja, a imagem momentânea do conhecimento e das práticas medicinais folclóricas, que é inevitavelmente uma mistura do conhecimento local com conhecimentos sobre a biomedicina moderna e a fitoterapia comercial, e não propriamente conhecimentos característicos das populações que os descobriram e desenvolveram, como em outras partes do mundo, geográfica e culturalmente mais isoladas.

A transmissão vertical dos conhecimentos botânicos de pais para filhos está em risco de se perder na Península de Setúbal, não só graças ao desinteresse geral que a população mais nova mostra em relação à utilização tradicional dos recursos naturais mas também face à extrema facilidade com que se obtêm hoje em dia informações sobre a utilização de plantas sob a forma escrita. Mas mesmo tendo em conta o conhecimento histórico associado a este tipo de usos pela população rural, quando a caracterizamos etnobotanicamente, há que considerar que as comparações interculturais e inter-grupos só fazem sentido se os fatores históricos que influenciaram o uso local das plantas, tais como os textos clássicos, forem considerados e incorporados na análise comparativa (Leonti 2011). A tendência observada hoje em dia, embora a uma dimensão de proporções significativamente

maiores, sempre foi observada ao longo da história. Desde que se conhecem registros escritos sobre a utilização de plantas pelo Homem que este tem vindo a transmiti-los direta ou indiretamente a todas as camadas da sociedade.

Grande parte do conhecimento documentado em estudos etnobotânicos está atualmente não só dependente de parâmetros conservadores, uma vez que o uso das plantas está profundamente enraizado na história da cultura, mas também de fatores progressivos, tais como tendências na fitoterapia comercial ou na agricultura biológica. Alguns estudos etnobotânicos referem, por exemplo, o uso ancestral de certas plantas para certos fins medicinais, como é o caso do hipericão (*Hypericum perforatum* L.) para tratar casos de depressões. No entanto, após uma análise detalhada aos registos históricos e populares dessa planta, verifica-se que o seu uso para esses fins só começou a ser registado recentemente devido a avanços na fitoterapia e na fitofarmacêutica modernas (Leonti 2011). Ao se tomar como representativa de uma determinada população a informação obtida através de entrevistas etnobotânicas, quando não comparada com a informação gerada pela ciência contemporânea nas últimas décadas, pode-se estar a contribuir para o esbater das barreiras culturais que a têm caracterizado nos últimos tempos. Contudo, o rigor etnográfico necessário à produção de um trabalho etnobotânico detalhado nem sempre está relacionado com o confronto da informação obtida com os avanços da ciência atual. Algumas plantas que têm sido reportadas como tendo certas aplicações medicinais por algumas populações da Europa, como a bolsa-de-pastor (*Capsella bursa-pastoris* (L.) Medik.) para parar hemorragias no nariz, foram recentemente consideradas meros elementos folclóricos e ervas medicinais obsoletas, uma vez que as alegadas propriedades medicinais nunca foram validadas (Leonti 2011). Neste tipo de situações, mesmo que as plantas e os usos referidos pela população não sejam válidos, há que partir do princípio que a população usa as plantas que menciona para os fins que refere, sendo essa informação válida do ponto de vista etnográfico, e conseqüentemente etnobotânico. Note-se que não é do âmbito da etnobotânica

comprovar a eficácia das utilizações atribuídas às plantas mencionadas pelas populações rurais, mas meramente registá-las e compará-las. Os estudos etnobotânicos promovem, desta forma, oportunidade para que outras disciplinas investiguem a eficácia das plantas mencionadas ao fornecerem informações sobre utilizações para as mesmas.

Há, portanto, que ter em conta que algumas plantas medicinais utilizadas pelas populações rurais para determinados fins podem não passar de meros placebos. As políticas de saúde não podem ignorar o risco do uso perigoso dessas ervas, especialmente quando as espécies utilizadas são tóxicas ou incorrectas para o uso em questão. O risco para a saúde humana aumenta quando sob pressão da tendência para a auto-medicação e sob a perspectiva dos consumidores que acham que os remédios tradicionais feitos com ervas são sempre seguros e livres de efeitos secundários. É essencial que os profissionais de saúde adotem atitudes culturalmente sensíveis em relação à medicina tradicional e questionem os consumidores em relação ao consumo destes medicamentos ao mesmo tempo que registam o historial médico dos pacientes (Quave *et al.* 2012). A etnobotânica, mais uma vez, deve saber responder à necessidade que a medicina oficial tem em estar a par das utilizações medicinais dadas pelas populações rurais às plantas que consomem.

Tendo em conta que a informação botânica que está na posse da população local da Península de Setúbal tem sido profundamente modificada nas últimas décadas, a informação assimilada por esta será eventualmente transmitida mais ou menos (culturalmente) modificada a um investigador no campo. Por isso, no vasto campo da etnobotânica, um círculo de informação tem sido produzido, que se limita progressivamente ao produzir um ciclo de *feedback*. É duvidoso que isto possa providenciar um *input* inovador à investigação de produtos naturais ou mesmo conduzir à descoberta de novos medicamentos, e também é questionável se este desenvolvimento serve para a conservação do conhecimento local, no entanto há que

registrar os conhecimentos botânicos que estão na posse das populações rurais para que, em última análise, possam ser estudados e avaliados; nunca esquecendo que a representação indiscriminada de dados não ajuda nem a avaliar nem a desenvolver a disciplina enquanto ciência.

Se, por um lado, quanto mais tempo o entrevistador passar com o informante mais informações poderá obter do mesmo, por outro a qualidade dessa informação pode estar altamente comprometida devido a vários factores que deverão estar claros durante a entrevista. Um desses factores é o rigor que com o qual o entrevistador regista essas informações. A transmissão oblíqua de conhecimentos relacionados com plantas através de textos inclui, eventualmente, modos antropológicos de raciocínio no que toca à sua utilização, selecção e transmissão, inconscientemente (Leonti 2011). O entrevistador tem que ter a capacidade de se adaptar culturalmente ao informante, partilhando momentaneamente uma visão do mundo que facilite e promova a compreensão e o registo da informação absorvida. Note-se que a quantidade e a qualidade das informações obtidas pelo entrevistador depende em grande medida de factores como a relação de confiança mútua que este estabelece com o informante e como a capacidade que o entrevistador tem para inquirir e para conduzir a entrevista. Não obstante estas condicionantes, o nível de conhecimentos que o informante tem, a disponibilidade do mesmo para realizar a entrevista, as condições do tempo e a disponibilidade de plantas no campo podem também limitar a informação que o informante poderá ter para partilhar.

A relevância etnobotânica de uma região está, ainda mais dependente da sua riqueza quantitativa (IRE), directamente relacionada com a riqueza qualitativa da mesma sob o ponto de vista etnobotânico. Ora, considerando a etnobotânica como uma ciência que procura registrar o património imaterial, relacionado com o mundo vegetal de uma determinada população, através do uso de metodologia etnográfica, não há que descurar o facto de que mais importante que as plantas que essa população usa é a

própria população em si. Em algumas regiões da Terra, o conhecimento etnobotânico construído ao longo de milénios perde-se ou descontextualiza-se no tempo de uma a duas gerações. Os investigadores não podem registar dados etnobotânicos quando os grupos tradicionais alvo dos seus estudos estão culturalmente extintos ou se encontram fortemente aculturados (Carvalho 2006). A relevância da informação etnobotânica adquirida está, portanto, na relevância cultural da população estudada e não apenas no número diferente de usos e de táxones associados a uma determinada população. Não deve ser esquecido que a etnobotânica é, primariamente, uma disciplina que se baseia mais na qualidade dos dados adquiridos do que propriamente na quantidade dos mesmos. Um grau maior de riqueza de espécies não indica necessariamente uma maior diversidade etnobotânica (Bye *et al.* 1995 *in* Leonti 2011).

Dadas as características sócio-demográficas da Península de Setúbal, conjuntamente com a crescente urbanização da mesma, a qualidade da informação obtida está, como já foi visto, altamente comprometida com a forte aculturação a que a sua população está submetida. Note-se que numa determinada entrevista, o informante entrevistado sentiu-se mais à vontade para falar sentando-se ao computador para consultar as plantas na Internet, de forma a poder responder às questões que lhe eram colocadas. Com o ciclo de conhecimento e informação que tem sido gerado entre informantes, investigadores de campo e os *media*, os resultados de estudos etnobotânicos podem estar altamente comprometidos. Tal “modelação” dos resultados não está em concordância com os princípios da ciência, a não ser que isso seja reconhecido e que as suas consequências e parâmetros sejam compreendidos (Leonti 2011). Como consequência da realidade encontrada durante o trabalho de campo, o que inicialmente começou por ser um estudo que procurou simplesmente contribuir para o conhecimento etnobotânico já adquirido para a Península de Setúbal, através de um catálogo etnoflorístico e de uma brochura etnobotânica, passou também a ser um estudo que procurou aferir a própria relevância e necessidade de se fazerem estudos

etnobotânicos nesta região.

Os estudos etnobotânicos devem saber diferenciar entre o conhecimento local e o conhecimento geral, se bem como entre o conhecimento recentemente formado e o conhecimento introduzido através da literatura e dos *media* (Leonti 2011). Esta diferenciação é essencial para os estudos etnobotânicos realizados na Península de Setúbal. Contudo, a inexistência de uma associação formal de investigadores que possa promover estudos etnobotânicos e iniciativas subsidiárias desta natureza, para além de estimular carreiras científicas na área, tem, porventura, retardado o aparecimento de um número superior de trabalhos sobre etnobotânica portuguesa (Carvalho 2006) e o conseqüente desenvolvimento da disciplina neste sentido. Leonti (2011) defende que a presente situação pode estar enraizada na vontade e na preparação escassas para um verdadeiro estudo interdisciplinar e na falta de inovação na área. Uma vez que Moernman (2008 *in* Leonti 2011) chama à atenção que a maioria das utilidades dadas às plantas em qualquer estudo de campo etnobotânico na Europa e no Mediterrânico foi já documentada diversas vezes em estudos anteriores, e que não parece existir tal coisa como conhecimento endémico puro nestas áreas, o interesse em se investir na etnobotânica europeia e mediterrânica está altamente comprometido, o que por sua vez dificulta e desencoraja estudos etnobotânicos nestas áreas, cuja população está para além de extensivamente documentada também fortemente aculturada.

Acima de tudo, ainda dentro da mesma linha de raciocínio, Leonti (2011) encoraja uma abordagem etnobotânica centrada numa análise crítica e científica, correndo o risco de, caso contrário, ficarmos presos dentro de um mito. Um aspecto importante dos estudos etnobotânicos que têm sido feitos na Europa, por exemplo, é a necessidade de novas abordagens teóricas e práticas que associem a reavaliação da herança cultural relacionada com as plantas à conservação e uso da diversidade biocultural (Santayana *et al.* 2010). Se por um lado a Península de Setúbal mostra-se

um local pouco relevante do ponto de vista etnobotânico no que diz respeito à qualidade da informação etnográfica recolhida junto da sua população quando tomada como um todo (documentação de usos, nomes e aspectos culturais relacionados com as plantas locais), por outro oferece oportunidade para se identificarem quais as necessidades efectivas desta região quando se tentam delinear estratégias para a conservação dos conhecimentos botânicos locais da população que ainda reproduz um estilo de vida rural em ligação direta com a natureza. Não existindo interesse na sociedade urbana em conservar os modos de vida típicos da sociedade rural, esta última corre o risco de sucumbir à primeira e o legado cultural que a etnobotânica estuda para futura preservação fica comprometido.

Desde meados do século XX, quando a cultura associada às comunidades rurais pareceu estar em risco de desaparecer, os meios académicos lançaram uma operação de *resgate antropológico* (Burch e Ellanna 1994 in Carvalho 2006) para registar e conservar parte do conhecimento tradicional. Contudo, devido à urgência associada à crescente urbanização do meio rural e ao desaparecimento da dicotomia rural-urbano na segunda metade do mesmo século, há que saber identificar quais as comunidades que ainda mantêm um estilo de vida mais ou menos semelhante à vida que os seus antepassados levavam há quatro ou cinco gerações atrás. Podem ser apontados vários indicadores úteis na identificação de uma determinada região cujas características revelam a integridade cultural necessária à preservação do conhecimento local e antigo sobre a utilização de plantas. Destes indicadores podemos destacar: (1) o grau de isolamento espacial da população, que faz com que o conhecimento sobre a utilização de plantas se endemize provisoriamente num determinado local e se preserve de geração em geração; (2) a pobreza das condições edáficas e climáticas, que obriga a que a população tenha que recorrer a recursos silvestres para satisfazer a suas necessidades vitais; (3) dialectos, sotaques e diferenças fonéticas entre populações vizinhas, uma vez que são bons indicadores do grau de isolamento cultural a que estão sujeitas; (4) elevado grau de biodiversidade silvestre, garantia de

que a população tem um vasto leque de recursos disponíveis; (5) o interesse etnográfico demonstrado pela comunidade académica, cujos esforços em estudar a população resultam no resgate de conhecimentos que outrora estariam condenados a desaparecer; e (6) interesses comunitários e governamentais relacionados com a preservação do legado cultural rural, tais como programas para a preservação de variedades agrícolas regionais, ou raças de gado típicas de uma determinada região, que nos indicam existir interesse em preservar, independentemente da sua relevância para o desenvolvimento da sociedade actual, práticas e costumes associados a estilos de vida comumente considerados obsoletos e retrogradados. Constatando que, na Península de Setúbal, os conhecimentos locais sobre as plantas silvestres estão na posse da população ora mais ligada aos respectivos fito-recursos ora mais ligada às histórias dos seus antepassados, conclui-se que apenas seleccionando esta fracção da população, através de uma amostragem não aleatória baseada em indicadores semelhantes aos enumerados, é possível realizar-se um estudo com alguma relevância etnobotânica, correndo-se o risco não obstante de se compilarem informações etnograficamente difusas e pouco concisas, dada a diversa proveniência da maior parte da população. Uma das formas de se produzirem estudos etnobotanicamente ricos, segundo uma perspectiva etnográfica, seria através da identificação de um determinado grupo étnico dentro da península e inquiri-lo sobre a utilização tradicional de plantas da sua região de origem.

Dado o historial evolutivo associado ao desenvolvimento das plantas e do Homem no planeta Terra, os dois consideram-se elementos co-dependentes. A tarefa do investigador etnobotânico, ao estudar a relação existente entre estas duas entidades, passa de mero compilador de elementos isolados para assumir novas funções de compreensão, análise e avaliação do significado biológico das suas interacções (Bye 1976 *in* Carvalho 2006). Estudos etnobotânicos ressaltam algumas medidas para se proporcionar um maior rendimento às comunidades locais, no desenvolvimento de políticas e programas, como a criação de cooperativas, aperfeiçoamento e análise de

sistemas de mercado, bem como uma avaliação da sustentabilidade para cultivo e conservação de plantas medicinais e direitos de propriedade intelectual (Oliveira 2010). As últimas décadas têm proporcionado, aos etnobotânicos, vastas oportunidades de comunicação com públicos não especializados sobre as atividades que desenvolvem e sobre os resultados que obtêm. Quando o público partilha as preocupações e os interesses da comunidade científica no que respeita às questões de conservação do património natural e cultural mais facilmente este se financia, estuda e conserva (Schmidt 1995 *in* Carvalho 2006). Contudo, embora as investigações etnobotânicas possam contribuir para a reintrodução de determinadas plantas na vida activa da população, a versatilidade da aplicabilidade do conhecimento produzido pela etnobotânica depende do tipo de população em si; ou seja, o valor do conhecimento produzido pela etnobotânica depende diretamente do valor que a população que foi sujeita ao estudo lhe dá. Os resultados produzidos por um estudo etnobotânico, quando privados de qualquer aplicação prática, limitam-se a contribuir para o acumular de conhecimentos que só por si não estimulam o desenvolvimento nem da ciência nem da sociedade que a ciência serve. É imprescindível então, para qualquer estudo etnobotânico, que os seus resultados sejam transpostos para a população que está na sua origem.

Tem sido, com frequência, argumentado que a documentação da utilização que uma dada população dá às plantas ajuda a conservar legados culturais, que de outra forma estariam condenados à extinção, dado o abandono de estilos de vida “tradicionais” e à modernização das áreas rurais. Isto é definitivamente verdade quando nos referimos às últimas sociedades de caçadores-colectores analfabetas e comunidades rurais isoladas, que, com respeito às rápidas mudanças culturais que se dão em sociedades urbanas modernas, são caracterizadas pelo seu conservadorismo (Cavalli-Sforza e Feldman 1981 *in* Leonti 2011). Contudo, quando nos debruçamos sobre uma região cujo património rural está altamente comprometido, quer pela modernização das suas infraestruturas quer pela falta de interesse da população em manter um estilo de vida

que está cada vez mais distanciado e díspar dos valores que sociedade moderna cultiva, torna-se mais urgente perceber qual o valor que a população dá às plantas que num passado não muito remoto costumavam ser utilizadas, e qual o seu potencial para serem incluídas no dia a dia dessa população, através da sua inclusão nos meios comerciais disponíveis.

Embora a Península de Setúbal englobe áreas rurais de especial relevância para a etnobotânica, como a Serra da Arrábida, onde a utilização de plantas silvestres para fins terapêuticos ainda subsiste, todavia de uma forma residual quando comparada ao passado (Novais 2002), e não obstante o interesse da população rural em preservar estes conhecimentos e práticas para evitar a sua futura degradação, a realidade mostra que a fração da sociedade que continua a colher e a utilizar as plantas que crescem espontaneamente na natureza é cada vez menor. Uma vez que a cultura não é estática e que as tradições estão em constante evolução (Leonti 2011), a população tende a recorrer a outros recursos quando se trata de suprimir as necessidades básicas para o seu bem-estar, tirando proveito ora de plantas cultivadas ora de plantas importadas. O facto de que o conhecimento local e não local sobre plantas está cada vez mais associado hoje em dia e que os costumes locais estão a ser abandonados e, substituídos por práticas e conhecimentos novos e modernos, não é nenhuma tragédia, e nada de que se deva ter medo (McClatchey 2005), desde que as condições de vida da população melhorem e esta não sofra com este desenvolvimento.

Davis (1995 *in* Carvalho 2006) defende que o contributo da etnobotânica para a sociedade atual passa por ser o de promover ativamente o diálogo entre dois mundos, em que sabedoria de uma população rural mais próxima da natureza guia e humaniza os acelerados processos de desenvolvimento que caracterizam o mundo contemporâneo. Contudo, embora a etnobotânica seja útil para fomentar este diálogo nas suas fases iniciais, é necessário que a sabedoria associada aos estilos de vida sustentáveis praticados pelas comunidades rurais passe a fazer parte da sociedade

moderna. As plantas utilizadas tradicionalmente por uma determinada população são, hoje em dia, cada vez mais uma alternativa económica no que diz respeito às necessidades vitais dessa população, contudo é apenas nas áreas rurais menos ricas ou em tempos de maior crise económica que este tipo de recursos são especialmente importantes (Leonti 2011). A população urbana recorre com muito mais facilidade a medicamentos genéricos para tratar um problema de saúde menor caso estes estejam disponíveis em maior quantidade e a um preço mais acessível, ou a frutos silvestres importados de outros países a um preço atualmente inferior ao custo do seu cultivo local ou da sua colheita na natureza.

Muitos dos conhecimentos e práticas de carácter popular têm sido revalorizados graças à sua implicação positiva no desenvolvimento sustentável do planeta, por representarem uma alternativa à sociedade globalizadora atual (Hunn 1999 *in* Santayana e Pellón 2003). A globalização sente-se mais nos meios urbanos, e como consequência a parte da população urbana que está mais sensibilizada para questões relacionadas com a sustentabilidade social e ambiental opta ora por retirar-se para o campo ora por adotar estilos de vida que estejam em concordância com a conservação e preservação da sua herança biocultural. No entanto, embora as tentativas do retorno ao rural da sociedade urbana, que passam muitas vezes pelo desenvolvimento de iniciativas como hortas urbanas, hortas verticais, hortas comunitárias, quintas pedagógicas, mercados biológicos, associações culturais e entidades afins, sejam importantes para a conservação do legado cultural associado ao mundo rural não surtem o efeito social necessário para que tal seja garantido. A fração da sociedade urbana que participa em tais eventos e tira partido deste tipo de iniciativas é relativamente pequena quando se tem em conta a totalidade da população, cujos hábitos comportamentais estão cada vez mais afastados da vida no campo. O contacto que a maior parte da população tem com a vida no campo acontece quer nos mercados locais, quer nas superfícies comerciais como mercearias, minimercados e supermercados. Se uma das formas de se conservarem os usos, cultivos e nomes

comuns dos táxones vegetais é reintroduzi-los nos hábitos e costumes das populações rurais, outra é passar a incluí-los nas rotas comerciais disponíveis para as populações urbanas. A inclusão de determinados táxones nos mercados urbanos pode revelar-se uma forma extremamente eficaz de se preservar não só os conhecimentos sobre a utilização de plantas locais como também as próprias plantas em si. Segundo Santayana *et al.* (2010), muitos autores demonstraram já como a modernização oprime e desvaloriza os recursos silvestres não-lenhosos, especialmente entre a juventude que está demasiado preocupada em adaptar-se à nova e moderna Europa. Ora, se a nova e moderna Europa passar a incluir mais produtos silvestres não-lenhosos nas suas rotas de comércio, o interesse em cultivá-los e em colhê-los cresce nos meios rurais.

Enquanto a etnobotânica está capacitada para servir a sociedade no âmbito de tornar disponível a informação associada ao uso das plantas, a disciplina encarregue por avaliar o uso potencial destas no futuro é a botânica económica (Wickens 2001 *in* Carvalho 2006). Uma vez que o estudo do uso previsível das plantas no futuro é do âmbito dessa disciplina, a etnobotânica perde grande parte da sua relevância quando se debruça sobre questões utilitárias associadas ao uso futuro das plantas pela população residente na área de estudo. É mais urgente, desta forma, estudarem-se regiões rurais menos urbanizadas através de estudos etnobotânicos e deixar-se as regiões mais urbanizadas para outros estudos, tais como estudos sobre botânica económica. Se uma das principais propostas para a eficiência da conservação dos conhecimentos ditos “tradicionais” no meio rural é o envolvimento direto da comunidade através de técnicas de plantio, gestão e proteção das espécies do seu meio, e através da preservação da herança cultural construída ao longo dos anos, no meio urbano a conservação destes recursos passa pelo seu consumo. Em áreas urbanas, os interessados em continuar a incorporar este tipo de produtos na sua dieta e estilo de vida acabam sempre por querer comprá-los quer por consumir outro tipo de produtos complementares e alternativos aos que são comumente comercializados

nos mercados e mesmo importados de outros países (Quave *et al.* 2012).

6. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora inicialmente se tenham previsto a realização de um mínimo de 25 entrevistas para o presente estudo, dada a dificuldade em encontrar informantes cuja informação que têm para partilhar é etnograficamente excecional, e dado ter sido detetada a necessidade de se estudarem outros aspetos da população amostrada, tais como a valoração das plantas utilizadas, considerou-se que 15 entrevistas seriam suficientes para se obterem as conclusões pretendidas e para se contribuir para o conhecimento etnobotânico já adquirido para a Península de Setúbal.

Os resultados obtidos salientaram 66 táxones identificados com finalidade etnobotânica, tendo 37 dos quais usos com finalidade à alimentação humana, 26 usos medicinais e 38 outros usos; estão distribuídos por 33 famílias botânicas, tendo as *Lamiaceae*, *Asteraceae*, *Fabaceae* e *Rosaceae* maior representatividade, correspondendo a 36% do total de táxones catalogados; constatou-se ainda que foram identificadas, pelos informantes, 3 plantas que não foram catalogadas e que os táxones mais citados, com 9 citações cada, foram o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.) e a amora-silvestre (*Rubus ulmifolius* Schott var. *ulmifolius*), seguidos da cana (*Arundo donax* L.) e da hortelã (*Mentha rotundifolia* L.), com 7 citações cada; o alecrim, o eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labil.) e as urtigas (*Urtica* spp.) foram os táxones aos quais mais usos distintos foram atribuídos, tendo cada um 7 usos diferentes. Foram mencionados 17 usos medicinais, e as folhas, a planta inteira e as flores/inflorescências foram consideradas pelos informantes como sendo as partes mais utilizadas das plantas, estando associadas a um total de 51 táxones. Foram documentados 8 modos de utilização medicinal distintos, sendo a forma de utilização mais comum a decoção (chá), mencionada para 13 táxones diferentes. Num total de 95 nomes comuns foram utilizados pelos informantes para se referirem aos 69 táxones mencionados. Por último, verificou-se que a Península de Setúbal é uma

região potencialmente rica do ponto de vista etnobotânico, apresentando contudo desafios no que diz respeito à qualidade da informação obtida. Acrescenta-se ainda que não parece existir problemas em relação à sobre colheita das espécies em estado selvagem na região.

Sugere-se que, em estudos futuros na Península de Setúbal relacionados com a relação entre os seus habitantes e os fitorecursos silvestres, haja um enfoque maior na potencialidade dos táxones documentados em estudos etnobotânicos para se estudar a possibilidade de serem incluídos nas rotas comerciais dos centros urbanos da península.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, U.P. 2009. *Quantitative Ethnobotany or Quantification in Ethnobotany?* Ethnobotany Research & Applications 7:001-003.

Albuquerque, U.P., Hurrell, J.A. 2010. *Ethnobotany: one concept and many interpretations.* Recent Developments and Case Studies in Ethnobotany. NUPEEA.

Carvalho, A.M.P. 2005. *Etnobotánica del Parque Natural de Montesinho. Plantas, tradición y saber popular en un territorio del nordeste de Portugal. Tesis doctoral.* Universidad Autónoma de Madrid. Facultad de Ciencias – Departamento de Biología. Madrid.

Carvalho, L.M.M. 2006. *Estudos de Etnobotânica e Botânica Económica no Alentejo. Dissertação de Doutoramento em Biologia – Sistemática e Morfologia.* Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Carvalho, A.M. 2007. *Etnobotânica do nordeste português: espécies, usos e saberes da Terra-Fria Transmontana.* Centro de Investigação de Montanha. CIMO – Rota de Investigação.

DGDR. 1993. *Programa Península de Setúbal.* Colecção programas FEDER N°7. MPAT/SEPDR. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional C.D.I..

Flora Iberica (2015). *Plantas vasculares de la Península Ibérica e Islas Baleares.* <http://www.floraiberica.es/>. Consulta efetuada em 26-9-2015

Flora-On: *Flora de Portugal Interactiva.* (2014). Sociedade Portuguesa de Botânica. www.flora-on.pt. Consulta efetuada em 19-9-2015.

Franco, J.A. 1971. *Nova Flora de Portugal (Continente e Açores). Vol. 1. LYCOPODIACEAE-UMBELLIFERAE.* Edição do autor. Escolar Editora. Lisboa.

Franco, J.A. 1984. *Nova Flora de Portugal (Continente e Açores). Vol. 1. LYCOPODIACEAE-UMBELLIFERAE.* Edição do autor. Lisboa.

Franco, J.M., Rocha-Afonso, M.L. 1994. *Nova Flora de Portugal (Continente e Açores). Vol. III Fascículo I.* Escolar Editora. Lisboa.

Franco, J.A., Rocha-Afonso, M.L. 1998. *Nova Flora de Portugal (Continente e Açores). Vol. 3 (2). GRAMINEAE.* Escolar Editora. Lisboa.

- Franco, J.A., Rocha-Afonso, M.L. 2003. *Nova Flora de Portugal (Continente e Açores). Vol. 3 (2). JUNCACEAE - ORCHIDACEAE*. Escolar Editora. Lisboa.
- Gerique, A. 2006. *An Introduction to Ethnoecology and Ethnobotany. Theory and Methods*. Integrative assessment and planning methods for sustainable agroforestry in humid and semiarid regions. Advanced Scientific Training. Loja, Ecuador.
- González-Tejero, M.R., Cesares-Porcel, M. 1996. *La anatomía vegetal como método de identificación en etnobotánica*. Monograf. Jard. Bot. Córdoba 3: 33-37.
- ICN. 2006. *Relatório do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho. Relatório de caracterização*. Bragança.
- Leonti, M. 2011. *The future is written: Impact of scripts on the cognition, selection, knowledge and transmission of medicinal plant use and its implications for ethnobotany and ethnopharmacology*. Journal of Ethnopharmacology 134: 542-555.
- Magalhães, M.R., Cortez, N., Conceição, J.M., Raichande, S. 2003. *Morfologia da Paisagem Metropolitana*. Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. A.M.L., Lisboa.
- Mesa-Jiménez, S. 1996. *Algunos elementos para el análisis numérico de los datos en etnobotánica*. Monograf. Jard. Bot. Córdoba 3: 69-73.
- McClatchey, W.C. 2005. *Exorcizing Misleading Terms from Ethnobotany*. www.ethnobotanyjournal.org/vol/i1547-3465-03-001.pdf – Consulta efetuada em 22-06-2015
- McClatchey, W.C. 2006. *Improving the Quality of International Ethnobotany Research and Publications*. Ethnobotany Research & Applications 4:001-009.
- Neto, C., Teixeira, J.A. 2011. *Guia da Excursão à Península de Setúbal e Estuário do Sado*. VIII Congresso da Geografia Portuguesa. http://www.apgeo.pt/files/docs/Actividades/GUIA_EXCURSAO_PEN_SETUBALb.pdf – Consulta efetuada em 24-8-2015
- Novais, M.H. (2002). *Plantas Aromáticas e/ou Medicinais no Parque Natural da Arrábida. Relatório de trabalho de fim de curso de Biologia*. Universidade de Évora.
- Oliveira, R.L.C. 2010. *Etnobotânica e plantas medicinais: estratégias de conservação*. Revista de Biologia e Ciências da Terra. Vol 10. Nº2. 2º Semestre.

Pardo-de-Santayana, M., Pieroni, A. e Puri, R.K. 2010. *The Ethnobotany of Europe, Past and Present*. Ethnobotany in the New Europe. People, Health and Wild Plant Resources. Environmental Anthropology and Ethnobiology Vol 14.

Pereira A.R. 2003. *Geografia Física e Ambiente – Diversidade do Meio Físico e Recursos Naturais*. Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. A.M.L., Lisboa, p.47-65.

Quave, C.L., Pardo-de-Santayana, M. e Pieroni, A. 2012. *Medical Ethnobotany in Europe: From Field Ethnography to a More Culturally Sensitive Evidence-Based CAM? Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*. Volume 2012. Hindawi Publishing Corporation.

Ramalho, C.V.G. 2005. *Plantas aromáticas e/ou medicinais no Parque Natural do Tejo Internacional*. Relatório de trabalho de fim de curso em Engenharia Florestal. Escola Superior Agrária. Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Rodrigues, J.S.C. 2001. *Contributo para o estudo etnobotânico das plantas medicinais e aromáticas no Parque Natural da Serra de São Mamede*. ICN – PNSSM, FCUL.

Rodrigues, J.S.C. 2002. *Contributo para o estudo etnobotânico das plantas medicinais e aromáticas da Serra do Açor*. APPSA, ICN.

Rodrigues, J.C.S. 2006. *Recolha dos “saber fazer” tradicionais das plantas aromáticas e medicinais*. Concelhos de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo. AFLOSUL.

Santayana, M.P., Pellón, E.G. 2003. *Etnobotánica: aprovechamiento tradicional de plantas y patrimonio cultural*. Anales Jard. Bot. Madrid 60(1): 171 -182.

Santos S., Correia A.I.D., Figueiredo A.C., Dias L.S., Dias A.S. 2007. *Plantas medicinais da Península de Setúbal. Contribuição para o conhecimento da sua relevância etnobotânica*. <http://www.etnobotanica.uevora.pt/2007%20SaraSantos%20et%20al%20CursoPAM.pdf> – Consulta efetuada em 24-8-2015

Tenedório, J.A., Pontes, S., Estanqueiro, R. 2003. *Uso do solo: uma imagem do território metropolitano*. Atlas da Área Metropolitana de Lisboa. A.M.L., Lisboa, p.93-117.

Vallés, J. 1996. *Los nombre populares de las plantas: método y objetivo en etnobotánica*. Monograf. Jard. Bot. Córdoba 3: 7-14.

Van de Putte, J.A. 2003. *Estudio etnobotánico de la “Serra do Açor” (Portugal)*. Trabajo de investigación tutelado. Programa de doctorado en biología evolutiva y biodiversidad. UAM – Facultad de Ciencias. 2003.

8. ANEXOS

8.1. Localização das entrevistas etnobotânicas

Quadro 2.1. Localização e perfil urbanístico do local onde foram realizadas as entrevistas etnobotânicas.

Nº	Perfil	Localidade	Concelho
1	Rural	Azóia	Sesimbra
2	Rural-urbano	Costas do Cão	Almada
3	Rural	Pedreiras	Sesimbra
4	Rural-urbano	Costas do Cão	Almada
5	Rural-urbano	Costas do Cão	Almada
6	Rural	Pedreiras	Sesimbra
7	Rural-urbano	Monte da Caparica	Almada
8	Urbano	Sobreda da Caparica	Almada
9	Urbano	Costa da Caparica	Almada
10	Urbano	São João da Caparica	Almada
11	Urbano	São João da Caparica	Almada
12	Rural-urbano	Charneca da Caparica	Almada
13	Urbano	São João da Caparica	Almada
14	Urbano	São João da Caparica	Almada
15	Rural-urbano	Sobreda da Caparica	Almada

8.2. Listagem dos informantes e alguns dados pessoais sobre os mesmos

Quadro 2.2. Listagem e perfil dos informantes entrevistados (o nº do informante corresponde ao número da entrevista).

Nº	Género ¹	Idade	Natural da área de estudo ? ²	Escolaridade ³	Actividade profissional ligada à natureza ? ²
1	F	50-70	S	N/I	S
2	F	<30	S	Superior	N
3	M	30-49	S	Obrigatória	S
4	F	>70	S	Primária	S
5	M	50-70	S	Superior	N
6	M	50-70	S	Obrigatória	S
7	F	50-70	N	Primária	N
8	F	50-70	N/I	N/I	N
9	F	30-49	N/I	N/I	N
10	M	30-49	N/I	N/I	N
11	M	<30	N	Obrigatória	N
12	F	30-49	N	Superior	S
13	F	50-70	N	N/I	N
14	M	>70	N	N/I	S

¹ Feminino (F) ou masculino (M)

² Sim (S) ou não (N)

³ Não inquirido (N/I), sem escolaridade (S/E) (sem ter frequentado a escola ou sem o 4º ano completo), primária (4º ano completo), preparatória (9º ano completo), obrigatória (12º ano completo) ou superior (licenciado)

8.3. Listagem da categorização dos táxones, de acordo com o E.B.D.C.S.

Quadro 3.1.1. Classe 1 (alimento humano) do nível 1 do E.B.D.C.S..

Nível 1 / Classe 1	Nível 2	Nível 3
Alimento Humano	1. Partes não específicas	Parte da planta utilizada
	2. Toda a planta	Categoria de alimento
	3. Partes aéreas não específicas	Preparação culinária
	4. Plântulas / Sementes germinadas	Quando se utiliza
	5. Cecídias	
	6. Caules	
	7. Súber	
	8. Folhas	
	9. Inflorescências	
	10. Frutificações/frutos	
	11. Sementes	
	12. “Raízes”	
	13. Exsudados	

Quadro 3.1.2. Classe 2 (aditivo alimentar) do nível 1 do E.B.D.C.S..

Nível 1 / Classe 2	Nível 2	Nível 3
Aditivo Alimentar	1. Partes não específicas	Parte da planta utilizada
	2. Toda a planta	Categoria de aditivo
	3. Partes aéreas não específicas	Preparação culinária
	4. Plântulas / Sementes germinadas	
	5. Cecídias	
	6. Caules	
	7. Súber	
	8. Folhas	
	9. Inflorescências	
	10. Frutificações/frutos	
	11. Sementes	
	12. “Raízes”	
	13. Exsudados	

Quadro 3.1.3. Classe 3 (alimento animal) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Nível 1 / Classe 3	Nível 2	Nível 3
Alimento Animal	1. Partes não específicas	Parte da planta utilizada
	2. Súber	Vertebrados que o consomem
	3. “Raízes”	Categoria de alimento animal
	4. Exsudados	Sazonalidade
	5. Estruturas férteis ¹	
	6. Partes aéreas específicas ²	
	7. Outras partes ³	

¹ Inclui inflorescências, frutificações/frutos, sementes.

² Inclui folhas, caules, partes aéreas não específicas e plantas vivas *in situ*.

³ Inclui plântulas / sementes em germinação, cecídias e plantas inteiras *ex situ*.

A classe 4 (planta melífera) do nível 1 não inclui qualquer nível 2 e o elemento descritivo do nível 3 é “parte da planta utilizada”.

A classe 5 (alimento para invertebrados) do nível 1 não inclui qualquer nível 2 e os elementos descritivos do nível 3 são “parte da planta utilizada” e “tipo de invertebrados”.

Quadro 3.1.4. Classe 6 (matéria-prima) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Nível 1 / Classe 6	Nível 2	Nível 3
Matéria-prima	1. Materiais não específicos	Parte da planta utilizada
	2. Fibras	Categoria específica
	3. Canas, etc.	Usos
	4. Madeira	Corante / Cor
	5. Cortiça / Substitutos da cortiça	
	6. Gomas e resinas	
	7. Látex / Borracha	
	8. Taninos / Corantes	
	9. Lípidos	
	10. Óleos essenciais	
	11. Ceras	
	12. Álcoois	
	13. Outros materiais	

Quadro 3.1.5. Classe 7 (combustível) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Nível 1 / Classe 7	Nível 2	Nível 3
Combustível	1. Combustíveis não específicos	Parte da planta utilizada
	2. Combustíveis mistos	Usos
	3. Lenha	Qualidade do combustível
	4. Carvão vegetal	
	5. Substitutos do petróleo/álcoois, etc.	
	6. Mecha	

Quadro 3.1.6. Classe 8 (uso social) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Nível 1 / Classe 8	Nível 2	Nível 3
Uso social	1. Usos sociais não específicos	Parte da planta utilizada
	2. Material para fumar / drogas	Categoria específica de uso
	3. Agentes anti-fertilidade	
	4. Usos “religiosos”	

Quadro 3.1.7. Classe 9 (veneno para vertebrados) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Nível 1 / Classe 9	Nível 2	Nível 3
Veneno para vertebrados	1. Vertebrados não específicos	Parte da planta utilizada
	2. Peixes	Vertebrado sensível
	3. Anfíbios	Parte do corpo afectada
	4. Répteis	Sintomas
	5. Pássaros	Usos do veneno
	6. Mamíferos	

Quadro 3.1.8. Classe 10 (veneno para não vertebrados) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Nível 1 / Classe 10	Nível 2	Nível 3
Veneno para não vertebrados	1. Não vertebrados (não específico)	Parte da planta utilizada
	2. Microrganismos (não específico)	Não vertebrado sensível
	3. Vírus	Efeitos do veneno
	4. Bactérias	Usos do veneno
	5. Fungos	
	6. Plantas	
	7. Protozoários	
	8. Moluscos	
	9. Artrópodes / 10. Outros Eumetazoários	

Quadro 3.1.9. Classe 11 (medicinal) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Nível 1 / Classe 11	Nível 2	Nível 3
Medicinal	1. Doenças não específicas	Parte da planta utilizada
	2. Anomalias / Malformações	Vertebrado tratado
	3. Doenças sanguíneas	Parte do corpo
	4. Sistema circulatório	Doença tratada / Efeito
	5. Sistema digestivo	Tipo de medicamento
	6. Sistema endócrino	Como se aplica
	7. Sistema genito-urinário	
	8. Sintomas específicos	
	9. Sistema imunitário	
	10. Infecções / Infestações	
	11. Inflamações	
	12. Feridas	
	13. Doenças mentais	
	14. Doenças metabólicas	
	15. Sistema muscular	
	16. Neoplasias	
	17. Sistema nervoso	
	18. Distúrbios nutritivos	
	19. Dores	
	20. Envenenamento	
	21. Gravidez, Parto, Doenças puerperais	
	22. Sistema respiratório	
	23. Sistema sensorial	
	24. Pele / Tecidos subcutâneos	

Neste trabalho foram utilizadas categorias para se descrever o modo de preparação e utilização das plantas medicinais caracterizado no elemento descritivo “como se aplica” do nível 3 da classe 11 do nível 1 do *E.B.D.C.S.*. As categorias utilizadas podem ser consultadas no Quadro 3.1.10. do anexo 8.3.

Quadro 3.1.10. Elemento descritivo “como se aplica” do nível 3 da classe 11 (medicinal) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Aplicação interna	Aplicação externa
1. Infusão	1. Aplicação directa
2. Chá (decoção)	2. Cataplasma
3. Clister	3. Cataplasma indirecto
4. Gargarejos	4. Cozedura-Banhos/Lavagens
5. Inalação	5. Decoção em azeite
6. Ingestão	6. Defumadouro
7. Ingestão após cozedura	7. Fusão
8. Licor	8. Maceração em álcool
9. Maceração	9. Pomada
10. Xarope	

Quadro 3.1.11. Classe 12 (uso ambiental) do nível 1 do *E.B.D.C.S.*.

Nível 1 / Classe 12	Nível 2	Nível 3
Uso ambiental	1. Usos não específicos	Parte da planta utilizada
	2. Controlo da erosão	Material utilizado
	3. Sombra / Abrigo	Uso específico
	4. Repovoamento	Ambiente no qual é utilizado
	5. Indicador	
	6. Melhoramento do solo	
	7. Ornamental	
	8. Fronteiras, Barreiras, Suportes	
	9. Agroflorestal	
	10. Quebra-fogo	
	11. Controlo da poluição	

A classe 13 (recurso genético) do nível 1 não inclui qualquer nível 2 e o elemento descritivo do nível 3 é “características benéficas”.

Para a descrição do elemento descritivo “parte da planta utilizada” do nível 3 de qualquer classe do nível 1 foram utilizadas as 13 sub-categorias do nível 2 da classe 1 do nível 2.

8.4. Lista dos táxones documentados

Quadro 4.1. Listagem da flora estudada ordenada por ordem alfabética ao nível do *taxon*, com identificação científica da família, género, e da espécie / sub-espécie / variedade quando possível.

Nº	Género / Espécie	Família	Nº citações
1	<i>Acacia</i> spp.	<i>Fabaceae</i>	1
2	<i>Agave americana</i>	<i>Asparagaceae</i>	1
3	<i>Agrimonia eupatoria</i>	<i>Rosaceae</i>	1
4	<i>Apium graveolens</i>	<i>Apiaceae</i>	2
5	<i>Arbutus unedo</i>	<i>Ericaceae</i>	4
6	<i>Arundo donax</i>	<i>Poaceae</i>	7
7	<i>Asparagus aphyllus</i>	<i>Asparagaceae</i>	2
8	<i>Asphodelus</i> sp.	<i>Liliaceae</i>	1
9	<i>Bellis perennis</i>	<i>Asteraceae</i>	1
10	<i>Beta vulgaris</i> subsp. <i>maritima</i>	<i>Chenopodiaceae</i>	3
11	<i>Borago officinalis</i>	<i>Boraginaceae</i>	1
12	<i>Brassica nigra</i>	<i>Brassicaceae</i>	2
13	<i>Centaurium erythraea</i> subsp. <i>grandiflorum</i>	<i>Gentianaceae</i>	2
14	<i>Ceratonia siliqua</i>	<i>Fabaceae</i>	1
15	<i>Cichorium intybus</i>	<i>Asteraceae</i>	2
16	<i>Corema album</i>	<i>Ericaceae</i>	1
17	<i>Crataegus monogyna</i>	<i>Rosaceae</i>	1
18	<i>Crithmum maritimum</i>	<i>Apiaceae</i>	1
19	<i>Cynara cardunculus</i>	<i>Asteraceae</i>	3
20	<i>Equisetum</i> spp.	<i>Dioscoriaceae</i>	1
21	<i>Eucalyptus globulus</i>	<i>Myrtaceae</i>	5
22	<i>Ficus carica</i>	<i>Moraceae</i>	4
23	<i>Foeniculum vulgare</i> subsp. <i>piperitum</i>	<i>Apiaceae</i>	3
24	<i>Geranium purpureum</i>	<i>Generaceae</i>	2
25	<i>Hypericum</i> spp.	<i>Hypericaceae</i>	1
26	<i>Juglans regia</i>	<i>Juglandaceae</i>	2
27	<i>Juniperus</i> sp.	<i>Cupressaceae</i>	1
28	<i>Lavandula</i> sp.	<i>Lamiaceae</i>	5
29	<i>Lavatera</i> spp.	<i>Malvaceae</i>	4
30	<i>Laurus nobilis</i>	<i>Lauraceae</i>	3

31	<i>Lonicera periclymenum</i> subsp. <i>hispanica</i>	<i>Caprifoliaceae</i>	1
32	<i>Malva</i> spp.	<i>Malvaceae</i>	4
33	<i>Melissa officinalis</i>	<i>Lamiaceae</i>	1
34	<i>Mentha aquatica</i>	<i>Lamiaceae</i>	2
35	<i>Mentha pulegium</i>	<i>Lamiaceae</i>	5
36	<i>Mentha rotundifolia</i>	<i>Lamiaceae</i>	7
37	<i>Olea europaea</i> var. <i>sylvestris</i>	<i>Oleaceae</i>	3
38	<i>Origanum vulgare</i> subsp. <i>virens</i>	<i>Lamiaceae</i>	5
39	<i>Oxalis pes-carpae</i>	<i>Oxalidaceae</i>	2
40	<i>Papaver rhoeas</i>	<i>Papaveraceae</i>	1
41	<i>Parietaria</i> sp.	<i>Urticaceae</i>	2
42	<i>Panicum repens</i>	<i>Poaceae</i>	1
43	<i>Pinus pinaster</i>	<i>Pinaceae</i>	4
44	<i>Pinus pinea</i>	<i>Pinaceae</i>	3
45	<i>Populus</i> sp.	<i>Salicaceae</i>	1
46	<i>Portulaca oleracea</i>	<i>Portulacaceae</i>	6
47	<i>Prunus spinosa</i>	<i>Rosaceae</i>	1
48	<i>Pterospartum tridentatum</i> subsp. <i>tridentatum</i>	<i>Fabaceae</i>	2
49	<i>Quercus rotundifolia</i>	<i>Fagaceae</i>	2
50	<i>Quercus suber</i>	<i>Fagaceae</i>	2
51	<i>Raphanus raphanistrum</i> subsp. <i>raphanistrum</i>	<i>Brassicaceae</i>	3
52	<i>Rapistrum rugosum</i> subsp. <i>rugosum</i>	<i>Brassicaceae</i>	1
53	<i>Rorippa nasturtium-aquaticum</i>	<i>Brassicaceae</i>	2
54	<i>Rosa</i> sp.	<i>Rosaceae</i>	1
55	<i>Rosmarinus officinalis</i>	<i>Lamiaceae</i>	9
56	<i>Rubus ulmifolius</i> var. <i>ulmifolius</i>	<i>Rosaceae</i>	9
57	<i>Ruta chalepensis</i>	<i>Rutaceae</i>	2
58	<i>Sambucus nigra</i>	<i>Caprifoliaceae</i>	2
59	<i>Scolymus hispanicus</i>	<i>Asteraceae</i>	1
60	<i>Sonchus</i> spp.	<i>Asteraceae</i>	1
61	<i>Trifolium</i> spp.	<i>Fabaceae</i>	1
62	<i>Thymus</i> spp.	<i>Lamiaceae</i>	6
63	<i>Thymus mastichina</i>	<i>Lamiaceae</i>	1
64	<i>Urtica</i> spp.	<i>Urticaceae</i>	6
65	<i>Vicia</i> spp.	<i>Fabaceae</i>	1
66	<i>Viola</i> spp.	<i>Violaceae</i>	1

Quando não foi possível identificar o táxone ao nível da espécie, sub-espécie ou variedade, representou-se-o ao nível o género, colocando-se a abreviatura “*sp.*” à frente do nome do género de modo a indicar que um dos táxones que pertencem ao género em questão é utilizado, ou “*spp.*” quando mais que uma espécie do género são utilizadas.

8.5. Lista dos usos referidos

Quadro 4.2. Listagem dos usos referidos para cada *taxon* de acordo com os critérios definidos para o nível 1 do *E.B.D.C.S.* e do número de táxones associados a um dos usos.

Classe do nível 1	Nível 2	Nº de táxones
Alimento humano	3	2
	6	2
	8	20
	9	4
	10	8
	11	2
	12	2
Aditivo alimentar	13	1
	8	9
Alimento animal	1	3
	5	1
	6	1
Uso social	1	15
	4	2
Matéria-prima	2	2
	3	1
	4	6
	13	1
Combustível	1	2
	3	4
Planta melífera	0	1

Veneno para vertebrados	6	2
Veneno para não-vertebrados	5	1
	9	2
Medicinal	1	1
	4	2
	5	6
	7	2
	8	5
	9	1
	10	6
	11	3
	12	5
	13	1
	14	1
	16	1
	17	2
	18	1
	21	2
	22	9
24	4	
N/A	2	
Uso ambiental	3	1
	6	6
	7	3
	8	3
	9	4

Sempre que não foi possível aferir o nível 2 da respectiva classe do nível 1 junto do informante, foi classificado como não adquirido (N/A). Quando o nível 2 é representado por “0”, significa que não existe qualquer nível 2 associado à classe de uso em questão.

8.6. Lista das partes utilizadas das plantas

Quadro 4.3. Listagem dos partes utilizadas das plantas e respectivo número de táxones associados a cada uma delas.

Parte utilizada	Número de táxones
Toda a planta	17
Partes aéreas não específicas	5
Caules	15
Folhas	31
Inflorescências	15
Frutificações/frutos	12
Sementes	3
Raízes	4
Exsudados	1

8.7. Lista das utilizações medicinais

Quadro 4.4. Listagem com os diferentes tipos de utilizações medicinais citadas para o total dos táxones de acordo com os critérios definidos para o elemento descritivo “como se aplica” do nível 3 da classe 11 do *E.B.D.C.S.* e com o número de táxones associados a uma das utilizações.

Aplicação	Tipo de utilização medicinal	Nº de táxones
Interna	Infusão	11
	Gargarejos	2
	Xarope	5
	Chá (decoção)	13
	Inalação	1
Externa	Cozedura-Banhos/Lavagens	7
	Maceração em álcool	1
	Aplicação direta	2

8.8. Lista das famílias botânicas representadas

Quadro 4.5. Listagem da flora estudada ordenada por ordem alfabética ao nível da família e número de táxones referidos por cada família representada.

Nº	Família	Número de táxones
1	<i>Apiaceae</i>	3
2	<i>Asparagaceae</i>	2
3	<i>Asteraceae</i>	5
4	<i>Boraginaceae</i>	1
5	<i>Brassicaceae</i>	4
6	<i>Caprifoliaceae</i>	2
7	<i>Chenopodiaceae</i>	1
8	<i>Cupressaceae</i>	1
9	<i>Dioscoriaceae</i>	1
10	<i>Ericaceae</i>	2
11	<i>Fabaceae</i>	5
12	<i>Fagaceae</i>	2
13	<i>Generaceae</i>	1
14	<i>Gentianaceae</i>	1
15	<i>Hypericaceae</i>	1
16	<i>Juglandaceae</i>	1
17	<i>Lamiaceae</i>	9
18	<i>Lauraceae</i>	1
19	<i>Liliaceae</i>	1
20	<i>Malvaceae</i>	2
21	<i>Moraceae</i>	1
22	<i>Myrtaceae</i>	1
23	<i>Oleaceae</i>	1
24	<i>Oxalidaceae</i>	1
25	<i>Papaveraceae</i>	1
26	<i>Pinaceae</i>	2
27	<i>Poaceae</i>	2
28	<i>Portulacaceae</i>	1
29	<i>Rosaceae</i>	5

30	<i>Rutaceae</i>	1
31	<i>Salicaceae</i>	1
32	<i>Urticaceae</i>	2
33	<i>Violaceae</i>	1

8.9. Listagem dos nomes comuns

Quadro 4.6. Lista dos nomes comuns dos táxones, ordenada por ordem alfabética, com a respectiva identificação científica dos mesmos.

Nº	Nome comum	Espécie
1	Abrótea	<i>Asphodelus</i> spp.
2	Abrunho-bravo	<i>Prunus spinosa</i> subsp. <i>insititioides</i>
3	Acácia	<i>Acacia</i> spp.
4	Acelga	<i>Beta vulgaris</i> subsp. <i>maritima</i>
5	Acelga-brava	<i>Beta vulgaris</i> subsp. <i>maritima</i>
6	Agave	<i>Agave americana</i>
7	Agrião	<i>Rorippa nasturtium-aquaticum</i>
8	Agrião-selvagem	<i>Rorippa nasturtium-aquaticum</i>
9	Agrimónia	<i>Agrimonia eupatoria</i>
10	Aipo	<i>Apium graveolens</i>
11	Aipo-dos-cavalos	<i>Apium graveolens</i>
12	Alcachofra	<i>Cynara cardunculus</i>
13	Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>
14	Alfarrobeira	<i>Ceratonia siliqua</i>
15	Alfavaca-de-cobra	<i>Parietaria</i> sp.
16	Alfavaca-de-cobras	<i>Parietaria</i> sp.
17	Alfazema	<i>Lavandula</i> sp.
18	Almeirão	<i>Cichorium intybus</i>
19	Amora	<i>Rubus ulmifolius</i> var. <i>ulmifolius</i>
20	Amora-silvestre	<i>Rubus ulmifolius</i> var. <i>ulmifolius</i>
21	Amores-perfeitos	<i>Viola</i> spp.
22	Arruda	<i>Ruta chalepensis</i>
23	Azeda	<i>Oxalis pes-carpae</i>

24	Azinhreira	<i>Quercus rotundifolia</i>
25	Azinho	<i>Quercus rotundifolia</i>
26	Beldroega	<i>Portulaca oleracea</i>
27	Bonina	<i>Bellis perennis</i>
28	Borragem	<i>Borago officinalis</i>
29	Camarinhas	<i>Corema album</i>
30	Cana	<i>Arundo donax</i>
31	Cardo	<i>Cynara cardunculus</i>
32	Cardo-coalheiro	<i>Cynara cardunculus</i>
33	Carqueja	<i>Pterospartum tridentatum</i> subsp. <i>tridentatum</i>
34	Carrasquinhas	<i>Scolymus hispanicus</i>
35	Catacuzes	N/I
36	Chicória	<i>Cichorium intybus</i>
37	Choupo	<i>Populus</i> sp.
38	Erva-azedada	<i>Oxalis pes-carpae</i>
39	Erva-cidreira	<i>Melissa officinalis</i>
40	Erva-de-são-roberto	<i>Geranium purpureum</i>
41	Erva-doce	<i>Foeniculum vulgare</i> subsp. <i>piperitum</i>
42	Erva-dos-muros	<i>Parietaria</i> sp.
43	Erva-ipiricão	<i>Hypericum</i> spp.
44	Erva-pinheirinha	<i>Equisetum</i> spp.
45	Ervilhaca	<i>Vicia</i> sp.
46	Escalracho	<i>Panicum repens</i>
47	Espargos-bravos	<i>Asparagus aphyllus</i>
48	Espargos-selvagens	<i>Asparagus aphyllus</i>
49	Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i>
50	Fel-da-terra	<i>Centaurium erythraea</i> subsp. <i>grandiflorum</i>
51	Figueira	<i>Ficus carica</i>
52	Funcho	<i>Foeniculum vulgare</i> subsp. <i>piperitum</i>
53	Funcho-marítimo	<i>Crithmum maritimum</i>
54	Hipericão	<i>Hypericum</i> spp.
55	Hortelã	<i>Mentha rotundifolia</i>
56	Hortelã-da-ribeira	<i>Mentha aquatica</i>
57	Ipiricão	<i>Hypericum</i> spp.
58	Lavanda	<i>Lavandula</i> sp.
59	Leituga	N/I

60	Lombim	N/I
61	Loureiro	<i>Laurus nobilis</i>
62	Madressilva-das-boticas	<i>Lonicera periclymenum</i> subsp. <i>hispanica</i>
63	Malvas	<i>Malva</i> spp., <i>Lavatera</i> spp.
64	Mandrasto	<i>Mentha rotundifolia</i>
65	Margarida-selvagem	<i>Bellis perennis</i>
66	Medronheiro	<i>Arbutus unedo</i>
67	Mostarda	<i>Brassica nigra</i>
68	Mostarda-negra	<i>Brassica nigra</i>
69	Nogueira	<i>Juglans regia</i>
70	Oliveira-brava	<i>Olea europaea</i> var. <i>sylvestris</i>
71	Orégãos	<i>Origanum vulgare</i> subsp. <i>virens</i>
72	Ortiga	<i>Urtica</i> spp.
73	Papoila	<i>Papaver rhoeas</i>
74	Pilriteiro	<i>Crataegus monogyna</i>
75	Pinheiro-bravo	<i>Pinus pinaster</i>
76	Pinheiro-manso	<i>Pinus pinea</i>
77	Pinho	<i>Pinus pinaster</i>
78	Poejo	<i>Mentha pulegium</i>
79	Rinchão	<i>Rapistrum rugosum</i> subsp. <i>rugosum</i>
80	Roseira-brava	<i>Rosa</i> sp.
81	Rosmaninho	<i>Lavandula</i> sp.
82	Sabugueiro	<i>Sambucus nigra</i>
83	São-roberto	<i>Geranium purpureum</i>
84	Saramago	<i>Raphanus raphanistrum</i> subsp. <i>raphanistrum</i>
85	Serralha	<i>Sonchus</i> spp.
86	Silva	<i>Rubus ulmifolius</i> var. <i>ulmifolius</i>
87	Sobreiro	<i>Quercus suber</i>
88	Sobro	<i>Quercus suber</i>
89	Tomilho	<i>Thymus mastichina</i> , <i>Thymus</i> spp.
90	Trevo	<i>Trifolium</i> spp.
91	Urtiga	<i>Urtica</i> spp.
92	Urtiga-selvagem	<i>Urtica</i> spp.
93	Urtiga-verde	<i>Urtica</i> spp.
94	Zambujeiro	<i>Olea europaea</i> var. <i>sylvestris</i>
95	Zimbreira	<i>Juniperus</i> sp.

Quando um determinado nome comum tenha sido mencionado sem que tenha sido possível a identificação do táxone, utilizou-se a designação “N/I” no nome da espécie para indicar que o táxone não foi identificado.

8.10. Lista de táxones pertencentes à flora da Península de Setúbal com interesse etnobotânico

Quadro 4.7. Lista dos nomes comuns dos táxones pertencentes à flora da Península de Setúbal, com interesse etnobotânico, ordenada por ordem alfabética, com a respectiva identificação científica dos mesmos, obtida a partir do presente estudo e da bibliografia (Rodrigues 2001, Rodrigues 2002, Van de Putte 2003, Carvalho 2005, Ramalho 2005, Carvalho 2006, ICN 2006, Rodrigues 2006).

Nº	Nome comum	Espécie
1	Abelhão	<i>Ophrys speculum</i> Link
2	Abetónica	<i>Stachys officinalis</i> (L.) R.Trevis.
3	Abrótea	<i>Asphodelus fistulosus</i> L.
4	Abrótea	<i>Asphodelus lusitanicus</i> Cout.
5	Abrótea-de-verão	<i>Asphodelus aestivus</i> Brot.
6	Abrunheiro	<i>Prunus spinosa</i> L. subsp. <i>insititioides</i> (Ficalho et P. Cout.) Franco
7	Acácia	<i>Acacia dealbata</i> Link
8	Acelga-brava	<i>Beta vulgaris</i> L. subsp. <i>maritima</i> (L.) Arcangeli.
9	Agave	<i>Agave americana</i> L.
10	Agrião	<i>Rorippa nasturtium-aquaticum</i> (L.) Hayek
11	Agrimónia	<i>Agrimonia eupatoria</i> L.
12	Agriotas	<i>Asphodelus serotinus</i> Wolley-Dod
13	Aipo	<i>Apium graveolens</i> L.
14	Alabardona	<i>Stachys germanica</i> L. subsp. <i>lusitanica</i> (Hoffmanns. & Link) Cout.
15	Alcachofra	<i>Cynara cardunculus</i> L.
16	Alcachofra-brava	<i>Cynara humilis</i> L.
17	Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.
18	Alecrim-das-paredes	<i>Phagnalon saxatile</i> (L.) Cass.
19	Alface-brava	<i>Lactuca serriola</i> L.

20	Alface-do-monte	<i>Andryala integrifolia</i> L.
21	Alfarrobeira	<i>Ceratonia siliqua</i> L.
22	Alfavaca-de-cobra	<i>Parietaria judaica</i> L.
23	Alfinetes	<i>Centranthus ruber</i> (L.) DC. subsp. <i>ruber</i>
24	Alho-porro	<i>Allium ampeloprasum</i> L.
25	Alisbão	<i>Verbena officinalis</i> L.
26	Amieiro	<i>Alnus glutinosa</i> (L.) Gaertn.
27	Amor-de-hortelão	<i>Galium aparine</i> L.
28	Amor-perfeito	<i>Viola kitaibeliana</i> Schult.
29	Amor-perfeito	<i>Viola lactea</i> Sm.
30	Araca	<i>Cicer arietinum</i> L.
31	Aroeira	<i>Pistacia lentiscus</i> L.
32	Arrebenta-boi	<i>Tamus communis</i> L.
33	Arruda	<i>Ruta chalepensis</i> L.
34	Arrudão	<i>Ruta montana</i> L.
35	Avenca	<i>Adiantum capillus-veneris</i> L.
36	Avenca	<i>Anogramma leptophylla</i> (L.) Link
37	Avencão	<i>Asplenium trichomanes</i> L.
38	Aveia-barbada	<i>Avena barbata</i> Link subsp. <i>lusitanica</i> (Tab.Morais) Romero Zarco
39	Azeda	<i>Oxalis pes-carpae</i> L.
40	Azedas	<i>Rumex acetosella</i> L. subsp. <i>angiocarpus</i> (Murb.) Murb.
41	Azedas	<i>Rumex bucephalophorus</i> L.
42	Azinheira	<i>Quercus rotundifolia</i> Lam.
43	Basalho	<i>Mercurialis ambigua</i> L.f.
44	Beldroega	<i>Portulaca oleracea</i> L.
45	Beleza	<i>Bupleurum fruticosum</i> L.
46	Blatária-maior	<i>Verbascum virgatum</i> Stokes
47	Bolsa-de-pastor	<i>Capsella bursa-pastoris</i> L.
48	Bonina	<i>Bellis perennis</i> L.
49	Borragem	<i>Borago officinalis</i> L.
50	Botão-azul	<i>Jasione montana</i> L.
51	Cachirlo	<i>Umbilicus rupestris</i> (Salisb.) Dandy
52	Calafito	<i>Hypericum elodes</i> L.
53	Camarinha	<i>Corema album</i> L.
54	Cana	<i>Arundo donax</i> L.
55	Cardo-azul	<i>Carduncellus caeruleus</i> (L.) Presl

56	Cardo-bravo	<i>Cirsium vulgare</i> (Savi) Ten.
57	Carqueja	<i>Pterospartum tridentatum</i> (L.) Willk. subsp. <i>tridentatum</i>
58	Carrasquinhas	<i>Scolymus hispanicus</i> L.
59	Carvalho-cerquinho	<i>Quercus faginea</i> Lam.
60	Castanheiro	<i>Castanea sativa</i> Mill.
61	Cavalinha	<i>Equisetum arvense</i> L.
62	Cavalinha	<i>Equisetum ramosissimum</i> Desf.
63	Cavalinha	<i>Equisetum telmateia</i> Ehrh.
64	Cebola-albarrã	<i>Urginea maritima</i> (L.) Baker
65	Cebolo-do-mato	<i>Simethis matiazzi</i> (Vand.) Sacc.
66	Cenoura-brava	<i>Daucus carota</i> L.
67	Chá-da-horta	<i>Bidens aurea</i> (Aiton) Sherff
68	Chicória	<i>Cichorium intybus</i> L.
69	Chinchais	<i>Plantago lanceolata</i> L.
70	Chocalheireinha	<i>Briza minor</i> L.
71	Choupo-negro	<i>Populus nigra</i> L.
72	Chupa-méis	<i>Lamium purpureum</i> L.
73	Coalhadas	<i>Cytinus hypocistis</i> (L.) L. subsp. <i>macranthus</i> Wettst.
74	Congorça	<i>Vinca difformis</i> Pourr.
75	Cornilhão	<i>Scorpiurus sulcatus</i> L.
76	Dedaleira	<i>Digitalis purpurea</i> L.
77	Diabelhas	<i>Plantago coronopus</i> L.
78	Douradinha	<i>Ceterach officinarum</i> Willd. subsp. <i>officinarum</i>
79	Erca-arcaz	<i>Tuberaria lignosa</i> (Sweet) Samp.
80	Erva-bicha	<i>Aristolochia paucinervis</i> Pomel
81	Erva-chazeira	<i>Calamintha nepeta</i> (L.) Savi
82	Erva-cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L.
83	Erva-cristã	<i>Salvia verbenaca</i> L.
84	Erva-da-cruz	<i>Teucrium scorodonia</i> L.
85	Erva-da-fortuna	<i>Tradescantia fluminensis</i> Vell.
86	Erva-das-pampas	<i>Cortaderia selloana</i> (Schult. & Schult.f.) Asch. & Graebn.
87	Erva-das-sete-linhas	<i>Plantago major</i> L. subsp. <i>intermedia</i> (DC.) Arcang.
88	Erva-das-sete-sangrias	<i>Lithodora prostrata</i> (Loisel.) Griseb.
89	Erva-das-verrugas	<i>Chelidonium majus</i> L.
90	Erva-de-são-roberto	<i>Geranium purpureum</i> Vill.
91	Erva-santa	<i>Crucianella angustifolia</i> L.

92	Erva-do-picanço	<i>Logfia gallica</i> (L.) Coss. & Germ.
93	Erva-dos-golpes	<i>Chondrilla juncea</i> L.
94	Erva-ferrea	<i>Prunella vulgaris</i> L.
95	Erva-leiteira	<i>Euphorbia helioscopia</i> L.
96	Erva-mel	<i>Silene gallica</i> L.
97	Erva-montã	<i>Pulicaria odora</i> (L.) Rchb.
98	Erva-moura	<i>Solanum nigrum</i> L.
99	Erva-prata	<i>Paronychia argentea</i> Lam.
100	Erva-ruiva	<i>Rubia peregrina</i> L.
101	Erva-saboeira	<i>Saponaria officinalis</i> L.
102	Erva-turca	<i>Mesembryanthemum nodiflorum</i> L.
103	Erva-vaqueira	<i>Calendula arvensis</i> L.
104	Ervilhaca-amarela	<i>Vicia lutea</i> D.C.
105	Ervilhaca-brava	<i>Vicia disperma</i> D.C.
106	Ervilheira-brava	<i>Vicia angustifolia</i> L.
107	Escalracho	<i>Panicum repens</i> L.
108	Espargo-bravo	<i>Asparagus aphyllus</i> L.
109	Estende-braço	<i>Polygonum aviculare</i> L.
110	Esteva	<i>Cistus ladanifer</i> L.
111	Esteva	<i>Cistus psilosepalus</i> Sweet
112	Estevão	<i>Cistus populifolius</i> L.
113	Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i> Labill.
114	Eucalipto-macho	<i>Eucalyptus camaldulensis</i> Dehnh.
115	Fel-da-terra	<i>Centaureum erythraea</i> subsp. <i>grandiflorum</i> (Biv.) Melderis
116	Feto-dos-montes	<i>Pteridium aquilinum</i> (L.) Kuhn
117	Figueira	<i>Ficus carica</i> L.
118	Figueira-do-inferno	<i>Datura stramonium</i> L.
119	Freixo	<i>Fraxinus angustifolia</i> Vahl
120	Fumária	<i>Fumaria agraria</i> Lag.
121	Funcho	<i>Foeniculum vulgare</i> subsp. <i>piperitum</i> (Ucria) Coutinho
122	Funcho-gigante	<i>Ferula communis</i> L.
123	Funcho-marítimo	<i>Crithmum maritimum</i> L.
124	Galacrista	<i>Salvia sclareoides</i> Brot.
125	Giesta	<i>Cytisus grandiflorus</i> (Brot.) DC. subsp. <i>cabezudo</i> Talavera
126	Giesta-das-serras	<i>Cytisus striatus</i> (Hill) Rothm.
127	Gilbardeira	<i>Ruscus aculeatus</i> L.

128	Gramma	<i>Cynodon dactylon</i> (L.) Pers.
129	Grizandra	<i>Diplotaxis catholica</i> (L.) DC.
130	Hipericão	<i>Hypericum perforatum</i> L.
131	Hipericão	<i>Hypericum undulatum</i> Schousb. ex Willd.
132	Hipericão-menor	<i>Hypericum humifusum</i> L.
133	Hortelã-brava	<i>Mentha rotundifolia</i> L.
134	Hortelã-de-água	<i>Mentha aquatica</i> L.
135	Isope	<i>Micromeria graeca</i> (L.) Rchb. subsp. <i>graeca</i>
136	Jarro	<i>Zantedeschia aethiopica</i> (L.) Spreng. (cult)
137	Junco	<i>Juncus effusus</i> L.
138	Junco-bravo	<i>Scirpus holoschoenus</i> (L.) Soják
139	Junça	<i>Cyperus longus</i> L.
140	Labação	<i>Rumex pulcher</i> L. subsp. <i>woodsii</i> (De Not.) Arcang.
141	Labaça-crespa	<i>Rumex crispus</i> L.
142	Leituga	<i>Tolpis barbata</i> (L.) Gaertn.
143	Leitugas	<i>Hypochaeris radicata</i> L.
144	Lentisco	<i>Phillyrea angustifolia</i> L.
145	Lírio	<i>Iris albicans</i> Lange
146	Lírio	<i>Iris foetidissima</i> L.
147	Lírio	<i>Iris pseudacorus</i> L.
148	Loureiro	<i>Laurus nobilis</i> L.
149	Madressilva	<i>Lonicera periclymenum</i> L.
150	Macela	<i>Chamaemelum nobile</i> (L.) All.
151	Maceróvia	<i>Anarrhinum bellidifolium</i> (L.) Willd.
152	Maçanela	<i>Matricaria discoidea</i> (L.) Loisel.
153	Magaraça	<i>Chamaemelum mixtum</i> (L.) All.
154	Maios	<i>Iris xiphium</i> L.
155	Malmequer	<i>Chrysanthemum coronarium</i> L.
156	Malva	<i>Malva sylvestris</i> L.
157	Malvas	<i>Lavatera arborea</i> L.
158	Malva-alta	<i>Lavatera cretica</i> L.
159	Malva-de-espanha	<i>Malva hispanica</i> L.
160	Malva-branca	<i>Malva neglecta</i> Wallr.
161	Marcela-mourisca	<i>Achillea ageratum</i> L.
162	Marcelão	<i>Santolina rosmarinifolia</i> L. subsp. <i>rosmarinifolia</i>
163	Marioila	<i>Phlomis purpurea</i> L.

164	Marroio-branco	<i>Marrubium vulgare</i> L.
165	Mata-pulgas	<i>Pulicaria paludosa</i> Link
166	Medronheiro	<i>Arbutus unedo</i> L.
167	Memendro	<i>Hyoscyamus albus</i> L.
168	Mil-folhas	<i>Achillea millefolium</i> L.
169	Morujas-da-horta	<i>Stellaria media</i> (L.) Vill.
170	Mostarda	<i>Brassica nigra</i> L.
171	Murta	<i>Myrtus communis</i> L.
172	Nabo-do-diabo	<i>Bryonia dioica</i> Jacq.
173	Nogueira	<i>Juglans regia</i> L.
174	Orégãos	<i>Origanum vulgare</i> L. subsp. <i>virens</i> (Hoffmanns. & Link) Bonnier & Layens
175	Pampilho-das-searas	<i>Chrysanthemum segetum</i> L.
176	Papoila	<i>Papaver rhoeas</i> L.
177	Passarinhos	<i>Delphinium pentagynum</i> Lam.
178	Pé-de-galo	<i>Dactylis glomerata</i> L.
179	Pepino-de-são-gregório	<i>Ecballium elaterium</i> (L.) A.Rich.
180	Pereira-brava	<i>Pyrus bourgaeana</i> Decne.
181	Perpétua-das-areias	<i>Helichrysum stoechas</i> (L.) Moench
182	Pilriteiro	<i>Crataegus monogyna</i> Jacq.
183	Pimpinela	<i>Sanguisorba minor</i> Scop. subsp. <i>balearica</i> (Bourg. ex Nyman) Muñoz Garm. & C.Navarro
184	Pimpineto	<i>Sanguisorba verrucosa</i> (Link ex G. Don) Ces.
185	Pinheiro-baboso	<i>Drosophyllum lusitanicum</i> (L.) Link
186	Pinheiro-bravo	<i>Pinus pinaster</i> Aiton
187	Pinheiro-manso	<i>Pinus pinea</i> L.
188	Piorno	<i>Retama monosperma</i> (L.) Boiss.
189	Poejo	<i>Mentha pulegium</i> L.
190	Potentilha	<i>Potentilla reptans</i> L.
191	Prego-do-diabo	<i>Oenanthe crocata</i> L.
192	Quaresmas	<i>Saxifraga granulata</i> L.
193	Queiró	<i>Erica umbellata</i> Loefl. ex L.
194	Quilhão-de-galo	<i>Briza maxima</i> L.
195	Rabaça	<i>Apium nodiflorum</i> (L.) Lag.
196	Rabo-de-raposa	<i>Stachys arvensis</i> (L.) L.
197	Rinchão	<i>Rapistrum rugosum</i> (L.) All. subsp. <i>rugosum</i>

198	Rinchão	<i>Sisymbrium officinale</i> (L.) Scop.
199	Rosa-albardeira	<i>Paeonia broteri</i> Boiss. & Reut.
200	Roseira-brava	<i>Rosa sempervirens</i> L.
201	Rosmaninho	<i>Lavandula luisieri</i> (Rozeira) Rivas-Martínez
202	Rosmaninho-maior	<i>Lavandula pedunculata</i> (Mill.) Cav.
203	Sabugueiro	<i>Sambucus nigra</i> L.
204	Salgueiro	<i>Salix atrocinerea</i> Brot.
205	Salgueiro-branco	<i>Salix alba</i> L.
206	Salgueiro-branco	<i>Salix salviifolia</i> Brot.
207	Salsa-brava	<i>Phlomis lychnitis</i> L.
208	Salsaparrilha	<i>Smilax aspera</i> L.
209	Salva-branca	<i>Phlomis lychnitis</i> L.
210	Sanguinho-de-água	<i>Frangula alnus</i> Mill.
211	Saramago	<i>Raphanus raphanistrum</i> L. subsp. <i>raphanistrum</i>
212	Sândalo-branco	<i>Osyris alba</i> L.
213	Sargaço	<i>Cistus monspeliensis</i> L.
214	Serradela	<i>Ornithopus pinnatus</i> (Mill.) Druce
215	Serradelha-amarela	<i>Ornithopus compressus</i> L.
216	Serralha	<i>Sonchus oleraceus</i> L.
217	Serralha-preta	<i>Sonchus asper</i> (L.) Hill
218	Silvas	<i>Rubus ulmifolius</i> Schott var. <i>ulmifolius</i>
219	Soagem	<i>Echium plantagineum</i> L.
220	Sobreiro	<i>Quercus suber</i> L.
221	Tabúa	<i>Typha domingensis</i> Pers.
222	Tasna	<i>Senecio jacobaea</i> L.
223	Távega	<i>Dittrichia viscosa</i> (L.) Greuter
224	Tojo-gatunho	<i>Genista triacanthos</i> Brot.
225	Tojo-molar	<i>Ulex minor</i> Roth
226	Tomentilha	<i>Potentilla erecta</i> (L.) Raeusch.
227	Tomilho	<i>Thymbra capitata</i> (L.) Cav.
228	Tomilho	<i>Thymus mastichina</i> L.
229	Tomilho	<i>Thymus pulegioides</i> L.
230	Tomilho	<i>Thymus zygis</i> L.
231	Torga	<i>Calluna vulgaris</i> (L.) Hull
232	Tremoceiro-amarelo	<i>Lupinus luteus</i> L.
233	Trevo-comum	<i>Trifolium pratense</i> L.

234	Trevo-massaroco	<i>Trifolium angustifolium</i> L.
235	Trolha	<i>Scrophularia scorodonia</i> L.
236	Trovisco	<i>Daphne gnidium</i> L.
237	Tulipa-brava	<i>Tulipa sylvestris</i> L. subsp. <i>australis</i> (Link) Pamp.
238	Ulmeiro	<i>Ulmus minor</i> Mill.
239	Unha-gata	<i>Ononis spinosa</i> L.
240	Urtiga	<i>Urtica dioica</i> L.
241	Urtigão	<i>Urtica urens</i> L.
242	Urze-branca	<i>Erica arborea</i> L.
243	Urze-vermelha	<i>Erica australis</i> L.
244	Urze-das-vassouras	<i>Erica scoparia</i> L.
245	Verbasco	<i>Verbascum barnadesii</i> Vahl.
246	Verbasco	<i>Verbascum sinuatum</i> L.
247	Verbasco-gigante	<i>Verbascum giganteum</i> Willk. subsp. <i>martinezii</i> Valdés
248	Zambujeiro	<i>Olea europaea</i> L. var. <i>sylvestris</i> Brot.
249	Zimbreira	<i>Juniperus navicularis</i> Gand.
250	Zimbro	<i>Juniperus turbinata</i> Guss. subsp. <i>turbinata</i>

8.11. Brochura etnobotânica

Lista de plantas

1. Acelga	17. Funcho-marítimo
2. Agrimónia	18. Hortelã
3. Alecrim	19. Loureiro
4. Alfarrobeira	20. Malva
5. Alfavaca-de-cobra	21. Medronheiro
6. Alfazema	22. Oliveira-brava
7. Amora-silvestre	23. Orégãos
8. Arruda	24. Pinheiro-bravo
9. Beldroega	25. Pinheiro-manso
10. Borragem	26. Poejo
11. Cana	27. Sabugueiro
12. Cardo	28. Saramago
13. Erva-de-são-roberto	29. Tomilho
14. Eucalipto	30. Urtiga
15. Figueira	31. Zimbreira
16. Funcho	

Simbologia

Alimento humano	Uso social
Aditivo alimentar	Veneno vertebrados
Alimento animal	Veneno invertebrados
Planta melífera	Medicinal
Matéria-prima	Uso ambiental
Combustível	Toxicidade

BROCHURA ETNOBOTÂNICA

Versão Provisória

Por
André F. F. da Fonseca

Baseada na tese
**“Flora da Península de Setúbal – Uma
contribuição para o conhecimento da
Etnobotânica”**



Acelga

1

Nome científico
Beta vulgaris L. subsp. *maritima* (L.)
Arcangeli.

Família
Chenopodiaceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Bienal ou raramente perene

Usos / Partes utilizadas
 / Folhas

As folhas podem ser comidas em sopas ou em esparregados. Há que ter em atenção quando comidas em grandes quantidades, uma vez que podem causar distúrbios alimentares.

Distribuição
Litoral de Portugal Continental.



Agrimonia

2

Nome científico

Agrimonia eupatoria L.

Família

Rosaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Vivaz

Usos / Partes utilizadas

🌿 / Folhas, flores

A infusão, feita com as folhas e flores, é utilizada para tratar infeções nos intestinos e diarreias internamente e para lavar feridas externamente. A infusão deve ser coada muito bem, de modo a que partes da planta não sejam ingeridas.

Distribuição

Sebes e caminhos incultos. Centro e sul de Portugal continental.



Alcirim

3

Nome científico

Rosmarinus officinalis L.

Família

Lamiaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

🍷🌿🌀🌿🍷 / Toda a planta

Folhas usadas em saladas e em batidos de fruta. Como tempero ajuda a reduzir algumas toxinas presentes na carne. Pode ser queimado para aromatizar a casa. A infusão, quando bebida, auxilia a memória e é boa para a tosse. Barreiras e sebes fixam os insectos. Importância simbólica religiosa.

Distribuição

Por todo o país.



Alfaroqueira

4

Nome científico
Ceratonia siliqua L.

Família
Fabaceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

  / Vagens / sementes

Os grãos e as vagens podem ser usados para se fazer ração para animais. Os cavalos gostam de comer as vagens cruas. Os humanos também as podem comer. Uma farinha é feita com as vagens para consumo humano.

Distribuição
Estremadura, Baixo Alentejo e Algarve



Alfavaca-de-cobra

5

Nome científico
Parietaria judaica L.

Família
Urticaceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Vivaz ou anual

Usos / Partes utilizadas

  / Folhas

O chá das folhas era utilizado no passado para se lavar o estômago, tratando enfermidades do sistema digestivo, e para se lavarem feridas, desinfectando-as. A presença da planta pode causar alergias, especialmente no acto da floração.

Distribuição
Planta ruderal, frequente em fendas e muros em quase todo o país.



Lavandula stoechas



Lavandula stoechas

Alfazema

6

Nome científico

Lavandula luisieri (Rozeira) Rivas-Martínez

Família

Lamiaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

☉ ⚗️ 🌿 / Toda a planta

As flores aromatizam a casa, promovendo um sono repousado aos bebés. O chá é bom para a tosse e para melhorar o sistema respiratório. Barreiras e sebes fixam os insectos. Apreciada como ornamental.

Distribuição

Por todo o país.



Amora-silvestre

7

Nome científico

Rubus ulmifolius Schott var. *ulmifolius*

Família

Rosaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

🍓 ☉ / Frutos

Os frutos são comidos crus. É muito comum a confeção de geleias, compotas e doces. Utilizados por crianças para jogarem à "chinchada", quer a caminho da praia ou pelo bosque. Também pode ser feito um licor com as amoras.

Distribuição

Por todo o país.



Arruda

8

Nome científico
Ruta chalepensis L.

Família
Rutaceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

↪ © T / Toda a planta

A planta costuma ser plantada em determinados sítios para afastar os gatos, devido ao seu cheiro intenso. O macerado das sementes em álcool é utilizado para lavar e desinfetar o aparelho genital feminino. Existe uma crença popular que diz que a planta afasta o mau-olhado.

Distribuição
Estremadura e Algarve



Beldroega

9

Nome científico
Portulaca oleracea L.

Família
Portulacaceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Anual

Usos / Partes utilizadas

🍏 / Folhas

As folhas são usadas em sopas e em saladas. Devem evitar-se os caules avermelhados, uma vez que podem causar anemia. Devem ser utilizadas apenas as folhas tenras e jovens.

Distribuição
Norte e Centro do país.



Borragem

10

Nome científico
Borago officinalis L.

Família
Boraginaceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Anual

Usos / Partes utilizadas

  / Flores

A infusão é utilizada para se curarem depressões, sendo um excelente calmante. O xarope é bom para a tosse. As pétalas das flores podem ser comidas cruas em saladas, tendo um sabor semelhante ao pepino.

Distribuição
Cresce em zonas ruderais, geralmente em campos agrícolas abandonados por todo o país.



Cana

11

Nome científico
Arundo donax L.

Família
Poaceae

Origem / Ciclo de vida
Alóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

   / Toda a planta

Utilizada na construção como isolamento térmico, regulador da humidade e adobe. Nas hortas para canalizações de rega, guia para trepadeiras, sinalizadores, protecção contra o vento, espantalhos e compostagem. Utilizadas na cestaria e na construção de brinquedos para crianças.

Distribuição
Por todo o país, junto às linhas de água.



Cardo

12

Nome científico
Cynara cardunculus L.

Família
Asteraceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Vivaz

Usos / Partes utilizadas

 / Flores

As flores secas são utilizadas para se coalhar o leite na produção de queijo.

Distribuição
Sítios pedregosos e terrenos incultos no Centro e Sul do país.



Erva-de-são-roberto

13

Nome científico
Geranium purpureum Vill.

Família
Geraceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Anual

Usos / Partes utilizadas

 / Toda a planta

Deve apanhar-se a planta madura mas deve ser evitada a coloração vermelha das folhas, pois contém muito ferro e pode causar anemia. O chá, quando bebido, é bom para acalmar o estômago e para combater o colesterol. É anti-cancerígeno.

Distribuição
Planta ruderal por todo o país excepto no Noroeste Montanhoso.



Eucalipto

14

Nome científico
Eucalyptus globulus Labil.

Família
Myrtaceae

Origem / Ciclo de vida
Alóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

 / Caule, folhas, flores

Chá das folhas é um refresco. As flores são utilizadas para a produção de mel. A madeira é utilizada no fabrico industrial de papel. Folhas são utilizadas para ambientar a casa. Vapores das folhas fervidas em água são inalados para tratar questões respiratórias. Chá é bom para desinfectar feridas.

Distribuição
Planta cultivada em quase todo o país.



Figueira

15

Nome científico
Ficus carica L.

Família
Moraceae

Origem / Ciclo de vida
Alóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

 / Frutos

O fruto costuma ser colhido e comido na altura. Algumas figueiras são consideradas bravas e o fruto não é comestível. É também feito licor de figo.

Distribuição
Planta cultivada por todo o país.



Foeniculum vulgare



Foeniculum vulgare

Funcho

16

Nome científico

Foeniculum vulgare subsp. *piperitum*
(Ucria) Coutinho

Família

Apiaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Bienal ou perene

Usos / Partes utilizadas

🍷 🌀 / Caules, folhas

As folhas são utilizadas para a confeção de bolos e para o fabrico de um licor. A planta é deixada em casa para ambientar a casa e livrá-la dos maus cheiros.

Distribuição

Por todo o país.



Funcho-marítimo

17

Nome científico

Crithmum maritimum L.

Família

Apiaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

🍷 🍴 / Caules, folhas

Pode comer-se em saladas, cru. Bom para comida de sobrevivência. O chá é uma boa fonte de vitamina C e combate a obesidade. Nem as folhas maduras nem as folhas novas devem ser colhidas.

Distribuição

Rochedos marítimos por toda a costa do país.



Mentha suaveolens



Mentha suaveolens

Hortelã

18

Nome científico
Mentha rotundifolia L.

Família
Lamiaceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Vivaz

Usos / Partes utilizadas

    / Toda a planta

As folhas podem ser comidas cruas em saladas ou como tempero de pratos. Uma coroa pode ser feita e colocada sob a cabeça, de noite, quando há necessidade de se afastar os mosquitos durante o sono. A infusão, quando tomada, ajuda a digestão.

Distribuição
Sítios frescos e ruderais, por todo o país.



Loureiro

19

Nome científico
Laurus nobilis L.

Família
Lauraceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

   / Folhas, frutos

As folhas são utilizadas para o tempero de carnes, embora com alguma moderação, pois são tóxicas. É extraído um óleo das bagas do loureiro que tem aplicações medicinais.

Distribuição
Por todo o país.



Lavatera arborea



Malva sylvestris

Malva

20

Nome científico

Malva sylvestris L.¹ / *Malva hispanica* L.²
Lavatera arborea L.³ / *Lavatera cretica* L.⁴

Família

Malvaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / 1, 3 – Perene; 2, 4 - Anual

Usos / Partes utilizadas

☞ / Toda a planta

O chá é utilizado para lavar olhos com conjuntivite, desinfetar feridas, problemas de pele e queimaduras; quando bebido para o sistema urinário. As folhas são aplicadas sobre cortes e feridas para cicatrização.

Distribuição

1 - Todo o litoral; 2 – Centro e Sul do país; 3 – Todo o país; 4 – Ruderal em sítios azotados



Madronheiro

21

Nome científico

Arbutus unedo L.

Família

Ericaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

🍏 ☞ / Frutos

O fruto contém elevadas concentrações de álcool. Pode ser comido cru. É feita aguardente e licor dos frutos. O gado caprino costuma embebedar-se com os frutos caso ninguém o dissuada.

Distribuição

Por todo o país.



Fambujeiro

22

Nome científico

Olea europaea L. var. *sylvestris* Brot.

Família

Oleaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

     / Caules, folhas

Os cepos podem ser usados no enxerto de oliveiras (*Olea europaea* L.). A madeira é utilizada na construção de ferramentas e cabos para ferramentas. A lenha é boa para a queima. As folhas são usadas como contraceptivo para as cabras. Um chá é feito com as folhas para combater a diabetes.

Distribuição

Por todo o país com exceção do Norte.



Origãos

23

Nome científico

Origanum vulgare L. subsp. *virens* (Hoffmanns. & Link) Bonnier & Layens

Família

Lamiaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Vivaz ou perene

Usos / Partes utilizadas

  / Folhas

As folhas costumam ser usadas no tempero de pratos e para se adicionar a saladas e massas. Bastante usadas no tempero de caracóis.

Distribuição

Por todo o país com exceção da Beira Baixa e Beira Litoral.



Pinheiro-bravo

24

Nome científico

Pinus pinaster Aiton

Família

Pinaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

   / Caules, pinhas, folhas

A madeira tratada é usada para vigas e material de construção duradouro, e sem tratamento para construções temporárias. As folhas são utilizadas na compostagem e para impedir ervas daninhas e reter água no solo em pequenas hortas. As pinhas são usadas como acendalhas e a lenha para a queima.

Distribuição

Por todo o país.



Pinheiro-manso

25

Nome científico

Pinus pinea L.

Família

Pinaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

    / Toda a planta

As sementes (pinhões) comem-se e são muito apreciadas. As árvores podem ser utilizadas para a prática de escalada na natureza. As folhas e as pinhas têm a mesma utilização que as do pinheiro-bravo. É comum passeios em família para se apanharem pinhas e extraírem os pinhões.

Distribuição

Por todo o país com a excepção do Nordeste.



Peço

26

Nome científico
Mentha pulegium L.

Família
Lamiaceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Anual

Usos / Partes utilizadas

🍏 🌀 🍷 / Folhas

Pode ser utilizado em saladas, grelhados, caldeiradas, confeção de omeletes e em batidos de fruta. Costuma ser utilizado no curtir das azeitonas. O chá tem um sabor agradável e pode ser bebido à noite, em família, tendo um efeito relaxante e calmante.

Distribuição
Por todo o país.



Sabugueiro

27

Nome científico
Sambucus nigra L.

Família
Caprifoliaceae

Origem / Ciclo de vida
Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

🍏 🌿 🌀 / Flores, frutos

As flores, quando bebidas em chá, combatem constipações. O fruto é utilizado para se produzir um refresco de verão, junta-se o seu suco com sumo de limão. Se deixado de um dia para o outro fica ligeiramente alcoólico.

Distribuição
Junto aos ribeiros por todo o país.



Saramago

28

Nome científico

Raphanus raphanistrum L. subsp. *raphanistrum*

Família

Brassicaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Anual

Usos / Partes utilizadas

🍏 ⚠️ / Folhas

As folhas podem ser cozidas e utilizadas em esparregados ou em sopas. As sementes são tóxicas.

Distribuição

Por todo o país.



Thymus mastichina



Thymus zygis

Tomilho

29

Nome científico

Thymus capitellatus Hoffmanns. & Link¹
Thymus mastichina L.² / *Thymus villosus* L.³
Thymus zygis L. subsp. *sylvestris* (Hoffmanns. & Link) Cout.⁴

Família

Lamiaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

🍏 🌿 🍷 / Folhas, flores

Saladas, sumos de fruta e tempero de carnes. O xarope é bom para o sistema respiratório e a infusão para lavagem de feridas.

Distribuição

1 – Endémico da Estremadura e Alentejo Litoral; 2 – Por todo o país; 3 – Centro e Sul do país; 4 – Solos calcários da Estremadura



Urtica dioica



Urtica dioica

Urtiga

30

Nome científico

Urtica dioica L.¹

Urtica urens L.²

Família

Urticaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / 1 – Perene; 2 - Anual

Usos / Partes utilizadas

    / Toda a planta

O chorume combate insetos e fungos e fertiliza o solo na horta. O chá é bom para a circulação sanguínea e para os diabéticos. O champô combate a queda de cabelo. As folhas são comidas cruas, usadas em batidos de fruta ou cozinhadas em sopas.

Distribuição

Por todo o país.



Fimbreira

31

Nome científico

Juniperus navicularis Gand.

Família

Cupressaceae

Origem / Ciclo de vida

Autóctone / Perene

Usos / Partes utilizadas

   / Caules, frutificações

A madeira pode ser utilizada para a construção de cabos para ferramentas. É feita água-ardente com as bagas, e pode ser também feito um chá das bagas secas, fervendo-as numa cafeteira com água, que pode ser bebido diariamente.

Distribuição

Estremadura e Baixo Alentejo

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Fotografias com licença
Creative Commons

Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual 3.0 Portugal

Autores: (1) Meneerke Bloem; (2) H. Zell, J.F. Gaffard; (3) THOR, H. Zell; (4) Daniel Capilla, Ximex; (5) Ziegler175, Maite; (6) Hans Hillewaert; (7) Simonjoan, Denis Barthel; (8) Hans Hillewaert, Peter A. Mansfeld; (9) Forest & Kim Starr; (10) H. Zell, AnemoneProjectors; (11) Shizhao, Bouba; (12) Isidre Blanc, Magnus Manske; (13) R. Burkard, Franz Xaver; (14) Forest & Kim Starr; (15) Luis Nunes Alberto, Javier Martin; (16) H. Zell, Carsten Niehaus; (17) Dorkey Shot, Krzysztof Ziamek Kenraiz; (18) Kenpei; (19) Victor M. Vicente Selvas, H. Zell; (20) Jean Tosti, H. Zell; (21) Lucarelli, Jxandreani; (22) Wikimedia Commons; (23) Luis Fernández García; (24) Jos Dielis, Júlio Reis; (25) Luis Fernández García, Drow Male; (26) H. Zell; (27) Joan Simon, Willow; (28) Olivier Pichard, Harry Rose; (29) David Perez, Xemenendura; (30) Michael Gasperl, Frank Vincentz; (31) Clover9.

O autor da brochura não se responsabiliza pelas consequências dos usos que possam ser dados às plantas.

Todos os direitos reservados.
2015